

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação de Mestrado

Banqueiros e coronéis: um estudo sobre as relações políticas e econômicas das elites locais com o Banco Pelotense (1906-1931)

Kevin Retzlaff dos Santos

Pelotas, 2020

Kevin Retzlaff dos Santos

Banqueiros e coronéis: um estudo sobre as relações políticas e econômicas das elites locais com o Banco Pelotense (1906-1931)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R441b Retzlaff, Kevin

Banqueiros e coronéis : um estudo sobre as relações políticas e econômicas das elites locais e o Banco Pelotense (1906-1931) / Kevin Retzlaff ; Jonas Moreira Vargas, orientador. — Pelotas, 2020.

102 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Coronelismo. 2. História das elites. 3. Banco Pelotense. I. Vargas, Jonas Moreira, orient. II. Título.

CDD : 321

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB:
10/1733

Kevin Retzlaff dos Santos

Banqueiros e coronéis: um estudo sobre as relações políticas e econômicas das elites locais com o Banco Pelotense (1906-1931)

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 20/10/2020

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (Orientador)
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Dalila Müller
Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof^a. Dra. Larissa Patron Chaves
Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Marcelo Vianna
Doutor em História pela Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a minha mãe Vanderlea e meu irmão Gabriel. Sempre fomos nós três e sempre seremos. Minhas conquistas não teriam sentido sem ter uma família como base para compartilhá-las. Aliás, não existiriam conquistas sem este apoio, por isso agradeço imensamente a minha família por ajudar em mais este passo dado.

Agradeço imensamente ao Jonas, por ter sido, além de orientador, um amigo que se mostra companheiro e incentivador desde os tempos de graduação. Sempre disposto a me ajudar e confiando em meu potencial, ainda que por alguns momentos eu mesmo não confiasse. Apostando em uma relação humanizada, sem sombra de dúvidas é um espelho de profissional que levarei como exemplo para toda vida. Todos os agradecimentos possíveis seriam pouco para representar o significado desta parceria que culmina, por hora, nesta dissertação.

Também agradeço aos irmãos que me acompanham de perto desde a graduação e se mostram imprescindíveis em minha vida, Diego, João e William. Obrigado pelo convívio quase diário e momentos de descontração em meio aos caos de um curso, mas intenso, mestrado.

Agradeço a Carol, Luana e Nicolle. Pois, desde a graduação, passando pela seleção do mestrado, estiveram presentes em minha vida apoiando incondicionalmente a realização deste trabalho, mostrando-se verdadeiras e leais amigas que levarei para toda vida. Obrigado, gurias.

Não posso deixar de também agradecer a Prof^a. Dalila Müller e a Prof^a. Larrissa Patron pelas contribuições ainda na banca de qualificação que serviram para guiar esta pesquisa até aqui.

Resumo

RETZLAFF, Kevin. **Banqueiros e coronéis: um estudo sobre as relações políticas e econômicas das elites locais com o Banco Pelotense (1906-1931)**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

Partindo de uma análise social da instituição Banco Pelotense, o presente trabalho tem como objetivo, entre outros, evidenciar como se caracterizavam as relações dentro do grupo denominado como elite local da cidade de Pelotas durante o período da Primeira República. Coincidindo com o recorte temporal proposto por esta pesquisa temos o Sistema Coronelista atuando fortemente e influenciando nas relações políticas, econômicas e sociais. Portanto, ao analisarmos o Banco Pelotense e seus acionistas, também estaremos demonstrando de que forma o coronelismo esta sobrepondo as relações e guiando as práticas desta elite local. Para demonstrar tais relações nos apoiamos em fontes como, listas de acionistas do Banco Pelotense, periódicos, correspondências pessoais, entre outras.

Palavras-chave: Coronelismo; História das elites; Banco Pelotense.

Abstract

RETZLAFF, Kevin. **Bankers and *Coroneís*: a study on the political and economic relations of local elites with Banco Pelotense (1906-1931)**. Dissertation (Master Degree in History) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas 2020.

Starting from a social analysis of the institution Banco Pelotense, the present work aims, among others, to show how the relationships within the group called the local elite of the city of Pelotas were characterized during the period of the First Republic. Coinciding with the time frame proposed by this research, we have the Coronelista System acting strongly and influencing political, economic and social relations. Therefore, when analyzing Banco Pelotense and its shareholders, we will also be demonstrating how coronelismo is overlapping the relations and guiding the practices of this local elite. To demonstrate these relationships, we rely on sources such as Banco Pelotense's shareholder lists, periodicals, personal correspondence, among others.

Keywords: Coronelismo; History of elites; Banco Pelotense.

Lista de Gráficos e Tabelas

Gráfico 1	Controle Acionário do Banco Pelotense - 1906.....	35
Gráfico 2	Maiores acionistas do Banco Pelotense – 1916.....	57
Gráfico 3	Número de ações por grupos familiares – 1916.....	58
Gráfico 4	Divisão acionária – 1916.....	59
Gráfico 5	Maiores acionistas do Banco Pelotense – 1919.....	62
Gráfico 6	Representação dos acionistas – 1919.....	63
Gráfico 7	Distribuição de ações – 1919.....	63
Gráfico 8	Número de ações por grupo familiar – 1916/1919.....	64
Gráfico 9	Distribuição de ações - 1924.....	68
Gráfico 10	Maiores acionistas do Banco Pelotense –1924.....	69
Gráfico 11	Representação dos Acionistas – 1924.....	70
Gráfico 12	Número de ações por grupo familiar – 1916/1919/1924.....	71
Gráfico 13	Maiores acionistas do Banco Pelotense – 1929.....	74
Tabela 1	Exportação de Charque no RS: 1927-1932.....	42

Lista ilustrações

Ilustração 1	Antiga matriz do Banco Pelotense, atualmente pertencente ao BANRISUL.....	33
Ilustração 2	Parte interna da matriz do Banco Pelotense.....	33
Ilustração 3	Funcionários do Banco Pelotense em seu ambiente de trabalho.....	34
Ilustração 4	Anúncio de negócios envolvendo Plotino.....	50
Ilustração 5	Fabrica da Companhia de Fiação e Tecidos.....	88
Ilustração 6	Antiga sede da CTMR.....	91
Ilustração 7	Grande Hotel de Pelotas	93

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: Coronelismo e negócios no Rio Grande do Sul republicano	17
1.1 No Rio Grande, um Coronelismo “à brasileira”	17
1.2 Os coronéis criam o seu banco: fundação e trajetória do Banco Pelotense	31
1.3 Entre erros e acertos: o Banco Commercial Pelotense e a empreitada frustrada no mercado bancário.....	43
CAPÍTULO II: Uma elite de coronéis e suas relações sociais e políticas: os fundadores do Banco e os principais acionistas	48
2.1 Os Coronéis Banqueiros: uma análise dos fundadores do Banco Pelotense	49
2.2 Analisando os Acionistas do Banco Pelotense.....	55
2.2.1 Lista de acionistas de 1916	56
2.2.2 Lista de acionistas de 1919	61
2.2.3 Lista de Acionistas de 1924.....	67
2.2.4 Lista de Acionistas de 1929.....	73
CAPÍTULO III: O Banco para além dos Banqueiros: famílias de elite e diversificação de investimentos no cenário local	77
3.1 Do povoamento à industrialização: famílias de elite e suas relações na cidade de Pelotas	77
3.2 Fundadores e acionista do Banco Pelotense Diversificando seu capital	86
3.2.1 Companhia Fiação e Tecidos Pelotense	87
3.2.2 Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência (CTMR)	90
3.2.3 Companhia Grande Hotel de Pelotas.....	92
Considerações finais	95
Referências Bibliográficas	98

INTRODUÇÃO

Partindo de uma breve reflexão que nos levasse de volta ao período inicial do século XX, mais precisamente até a cidade de Pelotas, localizada na região sul do estado do Rio Grande do Sul, iríamos nos deparar com uma economia em profunda transformação. A localidade que durante grande parte do século XIX chegou a desbancar em termos econômicos a então capital da província, cidade de Porto Alegre, já não vivia, nas primeiras décadas dos 1900, o auge de seu esplendor.¹

Se durante o período da monarquia escravista a economia local se destacava, graças em grande parte ao setor pecuarista/charqueador ligado ao alto comércio, coincide com o fim deste sistema político o que podemos considerar um ponto inicial da “decadência” econômica local, que acentuou-se ao longo de todo o século XX, fazendo com que Pelotas passasse paulatinamente de protagonista no cenário político e econômico regional à mera coadjuvante. Tratava-se não de uma movimentação abrupta de declínio, mas de um processo contínuo de mudanças, repleto de adaptações, rupturas e permanências, que obrigou as elites locais a se remodelarem e buscarem novas saídas para manter a sua riqueza e prestígio social enquanto tal.²

Exemplos na cidade de Pelotas com famílias que gozaram de impressionantes fortunas e influência política durante o império não nos faltam. O que também não nos faltam são exemplos de famílias que mesmo ocupando um espaço de destaque durante o período em questão viram suas fortunas e influência declinarem ao longo da Primeira República e após a Revolução de 1930. Algumas dessas famílias não necessariamente deixaram de fazer parte do que chamaremos elite local, mas em muitos casos tiveram que adaptar-se aos novos ventos que sopravam por aquelas paragens ao preço de terem seus lugares destacados de outrora ocupados por novas famílias em ascensão, e novos atores sociais, num processo que ainda precisa ser mais bem estudado e que irá se aprofundar após a década de 1930.

¹ Sobre o auge dessa riqueza e prestígio social ver MAGALHÃES (1993) e VARGAS (2016).

² Para uma análise de âmbito regional ver PESAVENTO (1980), LONER (1999) e VOLKMER (2007).

Assim sendo, a presente dissertação busca contribuir com o estudo dessas mudanças, analisando um grupo socioeconômico em específico, em meio a esse complexo momento repleto de transformações sociais e econômicas. O Banco Pelotense foi um dos espaços de atuação de alguns membros dessa elite e é partindo dele que daremos um pontapé inicial a este trabalho. Fundado em 1906, o Banco foi fruto do investimento de um grupo de empresários que de certa forma prosperaram em meio a tempos difíceis e sua trajetória talvez seja representativa daquele que é considerado por alguns historiadores como um último suspiro de grandeza sinalizado pela elite local. Mas nem só dos fundadores será feita nossa análise. A partir de uma análise dos principais acionistas, diretores e suas famílias, pretendemos realizar uma melhor investigação quanto aos seus investimentos e espaços de atuação no período.

Para fins instrumentais, seguimos Peter Burke (1991) e consideramos como a “elite” do local, aqueles grupos que concentravam riqueza, poder e prestígio social. É bem verdade que esse grupo era bastante heterogêneo. No entanto, ao focar nossa análise no Banco, cremos estar estudando um determinado setor dentro dessa elite, talvez o mais rico, e certamente um dos mais poderosos e prestigiosos do sul do Brasil no período. No que diz respeito aos estudos das elites enquanto grupo social, nos apoiamos nas considerações realizadas por Flávio Heinz (2006), justamente por propor uma história social das elites, no sentido de tirá-las do pedestal no qual ficaram expostas por muito tempo. Heinz em suas análises busca mostrar a atuação social destes grupos dirigentes, não como apenas dominantes, e sim como parte de complexos sistemas, onde cada ação individual tem consequências, tanto para quem age, quanto para quem está à sua volta.

Ainda que os produtos derivados da pecuária representassem cerca de um terço, e por alguns momentos até mais, do total em valores exportados pelo Rio Grande do Sul no período inicial do século XX, como levanta Joseph Love (2006), o charque pelotense tem vertiginosa queda se comparado ao nível de produção atingido durante a segunda metade do século anterior. Assim sendo, o contexto aqui analisado é o de uma diversificação de investimentos se comparado à época das charqueadas escravistas. No século XX, a riqueza dos pelotenses estava nas mãos dos charqueadores, mas também de novos

investidores, como os arrozeiros, os industriais, os comerciantes, os fazendeiros e, também, os banqueiros, grupo que ainda carece de mais pesquisas.

Muito se escreveu sobre a história bancária no Brasil, mas pouco no Rio Grande do Sul.³ Em nossa pesquisa buscamos, na historiografia relacionada ao Banco, trabalhos que pudessem de alguma forma dar suporte a nossa proposta. Infelizmente, ainda não temos um vasto número de pesquisas relacionadas a esta instituição. Ao longo de nosso levantamento bibliográfico acerca do Pelotense, nos deparamos com inúmeros fragmentos e ensaios sobre a história desta instituição, podendo ser destacados aqui alguns autores que de certa forma debruçaram-se sobre a temática de forma bastante tímida, como Sandra Pesavento (1980), Vanda Ueda (1998), Mario Osório Magalhães (2010) e Beatriz Ana Loner (1999). Cabe salientar a existência ainda de outros autores, porém, a imensa maioria das pesquisas se limitam a abordar como tema central apenas a liquidação da instituição, deixando de lado o foco em sua trajetória e como esta se encaixa e conversa com a história da própria cidade e sociedade local.

O principal estudo realizado sobre a instituição foi a obra de Eugenio Lagemann (1985). Apresentando material analítico mais robusto, é dela que colhemos grande parte das informações publicadas a respeito da instituição. Fruto de sua dissertação de mestrado em Economia no IEPE/UFRGS, o trabalho tem como foco principal a atuação financeira do Banco Pelotense, bem como dos demais bancos presentes no estado entre o final do século XIX e o início do XX. Dando um panorama geral do setor bancário, Lagemann utiliza o Pelotense como objeto principal de sua pesquisa, buscando entender as diferenças entre os demais bancos e a instituição. Ao organizar uma análise geral do complexo sistema bancário gaúcho do período, o autor acabou visando mais as questões ligadas à economia regional do período, num tipo de abordagem ligado à História Econômica dos anos 1970 e 1980 e que trouxe grande contribuição historiográfica.

³ Os estudos realizados são geralmente na área da Economia ou da História Econômica, como, por exemplo, LAGEMANN (1985), SAES (1986), PELAEZ e SUZIGAN (1981), CORAZZA (2000). Poucos são os trabalhos que realizam uma articulação com o campo da política e as suas elites (GAMBI, 2010), assim como a análise da trajetória de capitalistas e banqueiros, como o de GUIMARÃES (1997). Em Portugal, uma pesquisa importante e que nos serve de referência é a de DAMAS (2002).

Contudo, não foi objetivo da investigação do autor uma história mais social do Banco, focada nas trajetórias de suas lideranças, suas ligações familiares e, tampouco, suas conexões com a política coronelista promovida pelo Partido Republicano Rio-grandense. Assim sendo, o trabalho de Lagemann permite adentrarmos em lacunas por ele deixadas com relação à atuação dos indivíduos enquanto atores sociais. Sendo assim, imaginamos que nosso trabalho tem não só a função de complementar a historiografia relacionada ao Banco, como lançar luz a novas questões ainda pouco ou nada abordadas com relação à construção de uma história social das elites capitalistas na Primeira República.

Com relação à análise documental, cabe destacar a dificuldade para obter acesso às fontes ligadas diretamente à instituição, pois, uma vez que esta foi liquidada, todo seu acervo documental contendo desde balanços financeiros até atas de reuniões foi repassado para salvaguarda do Banco de Estado do Rio Grande do Sul, atual BANRISUL. No intento de ter acesso a esta documentação foi feito contato junto a instituição para que pudéssemos acrescentar a nossa pesquisa os dados contidos nas documentações oficiais do Pelotense, porém, os responsáveis pelo acervo do BANRISUL, após um primeiro contato, não nos cederam a possibilidade de análise desta documentação.

Mesmo com essas dificuldades, cremos ter acessado material suficiente para a escrita da dissertação. Embora nossa pesquisa tenha partido da análise do Banco Pelotense, não nos limitamos a investigar a instituição fechada em si. Portanto, esse trabalho não se trata de uma história institucional. Como nosso foco principal é uma análise mais aprofundada das questões sociais que envolviam as lideranças do banco, como os fundadores e principais acionistas, buscamos em outras fontes documentais suprir a impossibilidade de pesquisa junto à documentação oficial.

Entre os documentos analisados está o periódico “A Federação”, que durante o período final do Estado Imperial e toda a Primeira República se fez presente com grande circulação pelo estado do Rio Grande do Sul. Um “facilitador” para a pesquisa neste periódico é o fato de ele encontrar-se, para o período proposto, inteiramente digitalizado e disponibilizado online junto à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Outra fonte de grande circulação disponibilizada digitalmente e analisada em nossa pesquisa trata-se do Almanak

administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro, conhecido popularmente como Almanak Laemert.

Também tivemos acesso ao acervo de cartas pessoais do pelotense Alexandre Cassiano do Nascimento, político local que chegou a ocupar durante a Primeira República os cargos de deputado, senador e também ministro de Estado, que se encontra sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (IHGPEL), e do Arquivo Borges de Medeiros, disponível junto ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), onde encontra-se um grande acervo de cartas remetidas ao principal líder do PRR. Foi através dessas fontes que podemos ter uma melhor dimensão das relações calcadas em cima das bases coronelistas típicas do período analisado, bem como entre elite econômica (fundadores e acionistas do Banco Pelotense) e elite política local (Cassiano e outros nomes ligados ao PRR).

Como nosso trabalho buscou perseguir um grupo de indivíduos, a pesquisa em inventários *post-mortem*, notícias de jornais, dicionários biográficos e genealogias foi fundamental. Não chegamos a propor um estudo prosopográfico (CHARLE (2006), STONE (2011)) da elite bancária local, pois, além de tratar-se de um grupo muito pequeno de indivíduos, nos faltaram informações biográficas mais sólidas para a aplicação do método. No entanto, buscamos nos orientar com foco nas trajetórias empresariais dos mesmos e no estudo de suas redes de relações, conforme o realizado por outros autores que estudaram as elites (IMIZCOZ (2004), VARGAS (2010, 2016), VOLKMER (2007), MENEGAT (2009)). Sendo o estudo das redes de relações algo fundamental em nossa análise, buscar elos que unam acionistas e fundadores a outros empresários e políticos é parte importante deste trabalho. Estas relações se constroem a partir de diversas motivações, sendo as ligações familiares algo que constitui talvez a mais forte delas. Para realizar esta parte de nosso trabalho, buscamos nos sites⁴ especializados em genealogia encontrar estes elos.

Enfim, ao longo dos três capítulos que compõem o texto desta pesquisa, perpassaremos pela análise, tanto do Banco Pelotense, quanto dos atores sociais e o meio nos quais estavam estes inseridos. Visando contribuir com a historiografia regional, acredito que agregamos na construção da imagem de

⁴ Os sites em questão são: <https://gw.geneanet.org/> e <https://www.geni.com/>

uma Pelotas do início do século XX, a partir de uma perspectiva da história das elites e de suas famílias, assim como seus investimentos, estratégias e redes de relações sociais, e como estas compuseram o cenário local em meio a um período de tantas mudanças, sem esquecer também de que forma podemos contribuir com nossa análise “micro” para um cenário “macro” do Brasil Republicano no qual todas as instituições e indivíduos estavam inseridos.

CAPÍTULO I

Coronelismo e negócios no Rio Grande do Sul republicano

Antes de adentrarmos na análise do Banco Pelotense e seus fundadores, se faz necessário um debate mais aprofundado acerca daquilo que possivelmente seja o marco político maior da Primeira República, o sistema coronelista. Sem uma compreensão de sua dimensão e características certamente não teremos como entender o contexto político do período e que tipos de fatores influenciaram as relações de poder e os rumos tomados pelos atores sociais que mais a frente nesta pesquisa analisaremos individualmente.

Durante o período de funcionamento do Banco Pelotense, que vai de 1906 a 1931, o país que havia vivenciado recentemente o fim da monarquia, presenciava no campo político a ascensão do sistema coronelista. Datado historicamente, o Coronelismo teve surgimento, apogeu e declínio entre a grande reforma política trazida pela proclamação da República, em 1889, e a tomada do poder por Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930. A legitimidade institucional que daria amparo legal ao sistema foi introduzida pela Constituição Federal de 1890, com a criação do cargo de governador de Estado, agora eleito. A plenitude do sistema foi resultado da política dos governadores, implementada por Campos Salles, entre 1898 e 1902 (CARVALHO, 1997).

Podemos considerar esse um curto período histórico, mas nem de longe podemos diminuir sua importância para a construção do estado brasileiro como o conhecemos atualmente. Justamente por tratar-se de um complexo sistema, o coronelismo ganha importância em nossos estudos, muito em decorrência de suas nuances internas, que abarcam diversas facetas, dentre elas as do clientelismo e do mandonismo, que inclusive já foram confundidas com o próprio coronelismo, em um emaranhado de definições genéricas sobre o que seria o sistema (CARVALHO, 1997).

1.1 No Rio Grande, um Coronelismo “à brasileira”

Com a implementação do federalismo republicano no país, a partir da Constituição Federal de 1890, os brasileiros acompanharam o *emergir* das oligarquias regionais, que longe do rígido poder centralizador do estado imperial brasileiro puderam experimentar uma liberdade de ação institucional até então

inexistente dentro de seus domínios. Com essa mudança na forma organizacional do estado, novos mecanismos políticos passaram a ser adotados, visando sempre a manutenção destas elites estaduais no poder. Neste contexto surge então o Coronelismo. Em um primeiro momento com grande importância política, no sentido de garantir a estabilidade governamental nas mais diversas regiões de seus estados, estas oligarquias tiveram que recorrer a chefes políticos locais, que por sua vez *emprestavam* esta influência eleitoral junto a estas localidades para garantir a solidez do governo.

Mas quem eram estes chefes, e por qual motivo gozavam de tal influência frente à sociedade local? Segundo Maria Janotti, estas relações de poder não são novidade no espectro político brasileiro.

O poder pessoal, sobre o qual se assenta o coronelismo, é uma herança colonial [...] No Brasil, desde o início, reduzido completamente ao estreito universo de senhor e escravo, a sociedade reconhece o poder pessoal como representante e não como opositor ao poder do estado. (JANOTTI, 1981, p.14).

A mudança mais significativa é que, a partir deste momento, estas relações tornavam-se parte de um sistema institucionalizado, calcado nestes preceitos de dominação social, exercido através do poder local. Tal fenômeno dava vazão para o surgimento do coronel, que dentro desta conjuntura era um dos atores centrais, *emprestando* sua influência pessoal ao estado. Ainda que por vezes essa figura tenha sido reduzida a uma espécie de mero garantidor de votos, seu papel vai muito além de apenas ajudar a propiciar a manutenção de determinadas elites com o poder da máquina eleitoral, como nos alerta Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Sem dúvida o aspecto político é o que mais chama atenção ao atentarmos para as facetas que compõe a figura do coronel; não é porém o único e sim um entre muitos, considera-lo apenas sob este aspecto é mutilar um conjunto complexo [...] (QUEIROZ, 2006, p.174).

Por tratar-se de um grande conjunto de laços e relações de poder, o coronelismo passa a comportar uma imensa rede de trocas e reciprocidades, que vai desde o chefe local até o presidente da República (CARVALHO, 1997)⁵. Garantir então o conhecido “voto de cabresto” é apenas parte desta rede de compromissos. Essa troca entre estado e o chefe local se dava em torno de

⁵ O historiador José Murilo de Carvalho, baseando-se na obra de Vitor Nunes Leal “Coronelismo, enxada e o Voto” busca essa definição de como se davam as relações de poder dentro do sistema coronelista.

várias concessões, que vão desde *cargos chave* nos municípios, até garantias de luta por reivindicações dos coronéis em esferas legislativas maiores, onde muitas das pautas levadas pelos deputados e senadores eram fruto de pressão política exercida por parte destes chefes locais que detinham o poder dos votos em mãos. Portanto, seu elemento de barganha era a liderança municipal e um certo comando das eleições. Um pouco dessa percepção nos é trazida por José Murilo de Carvalho ao descrever de que forma funcionaria essa rede de dependências do coronelismo.

O governo estadual garante, pra baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle do cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora do primário. O coronel hipoteca seu apoio ao governo sobretudo na forma de votos. Para cima os governadores dão apoio ao presidente da república em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. (CARVALHO, 1997).

Estudos mais clássicos sobre o coronelismo, como o de Victor Nunes Leal (2012) em “Coronelismo, enxada e voto”, sugerem o aparecimento do coronel em um momento de perda do poder econômico deste ator, tendo ele que recorrer ao estado para manter seu *status* de pertencente à classe dominante frente a suas regiões. O modo encontrado pelo estado para atender esta demanda é justamente a já mencionada troca de favores, onde os dois lados da negociação passam a ceder de alguma forma.

Pensamos então no coronel como um influente nome para uma determinada localidade, agora devemos refletir de que forma essa influência foi adquirida. O que observamos em Queiroz (1997) é que o mesmo deveria ser oriundo do prestígio e influência dos mandões locais desde os tempos coloniais de nosso país, onde o poder econômico garantia esse *status*. Com este ator então perdendo força econômica, segundo Leal (2012), o que lhe resta é essa barganha junto ao governo para manter o seu domínio, tendo nesses postos estratégicos dentro dos municípios uma possibilidade de impor, se não economicamente, mas a força, seu poderio frente à localidade.

Notamos então que a atuação do coronel se dava nos mais diversos setores, e não apenas em um campo restrito de ação. Ter o comando na distribuição destes cargos possibilitava o controle da ordem na localidade por outras vias, o que garantia a estabilidade do governo estadual, e a do coronel frente a seus rivais locais. Portanto, a figura do coronel atrelada a alguém isolado

dentro da sociedade, atuando apenas enquanto um grande latifundiário, é colocado em suspeição por Carvalho ao analisar trabalhos acerca do tema.

Assim como o coronel grande proprietário rural, pode haver também, segundo os novos estudos⁶, mandões que constroem seu poder através da atividade comercial, da indústria, ou mesmo no exercício da profissão liberal e do sacerdócio. (CARVALHO, verbete “Coronelismo”⁷)

Não são raros os casos de pessoas ligadas a coronéis que tiveram seus crimes ocultados por setores de investigação, pelo simples fato destas terem alguma ligação com estes chefes, que podem ser locais ou até estaduais, o que acaba evidenciando a força das relações neste período. Um exemplo disso pode ser dado no caso trazido por Axt (2007), onde dois latrocínios dos quais era acusado Bernardino Mota, um ex-vereador na cidade de Canguçu e protegido de Júlio de Castilhos, foram arquivados a pedido do governo estadual, que tinha em Castilhos um líder político.

Ampliando então o horizonte de possibilidades, vislumbramos diferentes tipos de coronéis para além daquele tipo ideal clássico muitas vezes sacralizado pela literatura ficcional, passando assim a assumir diversas facetas nos mais diversos níveis de relação da política brasileira. O sistema político era complexo o suficiente para incorporar diferentes atores e o coronel, dentro da lógica clientelista de um sistema maior, neste caso, o coronelismo, poderia ser tanto o patrão quanto o cliente, nas relações pessoais em nível local. Tudo torna-se mutável dependendo da teoria e pontos de vista aplicados e determinadas situações.

Tirando então o coronel do pedestal no qual foi idealizado no imaginário popular, pretendemos com este trabalho mostrá-lo atuando dentro das redes de relações estabelecidas por esse sistema e lógicas republicanas do período histórico em questão. Mudando o foco para estas redes, podemos ver os atores que compõem o coronelismo agindo e interagindo socialmente. Amparado em relações familiares, sua ação geralmente era coletiva e, no manejo das redes sociais e política do cotidiano, ele buscava defender seus interesses frente aos rivais, num complexo sistema de barganhas e negociações.

⁶ Os novos estudos, à época, aos quais se refere José Murilo são os de Pang (1979) e Queiroz (1997).

⁷ Online, obtido em mai. de 2019, disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/coronelismo>.

Essa interação pode dar-se através da lógica clientelista, mas para compreendermos ela, devemos delimitar com qual conceito do termo iremos trabalhar. Assumindo o clientelismo como parte do coronelismo, admitimos que ele pode ser um modo de atuação dentro do sistema, porém, jamais irá se sobrepor a este. Uma vez que compartilhamos da ideia de que o sistema coronelista é algo datado historicamente, que teve seu fim já delimitado, mostramos a incompatibilidade de aliar coronelismo e clientelismo como um único sistema ou política de governo, muito menos ainda como codependentes para subsistência mútua, já que atuações de lógica clientelista podem ser encontradas ainda nos dias atuais, perdurando mesmo após a queda do coronelismo.

Para Carvalho, esta dissonância entre os estudiosos que costumam confundir o sistema coronelista com o conceito de clientelismo, se dá por uma certa “frouxidão” na aplicação dos termos. O clientelismo seria:

De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. (CARVALHO, 1997)

Como podemos observar, a definição de clientelismo nestes casos onde o ampliamos a níveis macro, tende a confundir-se com o próprio conceito já apresentado como parte do sistema coronelista, como na troca de favores entre atores, e na política de reciprocidades. Por isso, segundo Carvalho (1997), existe esta confusão entre o sistema e o conceito, o clientelismo é uma das características do sistema e não deve ser confundido com o mesmo. Ele acontece em todos os níveis onde a conjuntura propicia esta troca, não importando a esse o período histórico, sendo dentro de um sistema como o coronelista, ou em momentos anteriores e posteriores a este.

Enfim, todos estes conceitos e particularidades compunham o sistema coronelista de forma característica em nosso país, mas se atualmente podemos falar de um sistema atuante em todo Brasil, o mesmo não acontecia até os anos 1980, ao menos não com aplicabilidade desse sistema para a realidade sul-riograndense na Primeira República por parte da historiografia mais tradicional. Mas foi a partir do trabalho de Loiva Otero Felix em “Coronelismo, Borgismo e cooptação política”, que vimos pela primeira vez as características típicas do sistema sendo mostradas na realidade do estado do Rio Grande do Sul, mais

precisamente, quando Félix testou a aplicabilidade do sistema frente a realidade da “[...] região serrana do planalto médio gaúcho, representada, neste caso, pelos municípios de Cruz Alta (e o distrito de Santa Bárbara) e Palmeira das Missões.” (FÉLIX, 1987, p.29).

Antes de seu trabalho, segundo a autora, a historiografia a respeito do coronelismo pouco ou nada se aprofundava em questões mais sistemáticas a respeito da política do estado na Primeira República. Muito disso se deve ao fato de certas particularidades com relação a formação do estado republicano pós 1889 no Rio Grande do Sul, onde o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), nas figuras principalmente de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, deu um tom diferente a implementação do novo sistema político de governo, se compararmos à maior parte do país. Com uma constituição inspirada no positivismo e de caráter mais autoritário, no qual o Parlamento votava apenas o orçamento, o executivo detinha forte controle político inviabilizando a presença e força dos coronéis do interior (FÉLIX, 1987).

Além disso, devido a um conflito belicoso interno, conhecido como a Revolução Federalista (1893-1895), o governo de estado abusou de certa liberdade, cedida por parte do governo central, a fim de resolver o conflito em questão. Lembrando que uma vez libertas do centralismo imperial, as oligarquias regionais tiveram naturalmente uma maior liberdade para se autogerir dentro dos estados, no Rio Grande do Sul, isso não teria ocorrido, por uma espécie de carta branca do governo federal republicano para que o PRR implementasse seu governo de forma autoritária.⁸

Tendo em mãos então este controle cedido pelo poder central, a oligarquia ligada ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR) se instalou no poder assentada em uma constituição com bases positivistas, que lhe dava total poder de controle, seja político através da já conhecida possibilidade de reeleição intermitente do governador de estado, o que conferia ao partido o controle da máquina eleitoral e burocrática, ou seja, militar, e ainda que existissem opositores, estes foram por boa parte da Primeira República esmagados pela poder do estado controlado pelo PRR.

⁸ Para uma análise crítica dessa mesma historiografia mais tradicional, ver AXT (2007).

Este forte controle da máquina estadual foi, até o trabalho de Félix (1987), um dos motivos pelos quais a historiografia mais tradicional não apostava em um coronelismo gaúcho nos mesmo moldes do coronelismo encontrado no resto do país, pois acreditava-se que devido a essas características controladoras do PRR, o espaço para ação de coronéis tenha ficado restrito, ou meramente figurativo sendo este nada mais que um “fantoche” refém das vontades do poder central gaúcho, como encontramos na percepção de Janotti (1981). Quando descreve que a vontade dos oligarcas estaduais nem sempre era a mesma dos pequenos chefes locais, e para exemplificar sua fala utiliza de uma pequena charge onde vemos Borges de Medeiros controlando como ventríloquo um boneco que representa os chefes/coronéis locais, mostrando assim um pouco da percepção que se tinha do coronelismo no Rio Grande do Sul. Onde era, nesta visão, incompatível com o que se caracterizava no resto do país, onde a força dos coronéis era reconhecida.

Parte dessa visão também pode ser encontrada no trabalho de Joseph Love (2006), que descreve o coronel gaúcho com notáveis diferenças em sua concepção se comparado a boa parte do Brasil, como vemos a seguir.

O que singularizava o coronel gaúcho era o papel que ele representava na estrutura do partido. Em outros estados o coronel geralmente conquistava a sua posição no partido situacionista graças, em parte, ao seu poder econômico e prestígio social dentro de certa área. Conquanto esses fatores tivessem algum peso no Rio Grande, havia uma qualificação indispensável para um homem exercer o poder local: a disposição para aceitar as decisões superiores; daí o nome de coronel burocrata. (LOVE, 2006, p.127-128)

Temos no estudo de Loiva Felix uma busca que visa entender como se dava essa relação entre o controle de Borges de Medeiros, e seu modo de cooptar politicamente os chefes locais que de imediato lhe dariam tranquilidade para governar. Porém, sem se resignar a interpretar Borges apenas como o mandão que detêm o controle de todo estado, a autora mostra as relações que permeavam as políticas do PRR, trazendo uma visão diferente da unilateral até então atribuída ao coronelismo no estado. Lançando luz sobre relações de cunho coronelista, onde o governo estadual muito além de apenas mandar, tinha que relacionar-se com os coronéis locais, a fim de negociar em troca de apoio, sendo estes chefes locais o que legitimava o poder de Borges, e não o contrário, como se imaginava até então, e como vimos na interpretação de Love.

Seguindo a mesma linha de interpretação de Félix, mas incorporando mais fontes documentais e uma revisão historiográfica mais ampla, Gunter Axt (2007) ampliou as análises da autora para outros aspectos políticos do Estado gaúcho no período. O historiador em alguns trabalhos também acena para desconstrução da imagem de um coronelismo sem a força dos coronéis em no estado. Através de sua análise do sistema coronelista no Rio Grande, Axt levanta questões como dissidências dentro do próprio PRR, partido hegemônico à época, o que evidencia uma incompatibilidade com a visão de que graças a um controle estatal imprimido por Borges o estado teve a força dos coronéis suprimida.

Nas décadas recentes, já não se coloca mais o debate da existência ou não do coronelismo no Rio Grande do Sul. Os trabalhos de Félix e Axt contribuíram para sedimentar a ideia de que o mesmo sistema estava presente no sul do Brasil. Embora o forte controle exercido por Borges não possa ser desconsiderado, os atores da política estadual muito além de se dobrarem as vontades do chefe partidário, participavam do jogo, e com reivindicações e negociatas imprimiam suas vontades, evidenciando a figura dos coronéis locais atuantes, e não apenas como burocratas, reféns de ordens partidárias.

Talvez um dos casos que mostre a força e certa autonomia dos coronéis gaúchos é o trazido por Axt, onde o Coronel Heliodoro Branco, correligionário do PRR, reuniu dois mil homens em um cerco a cidade de Lagoa Vermelha, motivado pela eleição Maximiliano Almeida a intendente da cidade. Esta movimentação de Heliodoro só foi contida quando um representante do governo estadual foi enviado à localidade para mediar a paz entre as facções (AXT, 2007). Este acontecimento nos deixa explícito o fato de que é incompatível a ideia de coronel serviente ao governo, contrário a imagem do coronel nacionalmente descrito. Pois, de que outra forma um chefe local angariaria dois mil homens armados sob suas ordens, se não fosse por seu poder próprio de decisão e influência. Além disso, coronéis como Heliodoro também podiam servir como sustentação das muitas dissidências sofridas pelo PRR ao longo de toda a Primeira República, sem contar a vigilante oposição maragata.⁹

⁹ Para uma análise do Partido Federalista, ver FRANCO (2008). Para uma melhor compreensão dessas dissidências, ver SACCOL (2018).

Muito embora o sistema coronelista tenha dado maior poder de ação para oligarquias regionais, ele moldava-se entre um grande entrelaçado de redes relacionais, e muito das conquistas obtidas por esses oligarcas estaduais e chefes locais dependia do seu poderio de negociação, aliado também a sua inserção nos setores onde suas conquistas seriam pleiteadas (FELIX, 1987; AXT, 2007). Para um chefe local que pouco poder de eloquência tem nos espaços da alta política, de nada adiantava capital de negociação ou influência frente a determinada localidade, se sua carência de trânsito na política não o permitia chegar ao ponto de estar inserido nas grandes negociatas do estado com a federação, ou também do próprio município com o estado, na figura de outros chefes das mesmas localidades.

É neste ponto em que se insere o que conhecemos pela figura do *mediador político*. Não sendo exclusividade própria do período coronelista, este ator pode ser identificado em diversas situações ao longo da história política brasileira. Normalmente trata-se de alguém dotado de capacidade elevada para negociações políticas, mas não só isso, também atua no sentido de conectar realidades distintas, como por exemplo, os municípios do interior (meio rural) ao poder central (espaço urbano das capitais) (VARGAS, 2010; GRIJÓ, 2017). O mediador se insere dentro do campo político para suprir a falta ou alongar o poder de influência de algum grupo ou localidade, na ausência de uma figura que faça este elo entre distintos universos. Se as conquistas do período, sejam elas de que natureza forem, são obtidas na imensa maioria das vezes somente quando se consegue instituir uma relação entre o proponente do pedido e um representante de instância superior que pode atendê-lo, o mediador se faz necessário para propiciar esta conexão.

Também vale ressaltar que existe mais do que apenas um tipo de mediador, podendo ser, por exemplo, um cidadão dentro de uma localidade que tenha contato com mundo externo a ela, o que dentro desta lógica já o diferencia do restante da população. Mas digamos que o raio de contato deste mediador chegue apenas ao poder municipal, tendo este a necessidade de alguém que possa intermediar sua demanda junto ao governo estadual. O cidadão que é considerado mediador para esta localidade, passa no meio do processo ao papel de dependente da ação de mediação de *outrem*. Isso não o destitui do papel de mediador para sua localidade, mas evidencia que existem diferentes tipos de

mediadores e suas singularidades dependiam dos recursos que eles concentravam e do raio de ação dos mesmos. Ou seja, uma pessoa pode exercer a função de mediador entre Pelotas e Porto Alegre, mas ela não tem poder suficiente para intermediar as relações políticas para além de Porto Alegre, ação que outros indivíduos mais proeminentes podiam conseguir, manejando recursos materiais e capitais relacionais diversos.¹⁰

Um claro exemplo de mediação política relacionado diretamente ao Banco Pelotense na figura de um de seus fundadores foi por nós encontrado em uma troca de correspondências. Em junho de 1908, Carlos Barbosa escrevia a Cassiano do Nascimento, um pelotense que a época ocupava o cargo de Senador da República:

Como sabeis, o Banco Pelotense, criado em Pelotas, para amparar as muitas necessidades da nossa indústria pecuária, obteve como representante e correspondente do Banco do Brasil, o privilégio para emitir os Vales-ouro para as alfandegas deste estado[...] Tendo constado a sua diretoria que tal concessão lhe seria cassada, o nosso amigo Coronel Alberto Rosa, que vos apresento, embarcou-se para essa capital, afim de conseguir do Ex. Sr. Ministro da Fazenda a continuação desse favor federal, que, atendendo as condições e aos serviços que nos presta o referido Banco, eu acho justo e solicito em seu apoio o vosso esforçado valimento. [...] PS: de pleno acordo Borges de Medeiros.¹¹

Neste simples trecho de uma só carta podemos observar enormes significados, a começar pelos níveis de mediação política. O Coronel Alberto Rosa, ainda que proeminente nome da elite política local e um dos investidores envolvidos com a fundação do Banco Pelotense, como veremos adiante, não possuía sozinho o nível de influência o suficiente para ter sua reivindicação junto à esfera política federal atendida. Sendo assim, Carlos Barbosa solicitou que outro político de maior renome, neste caso, Cassiano do Nascimento, que como senador transitava nos mais altos níveis da política, o auxiliasse na causa regional.

Cassiano ao atender este pedido, obviamente teria ganhos políticos frente à localidade a qual representava. O Senador Cassiano era da região de Pelotas. Filho de um comerciante e charqueador local, havia militado pelo republicanismo

¹⁰ Para um exemplo de como um político com bases locais precisava manejar diferentes redes e recursos para fins de obter sucesso na política da capital ver (GRYNSZPAN, 1990).

¹¹ A correspondência em questão encontra-se no acervo do Instituto Histórico Geográfico de Pelotas (IHGPEL). Dia 22.jun.1908. Remetente, Carlos Barbosa, Destinatário, Cassiano do Nascimento. Acervo Cassiano do Nascimento, Pelotas, IHGPEL. 001/1-0999B.

desde a década de 1880, na fase da propaganda, quando foi colega de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Assis Brasil e Pinheiro Machado na Faculdade de Direito de São Paulo. Logo que a República foi proclamada, elegeu-se deputado federal e, entre 1893 e 1894, foi ministro das Relações Exteriores, assumindo interinamente os ministérios da Justiça e dos Negócios Interiores, durante o governo de Floriano Peixoto.

Portanto, Cassiano era um mediador político cuja rede de atuação apresentava uma grande amplitude. Recebia cartas de fazendeiros e políticos de toda a metade sul do Rio Grande, representando seus interesses junto ao governo. Nessa hierarquia política ele estava acima dos coronéis pelotenses, pois podia manejar redes sociais e obter favores de grandes líderes das capitais. Contudo, tendo em vista a complexidade do sistema, Cassiano devia respeitar os coronéis e atender da melhor forma possível os seus pedidos, pois eram eles que garantiam a sua eleição e davam certa estabilidade ao sistema político na sua base local.

Na base do sistema, os coronéis possuíam as suas próprias redes de relações, clientelas e aliados na localidade. Estavam mais diretamente ligados ao eleitorado local e deviam garantir que as ordens de Borges fossem acatadas pelas comissões dos partidos no município. Era desse prestígio que o Coronel Pedro Osório gozava naqueles tempos. Na leitura das cartas do Arquivo Borges de Medeiros descobrimos que ele era o presidente da comissão do partido em Pelotas e, na política interna do município, os demais correligionários deviam obediência a ele. Numa carta típica de épocas eleitorais, no qual os coronéis, eleitores e candidatos ficavam com os ânimos acalorados, Alberto Rosa e outros correligionários escreveram para Borges lamentando a ausência momentânea de Pedro Osório na cidade, pois era ele “o maior conhecedor de nossa força eleitoral”. Assim sendo, o plano era “aguardá-lo, para entendermos a rigorosa exatidão do cálculo eleitoral”¹².

Ainda, outro fato chama atenção na carta escrita por Carlos Barbosa a Cassiano mencionada anteriormente. Ao final da missiva, ele faz questão de explicitar a concordância de Borges de Medeiros com relação ao pedido que ali

¹² Carta de Alberto Rosa, José Chaves e João Mendonça, 08.12.1905, n. 3658 – Arquivo Borges de Medeiros (IHGRS).

estava sendo feito. Com a morte de Castilhos, em 1903, Borges acumulou o governo do Estado e a chefia do PRR, tornando-se a principal liderança política do sul do Brasil. Em 1908, mesmo com Borges fora, teoricamente, do Executivo estadual, era dele a chancela que abalizava o pedido, denotando assim o tamanho do seu poder e influência nos bastidores do governo de Carlos Barbosa (1908-1913).

Muito embora nem sempre conseguisse, Borges buscava ter controle sobre tudo o que os coronéis republicanos realizavam em seus municípios. No caso da elite que estamos aqui investigando, as relações com o palácio parecem não ter tido muitos conflitos. Tanto Pedro Osório quanto Alberto Rosa, além de outros importantes chefes políticos locais, mantinham estreito contato com o Presidente do Estado. Não causa surpresa que o interesse do Governo sobre o desempenho do Banco Pelotense era grande. Em carta de julho de 1917, o coronel Rosa remetia especialmente para Borges um balanço do Banco, dizendo:

Prezado Chefe e Amigo

Para serem devidamente apreciadas por V. Ex. tenho o prazer de remeter dois balanços do Banco Pelotense, relativos às operações efetuadas no primeiro ano de sua fundação, 1906, e no primeiro semestre do ano corrente.

Confrontando os algarismos dos dois balanços, poderá V. Ex. aquilatar o desenvolvimento ascendente de nossa instituição bancária e avaliar a orientação, que tendo sido dada ao mesmo por sua diretoria, cooperando assim para o progresso econômico do nosso querido Estado, que tão criteriosamente tem sido dirigido por V. Ex.¹³

Anos depois, encontramos uma outra carta na qual a Direção do Banco Pelotense enviava informações para Borges. Contudo, o mais interessante é que na missiva eles afirmam: “O nosso colega Sr. Coronel Alberto R. Rosa, que nos enviou este estudo para que o façamos chegar às mãos de V. Ex., nos escreve dizendo que se dirigirá pessoalmente a V. Ex. sobre esta importante questão”.¹⁴ Ou seja, uma coisa era o Banco, enquanto instituição e “pessoa jurídica” manter contato com o presidente do Estado. Outra coisa era uma carta pessoal de Alberto Rosa para Borges de Medeiros, na qual a impessoalidade dos cargos exercidos e os contratos estabelecidos entre ambos saiam de cena e davam

¹³ Carta de Alberto Rosa, 17.07.1917, n. 3831 – Arquivo Borges de Medeiros (IHGRS).

¹⁴ Carta do Banco Pelotense, 13.08.1921, n. 3847 – Arquivo Borges de Medeiros (IHGRS).

espaço ao modo personalizado e clientelista de negociação típico do Coronelismo.

Assim sendo, a estrutura do PRR acabava transbordando suas hierarquias para dentro das negociações de ordem política e econômica, buscando influir em decisões das instituições nas quais os indivíduos faziam parte. Numa carta remetida pelos líderes do partido a Borges os mesmos reconheciam a liderança do coronel Pedro Osório sobre “a família republicana pelotense” e como intermediário do Senador Pinheiro Machado.¹⁵ Os empresários certamente aproveitavam-se de uma relação próxima com o Estado, enquanto o Estado se utilizava dos recursos financeiros e das redes empresariais dos primeiros para viabilizar projetos políticos, sendo que tudo ocorria dentro dos quadros do PRR.

Portanto, o sistema conectava em uma ponta os coronéis locais, que solicitavam favores do governo do estado, ao mesmo tempo que garantiam a hegemonia do partido no município. Mas no caso de Pelotas, por ser um município muito rico e cuja elite desde o oitocentos apresentava fortes traços aristocráticos e de conexão com o mundo exterior, os coronéis também primavam por essa distinção. Em carta de junho de 1904, ele dizia a Borges de Medeiros:

Seguindo na próxima semana para o Rio de Janeiro e dali para Europa, em visita aos filhos, era meu propósito visitar essa capital e apresentar despedidas pessoalmente, porém os meus muitos afazeres não me permitiram, assim é que as faço por esta oferecendo com toda a sinceridade os meus pequenos serviços não só para assunto de interesse particular, como também de interesse geral; qualquer determinação poderá ser feita por intermédio do nosso amigo o coronel Pedro Osório¹⁶.

Dois anos depois da missiva acima, ele liderou, junto com outros quatro incorporadores, a fundação do Banco Pelotense e cerca de 10 anos depois, quando o Banco já se encontrava em notável expansão, encontramos outra carta de Alberto Rosa para borges, no qual dizia:

Afetuosas saudações
Esta é expressamente para comunicar-vos que em princípios do próximo mês de abril projeto uma viagem a Europa, via Montevideu, direto, pretendendo ter uma demora de seis meses. Se vos poder prestar algum serviço, estou inteiramente ao dispor de vossas ordens, entretanto apresentando minhas despedidas, subscrevo com o maior apreço¹⁷.

¹⁵ Carta de Luiz Carlos Massot, Manoel Simões Lopes, João Py Crespo e Guilherme Echenique, 03.03.1905, n. 3639 – Arquivo Borges de Medeiros (IHGRS).

¹⁶ Carta de Alberto Rosa, 10.06.1904, n. 3614 – Arquivo Borges de Medeiros (IHGRS).

¹⁷ Carta de Alberto Rosa, 07.03.1914, n. 3754 – Arquivo Borges de Medeiros (IHGRS).

As missivas revelam que Alberto Rosa, o qual como veremos adiante era um capitalista com grande variedade de investimentos, não parecia ser um homem recluso em sua fazenda e sem uma visão de mundo menos localista. Enviou os filhos para estudar na Europa e em mais de uma carta é referida a sua estadia no Rio de Janeiro. Assim sendo, ele possuía uma rede de contatos de grande amplitude, o que também ajuda a explicar seu papel de liderança no setor. Na carta fica evidente que Rosa reconhecia a superioridade do chefe palaciano. Soma-se a isso o fato de que interessa a Borges ter um coronel como ele no PRR pelotense. É bem verdade que ele não alçou grandes cargos políticos. Em parte, porque não possuía curso superior, como esmagadora maioria da elite política gaúcha, mas também é possível que preferisse as atividades empresariais, o que exigia que ele estabelecesse alianças com políticos para obter favores em seus negócios.

Portanto, é possível vislumbrar a seguinte rede política no interior do sistema. Em sua base, residindo em Pelotas, temos coronéis como Alberto Rosa, Pedro Osório e outros fazendeiros locais, que nutriam de forte prestígio social e político municipal. O vínculo com a propriedade rural era uma característica presente, mas muitos desses líderes municipais podiam também ser comerciantes, charqueadores e até advogados ou médicos. Pela importância socioeconômica de Pelotas, alguns desses coronéis também podiam exercer forte influência em Porto Alegre, como o próprio Pedro Osório que chegou a ser vice-governador.

No entanto, homens como Cassiano do Nascimento permaneciam mais fora de Pelotas do que no município, por conta da alta posição de seus cargos. O próprio Carlos Barbosa, nascido em Pelotas, mas com terras em Jaguarão, havia sido deputado e senador, constituindo-se num desses mediadores políticos. Pelotenses como eles e pertencentes ao PRR, também foram Ildelfonso Simões Lopes e Joaquim Augusto de Assumpção, que ocuparam importantes cargos federais, residindo no Rio de Janeiro e inserindo-se em redes políticas de influência nacional.

Tendo em vista as características clientelistas presentes no sistema coronelista, a troca de favores acabava permeando todos os setores da sociedade. O Estado precisava negociar para exercer a sua autoridade e o

financiamento de obras públicas e investimentos de capital em diversos setores faziam parte destas negociações. Fonte de importantes divisas, os ativos do Banco podiam ser utilizados pelos seus diretores e acionistas em negociações que ultrapassavam o mercado financeiro. Uma vez que os espaços de atuação dessas elites estavam fortemente imbricados, as relações sociais e políticas certamente afetavam as relações econômicas, possibilitando o enriquecimento e a ampliação das clientelas de importantes coronéis, como Alberto Rosa e Pedro Osório, apenas para citar os mais destacados. Portanto, cremos que Banco Pelotense e seus fundadores estivessem no centro destas redes de relações políticas rio-grandenses locais e estaduais e um estudo mais aprofundado em fontes como as correspondências ou a imprensa da época pode nos trazer respostas relacionadas ao modo como a elite empresarial do estado estava inserida neste contexto.

1.2 Os coronéis criam o seu banco: fundação e trajetória do Banco Pelotense

Neste cenário de mudanças já descrito é que despontam alguns dos atores históricos a serem analisados neste trabalho. Coronel Alberto Roberto da Rosa, Dr. Joaquim Augusto de Assumpção, Eduardo Candido Siqueira, Plotino Amaro Duarte e Francisco Antunes Gomes da Costa (Barão de Arroio Grande). Estes cinco indivíduos, membros da elite regional, foram responsáveis por aquela que talvez tenha sido a maior sinalização de mudança nos rumos da economia local do período, pois juntos fundaram sua própria instituição bancária.

Apoiando-nos fortemente no trabalho de Lagemann (1985), é através de sua pesquisa que temos uma possibilidade de maior contato com a história e trajetória do Banco Pelotense. Atualmente, os documentos ligados diretamente à instituição, e que foram utilizados por Lagemann nos anos 1980, encontram-se sob a guarda do Banrisul, mas com restrição de acesso aos pesquisadores. Portanto, é fazendo uma análise mais detalhada de sua pesquisa que poderemos trazer dados e contar a história desta instituição, tentando lançar luz sobre questões não aprofundadas ainda acerca do Pelotense.

Fundado em 1906¹⁸, o Banco Pelotense não pode, definitivamente, ser encarado apenas como mais uma instituição bancária em meio a um setor que vinha se expandindo na economia nacional. Mesmo localizado em uma região extrema, geograficamente, do país, o Pelotense¹⁹ foge às características da imensa maioria das instituições que atuavam no mesmo ramo, isso porque o banco surge em uma época em que as casas bancárias tinham uma atuação predominantemente regionalizada, sendo assim, poucas eram as que transpunham barreiras estaduais de atuação, ou até mesmo nacionais, como foi o caso do Banco Pelotense.

Dentro do estado, o Pelotense teve filiais e agências em diversas cidades, como: Rio Grande, Porto Alegre, São Gabriel, Itaqui, São Borja, Caxias, Cruz Alta, entre outras. Já no cenário nacional, o Banco contou com agências no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Ponta Grossa (PR), Juiz de Fora (MG), Curitiba (PR) e mais algumas localidades, lembrando que não necessariamente estas filiais foram inauguradas ou funcionaram concomitantemente. Segundo Mario Magalhães (2010), o Banco Pelotense contou com 70 filiais e agências em mais de cinco estados brasileiros e no exterior. Estes números por si só já dão uma ideia da amplitude alcançada pela instituição. Ainda segundo Magalhães, chegou o Pelotense a ser dono de praticamente toda área da Ilha do Governador no Rio de Janeiro e do terreno onde hoje localiza-se o Aeroporto do Galeão.

Embora a historiografia a respeito da instituição não seja volumosa, temos um consenso entre os poucos trabalhos disponíveis quanto às origens do capital e ímpeto para fundação do Pelotense. Atender o setor pecuarista/charqueador era a principal demanda inicial do banco, uma vez que este setor era peça central da economia local e já vinha atravessando imensas dificuldades desde o final dos anos 1880.²⁰

¹⁸ Ver, A Federação, 16.02.1906, p. 2.

¹⁹ Por vezes ao longo deste texto irei me referir ao Banco Pelotense apenas como “o Pelotense”.

²⁰ Para maiores detalhes ver: PESAVENTO (1980).



Ilustração 1: Antiga matriz do Banco Pelotense, atualmente pertencente ao BANRISUL. **Imagem:** Autor



Ilustração 2: Parte interna da matriz do Banco Pelotense. **Imagem:** Autor desconhecido²¹

²¹ Online, acessado em abril de 2020, disponível em: <https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/14195114795/in/photostream/>

Essa predileção natural do Pelotense a atender o setor pecuarista fica evidenciada quando nos debruçamos sobre as listas de acionistas da instituição. Em 1906, ano de sua fundação, o banco iniciou as atividades com um capital acionário de 15.000 ações, que estavam divididas entre 143 acionistas. Não tivemos acesso a lista completa de acionistas de 1906 para a realização de nossa pesquisa, portanto, os dados referentes a esta foram retirados do trabalho já citado de Lagemann (1985).

Destas 15.000 ações, um total de 6.304 estavam sob o controle de apenas três indivíduos, sendo eles: Alberto Roberto Rosa com 2.102, Barão de Arroio Grande com 2.101 e Joaquim Augusto de Assumpção com 2.101. Como nos mostra Lagemann, estes três nomes que representavam 2% do total de acionistas, detinham para si o controle de 42% do total de ações da instituição junto a sua fundação.



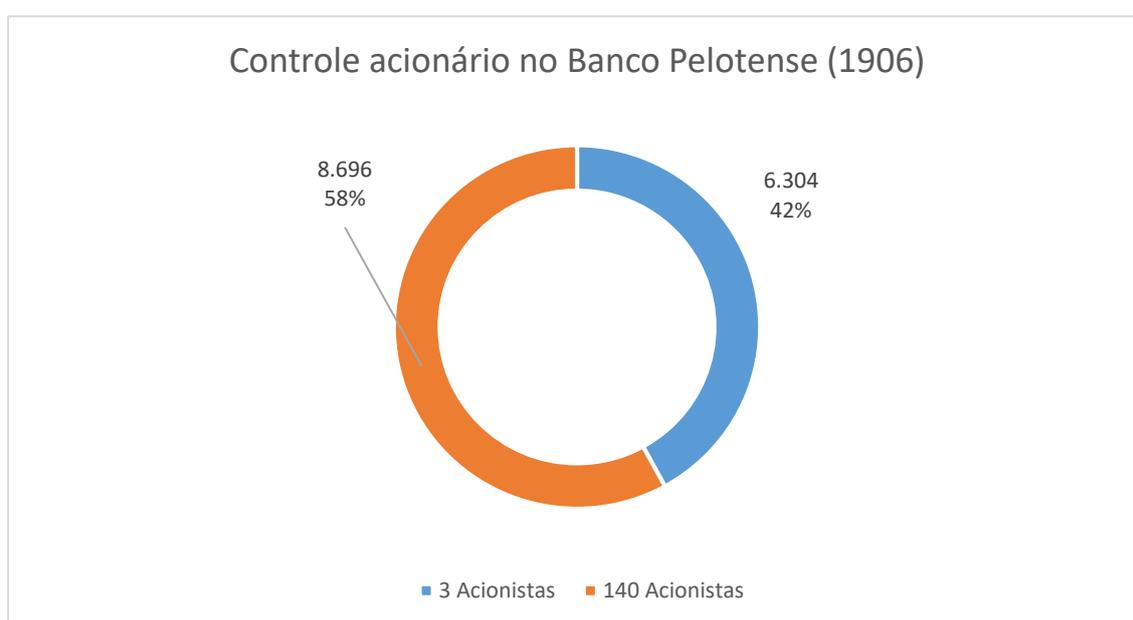
Figura 3: Funcionários do Banco Pelotense em seu ambiente de trabalho.

Imagem: autor desconhecido²²

²² Online, acessado em abril de 2020, disponível em:
<https://www.facebook.com/Olharessobrepelotas/photos/o-banco-pelotense-foi-fundado-em-fevereiro-de-1906-e-sua-matriz-ficava-em-pelota/1646216095485589/>

Estes detentores de 42% do controle acionário encontravam-se intimamente ligados ao setor pecuarista/charqueador de onde originou-se uma imensa parte de suas fortunas e também das fortunas de suas famílias, acumuladas ao longo de parte do século XIX. Maiores informações sobre a origem e distribuição do capital destes indivíduos, assim como suas ligações familiares, serão aprofundadas no decorrer deste trabalho. No gráfico a seguir conseguimos ter uma ideia mais exata da dimensão no controle acionário exercida pela ínfima minoria de acionistas.

Gráfico 1:



Fonte: Dados para o gráfico foram retirados de Lagemann (1985).

Ter seus maiores acionistas ligados à pecuária regional, que a essa altura já estava adaptada aos moldes capitalistas, é um indicativo da vocação inicial do banco em atender o setor. Aliado a esse fato, o trabalho de Lagemann (1985) nos traz uma informação de muita relevância quanto à concessão de empréstimos pessoais cedidos pelo Banco Pelotense. Tal procedimento só era feito mediante aprovação unânime da diretoria e conselho fiscal da instituição, o que evidencia mais ainda a importância das redes de relações, para além das capacidades econômicas dos interessados. Para que entendamos de forma mais ampla o que esta informação significa em nossa análise, precisamos aqui nos aprofundar um pouco na trajetória do corpo diretivo do Pelotense, como se formaram as direções e conselhos fiscais durante os 25 anos de funcionamento do banco.

Segundo Lagemann (1985), o Banco Pelotense teve 8 diretores e 5 conselheiros fiscais durante seu período de atuação entre 1906 e 1931. Se levarmos em conta somente o período entre 1906 e 1921, momento chave que marca o surgimento e expansão do banco, encontramos apenas 3 diferentes diretores, sendo eles, Alberto Roberto Rosa (1906-1923), Plotino Amaro Duarte (1906-1931) e Antonio Mourgues (1913-1921). Já no conselho fiscal, encontramos para o mesmo período cinco nomes, são eles: Joaquim Augusto de Assumpção (1906-1916), Eduardo Cândido Siqueira (1906-1931), Francisco Antunes Gomes da Costa (1906-1912), Francisco A. G. da Costa Filho (1913-1931) e Lourival Mascarenhas (1917-1931).

As informações acerca do conselho diretivo e fiscal nos dão um panorama mais amplo a respeito do fechamento do poder de decisão nas mãos dos cinco fundadores e mais alguns poucos nomes. No conselho fiscal encontramos apenas uma exceção não ligada aos incorporadores do Banco, que é o nome de Lourival Mascarenhas, pois, os outros quatro membros do conselho durante todo o tempo de funcionamento do banco eram fundadores ou ligados a eles diretamente por laços de parentesco, como é o caso de Francisco A. Gomes da Costa Filho, que vem assumir a cadeira do pai (o Barão de Arroio Grande) no conselho após sua morte em 1912.

Segundo Lagemann (1985), o grupo dos cinco incorporadores iniciais do banco atuaram de forma vitalícia nos cargos diretivos da instituição. Isto explica encontrarmos seus nomes de forma ininterrupta a ocuparem esses cargos até suas mortes, no caso, três dos cinco incorporadores não atravessaram a totalidade dos 25 anos da instituição a frente de seus cargos. Somente Plotino e Eduardo ainda se encontravam vivos e presentes na fundação em 1906 e liquidação da instituição em 1931.

Em seu trabalho, Lagemann ainda nos traz dados sobre a direção de outros dois bancos gaúchos que competiam diretamente com o Banco Pelotense no mesmo período, são eles o Banco Província e o Banco Nacional do Comércio, ambos com matriz na cidade de Porto Alegre, capital do estado. As três instituições entre 1906 e 1930 dominaram o mercado bancário gaúcho, sendo o Província detentor do maior patrimônio líquido entre os bancos gaúchos durante todo este período, enquanto alternou com o Pelotense o posto de instituição com maior valor em depósitos. Neste aspecto, o banco da região sul do estado

chegou ao posto de terceiro em nível nacional com maior volume de depósitos se levarmos em conta todas as instituições do país.

No período entre 1906 e 1921, enquanto o Banco Pelotense contou com apenas 3 diretores, segundo Lagemann (1985), o Província contou com 10 acionistas no corpo diretivo, o mesmo número também é encontrado neste período no Banco Nacional do Comércio. Uma vez que já temos este panorama amplo, contando com dados referentes a outras instituições semelhantes, podemos reforçar a ideia do Pelotense como grande fiador do setor pecuarista regional.

Mais do que isso, ao notarmos movimentações que fecham o poder do banco no entorno de seus fundadores, dando a eles a chancela de conceder ou não empréstimos pessoais, não podemos excluir deste escopo geral a importância das relações sociais e políticas neste período onde o coronelismo se ramifica por todo território nacional, sendo estas relações pessoais decisórias até para obtenção de empréstimo junto a um dos maiores bancos do estado e grande fiador de parte central da economia gaúcha na época.²³ Portanto, além de constatar o compromisso do Pelotense com o seu setor originário, encontramos na análise desta instituição práticas que corroboram com a sua inserção nas práticas coronelistas que marcaram a política e economia gaúchas da Primeira República (AXT, 2007).

Indo além, em sua pesquisa, Lagemann é taxativo ao afirmar que “Colocar-se ao lado no governo estadual, apoiando o Partido Republicano Rio-grandense... não constituiu privilégio de nenhum Banco”. (LAGEMANN, 1985, P. 153). Porém, o próprio autor acaba trazendo argumentos que invalidam esta visão de que as relações políticas não constituíam vantagem. Como já mostramos, o trabalho de Lagemann tem em seu foco principal uma visão macro da economia gaúcha como um todo, trazendo dados que focam mais nos números do que propriamente nas relações sociais, por isso, talvez, o autor tenha tido a mencionada percepção quanto aos possíveis privilégios obtidos através de relações políticas, característica básica do sistema coronelista.

Vamos aos fatos. No ano de 1920 o Presidente do estado e líder no PRR, Borges de Medeiros, buscava junto a vários bancos o apoio em forma de

²³ Sobre a importância do Coronelismo na região e como o mesmo perpassava às relações políticas e econômicas institucionais ver o clássico trabalho de FELIX (1996).

empréstimo para que fosse feita a encampação da Viação Férrea Estadual. Segundo Lagemann, Borges ouviu negativas vindas de quase todas as instituições bancárias nas quais buscou auxílio para este grande empréstimo, sendo a única exceção justamente o Banco Pelotense.

O contexto da economia bancária gaúcha neste período era de crise geral devido à retração do setor pecuarista que perdia o mercado europeu pós Primeira Guerra. O grande conflito que assolou o continente europeu entre 1914 e 1918, gerou um reflexo positivo na economia pecuarista/charqueadora, pois, segundo Beatriz Ana Loner (1999), durante o conflito as charqueadas voltaram a ter destaque nas exportações e um aumento significativo na produção que escoava para o outro lado do oceano atlântico a fim de abastecer o continente europeu durante e no pós guerra enquanto este se reestruturava.²⁴

Para Loner, a crise bancária, que era generalizada, foi agravada ainda mais quando o governo estadual resolveu retirar os depósitos estatais de todas as casas bancárias para fins de realizar melhorias no setor ferroviário, melhorias estas que ajudariam em muito o escoamento de mercadorias ligadas à pecuária. Porém, esta visão de Loner sobre a movimentação do governo estadual carece de algumas informações que são centrais e encontram-se presentes no trabalho de Lagemann (1985).

Enquanto para a autora o governo ajudou a desestabilizar o setor bancário com as retiradas em massa dos depósitos estatais, Lagemann nos mostra o destino deste capital, que vem a ser justamente os cofres do Banco Pelotense. Ao tornar-se aliado do governo estadual para a obtenção do empréstimo já citado, o Pelotense passa a ser para o governo, nas palavras de Lagemann, “seu agente financeiro”, ou seja, a partir de 1920 o banco passa a ter o controle sobre todos os depósitos destinados ao governo do estado em forma de impostos, sejam eles oriundos dos portos, ferrovias e mesas coletoras espalhadas pelo estado, entre outros.

Ao unirmos as informações de crise no setor bancário com a de compensação do estado ao Banco Pelotense pela boa relação e auxílio a suas pretensões, notamos os fatos indo na contramão do que supunha Lagemann ao afirmar que as relações entre setor econômico e política não implicavam em

²⁴ Para o mesmo processo, ver PESAVENTO (1980); VIZENTINI (1998).

vantagens. Para se ter uma melhor ideia do que representou essa vantagem para as contas do Pelotense, usando dados do trabalho de Lagemann, temos em 1916 o Banco Província com participação relativa de 52,5% no saldo total de depósitos dos bancos gaúchos, enquanto o Pelotense figurava com 24,5%, já ao avançarmos uma década, em 1926 temos a participação do Província reduzida a 30,4% do total, enquanto o Pelotense toma o topo em números totais de depósitos com 35%.

Portanto, este é mais um exemplo da importância das relações sociais e políticas dentro da lógica coronelista e de como isto estava presente no Rio Grande do Sul, tal qual no resto do país. As principais lideranças do Pelotense eram ligadas intimamente ao PRR e negociações bancárias eram perpassadas por negociações político-partidárias, no qual importantes coronéis pelotenses articulavam seus interesses e os barganhavam com Borges de Medeiros. Embora os favorecimentos pareçam sutis, eles acabam tornando-se fundamentais para determinados grupos de elite manterem seu *status* e capital político/financeiro.

Obviamente, como já debatido, estes favorecimentos aconteciam de forma mútua, em um cenário onde todos, de alguma forma, saíam ganhando. Ao ser favorecido pelo governo estadual, o Banco Pelotense foi elevado a principal banco gaúcho em número total de depósitos, dando assim fôlego para a elite ligada a esta instituição mesmo diante da crise no setor primário de sua economia local. Enquanto isso, o governo realizou as melhorias ferroviárias pretendidas a fim de suprir uma necessidade de seu eleitorado.

É importante dizer que as elites pelotenses estavam se renovando, optando por outros investimentos e áreas de atuação inexistentes ou pouco significativas nas décadas de 1870 e 1880. Com o advento das indústrias, dos frigoríficos, arrozais, bancos e de outros ramos e atividades econômicas abertos aos investidores urbanos, novas famílias tendiam a projetar-se no cenário regional, buscando superar entraves estruturais típicos de um setor das elites rurais pecuaristas mais tradicionais, assim como do antigo comércio e da charqueada escravista. Muitas vezes essa renovação surgia no interior das próprias famílias, no qual os filhos, a partir de uma formação educacional mais moderna e sintonizados nas transformações de ordem capitalista que chegavam na fronteira, lideravam tais processos. O fato é que as elites pecuaristas da

chamada metade sul do estado foram lentamente perdendo a hegemonia política e econômica para grupos de empresários mais ao norte, em Porto Alegre, e na região de colonização italiana e alemã, mais próximos à capital.²⁵

Ao longo desse processo, Pelotas manteve-se como principal cidade da metade sul e custou a perder sua posição de proeminência política, econômica e cultural regional. A Escola de Agronomia e Veterinária, por exemplo, ainda era referência na formação de jovens profissionais dedicados aos processos de melhorias técnicas e científicas no meio rural, rivalizando com Porto Alegre. A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, ainda tinha em Pelotas a sua sede principal, transferida para a capital somente nos anos 1920. O ministro da Agricultura entre 1919 e 1922, Ildefonso Simões Lopes, era pelotense, líder do PRR, e tinha importante base política e de relações sociais na região da campanha, assim como outros importantes membros dessa elite (VARGAS, 2019). O fato é que todas essas instituições e associações eram dirigidas por figuras proeminentes do partido, que estendia seus braços em todos os espaços de poder, sendo o Banco Pelotense somente mais um deles.

Assim sendo, o Banco Pelotense, até a sua falência, foi um dos símbolos da persistência dessa elite agrária da metade sul do Estado, que buscou modernizar-se, investindo em frigoríficos, sistema bancário, ensino superior, comércio, indústria e infraestrutura local, mas que não resistiu aos anos 1930, perdendo parte do seu poderio econômico e político regional. Após 25 anos de atuação no mercado financeiro gaúcho e nacional, o Banco Pelotense veio a fechar suas portas em 1931. Os motivos para falência²⁶ desta instituição são debatidos em alguns trabalhos e vão desde culpabilizar o então presidente Getúlio Vargas por uma suposta motivação pessoal ao não fornecer os empréstimos necessários para manter o banco, até explicações mais lógicas calcadas em dados e análises mais amplas dos acionistas diretores da instituição.

Em nossa análise, acreditamos que as motivações que fizeram o Banco Pelotense prosperar de forma gigantesca para os padrões da época são as

²⁵ Para algumas considerações sobre esse processo ver: AXT (2007), PESAVENTO (1980), COSTA (1988).

²⁶ Para mais formações sobre a falência da instituição, a partir de visão dos diretores e acionistas, ver: OSÓRIO (1935); OLIVEIRA (1936).

mesmas que o fizeram falir. Surgido da movimentação de uma elite local e economia em transição, o Pelotense é erguido a partir da personificação de sua vocação nos fundadores, homens de negócios, intimamente ligados à pecuária e às charqueadas (que estavam com seus dias contados), que viam nas relações políticas um meio para prosperarem e manterem seus postos. Estes se utilizaram da lógica clientelista para adaptarem-se aos “novos tempos” da Primeira República, onde as relações supriam para várias elites a falta de pujança financeira de outrora.

Quando os incorporadores participaram e ganharam vantagens no jogo das relações de reciprocidade clientelística típicas do coronelismo, estavam obtendo uma sobrevida em tempos de uma mudança estrutural imensa na máquina pública do país, mudança esta que aos poucos vai colocando seu poder e status de lado. Enquanto o sistema coronelista se estruturava e ditava os caminhos para esta elite, o Banco Pelotense aproveitou-se dos mecanismos por ele propiciados, como podemos ver em inúmeros exemplos mostrados que corroboram com nossa visão. Mas como já abordado nesta pesquisa, o Coronelismo tem datação histórica bem definida, tendo fim no pós Revolução de 1930, junto com ele teve fim também a trajetória do Banco Pelotense em 1931.

Alguns anos antes de sua falência, o Pelotense já encontrava dificuldades para manter-se, embora a crise de 1929 tenha sido um ponto importante quando vamos debater o fechamento da instituição, é antes de sua chegada que os problemas no entorno do banco começaram a ficar evidenciados. Enquanto o setor bancário como um todo passava por grande crise após 1920, o Pelotense fugiu a esta regra graças à boa relação com o governo estadual. Este enlace iniciado em 1920 teve um fim no ano de 1928 por parte do estado, que, na figura de seu presidente Getúlio Vargas, criou o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (atual BANRISUL). Assim sendo, a perda de prestígio e poder de Borges de Medeiros na passagem dos anos 1920 para os 1930 coincidia com o declínio do Banco. Nesse processo, Vargas reuniu novas figuras à sua volta, tendo que rearticular suas alianças, substituindo as redes políticas borgistas pelas suas próprias redes (AXT, 2007).

Ao criar um banco estatal, Getúlio de forma imediata ordenou a retirada de todos os depósitos do estado presentes em bancos privados, entre eles o maior depositário, Banco Pelotense. Esta manobra lógica do governo estadual a fim de

fortalecer sua própria instituição acabou agravando uma crise no setor que já vinha se arrastando ao longo da década. Seguido a isso, no ano de 1929, em nível mundial, estourou uma crise sem precedentes, fazendo com que os caixas já combalidos da instituição se esvaziassem ainda mais (PESAVENTO, 1980).

Para termos uma ideia da crise que rondava o setor de carnes e charque, ponto central de apoio do Pelotense, no trabalho de Lagemann (1985) temos disponíveis alguns dados, como os de exportação de carnes congeladas oriundas dos frigoríficos rio-grandenses, que recebiam imenso aporte do Pelotense. Os dados mostram que em tonelagem, no ano de 1930, o setor exportou 47 mil toneladas. Indo para o ano seguinte, os indicadores revelam que em 1931 este número cai para menos da metade de volume, não passando de 21 mil toneladas, caindo ainda para 8 mil toneladas em 1932.

Já com relação a produção de charque, Sandra Pesavento (1980) evidencia que entre 1927, um ano antes da criação do atual BANRISUL, e 1931, ano de fechamento do Pelotense, a exportação do principal produto produzido na cidade de Pelotas cai quase pela metade, como pode ser visto na Tabela 1. Por justamente ser tão fechado no entorno deste setor, se viu o Pelotense em situação delicada, sofrendo ele as consequências diretas da crise na pecuária gaúcha.

Tabela 1 - Exportação de Charque no RS: 1927-1932

Anos	Tonelagem
1927	61.411
1928	53.836
1929	45.879
1930	35.695
1931	32.385
1932	40.874

FONTE: Pesavento, Sandra Jatahy. RS: a economia & o poder nos anos 30. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

Enfim, como já dito, ter abraçado seu setor e fechado a direção no entorno de ideias que acompanharam o banco durante toda sua trajetória, aliado ao fato de uma boa relação com o governo estadual, renderam ao Pelotense muitos frutos durante seus 25 anos de funcionamento. Mas justamente essas

características que o fizeram prosperar, foram chave para sua queda, uma vez que o setor da pecuária entrou em grave crise e o governo estadual diminuiu significativamente o poder das elites locais. O Pelotense que baseava suas ações na lógica do sistema de trocas e reciprocidades típicas do coronelismo, se viu sem saída, o que se agravou com a chegada deste novo sistema iniciado em 1928 no RS a nível nacional com Getúlio Vargas ocupando não mais o posto de presidente do estado, e sim do país.

Ao falar sobre o banco e seu impacto na região não podemos deixar de lado todas as famílias que a ele foram ligadas, seja com vínculos empregatícios ou financeiros. Como nos propusemos neste trabalho a analisar a elite regional, sem dúvida iremos realizar além do que apenas uma análise sobre os cinco fundadores. Foram eles as mentes por trás do pontapé inicial para o empreendimento, mas nem de longe representam sozinhos a totalidade desta elite e seu *modus operandi*, pois unido a eles encontramos ao longo da história centenas de investidores do Pelotense. Nem todos cabem neste trabalho, obviamente, mas feitos alguns recortes, teremos a partir do banco uma amostragem de um dos principais setores da elite local do período.

1.3 Entre erros e acertos: o Banco Commercial Pelotense e a empreitada frustrada no mercado bancário

Às vésperas da Proclamação da República, em 1889, surgiu na cidade de Pelotas um empreendimento bancário a partir da organização entre charqueadores, comerciantes e industriais. Embora nosso objeto principal de análise seja o Banco Pelotense e os atores sociais que o cercavam, não podemos deixar de lado em nossa pesquisa os passos econômicos dados pela elite local antes e após sua criação.

Fundado em 1906, o Pelotense surge para atender os anseios financeiros da elite local, porém, quase dezessete anos antes, alguns dos incorporadores e acionistas desta instituição já haviam dado início a uma empreitada dentro do mercado bancário: surgiu assim o Banco Commercial Pelotense. Com uma bibliografia quase inexistente sobre a instituição, torna-se difícil delimitar tempo de atuação e real importância do banco para a cidade, como já nos mostra Vanda Ueda (1998). A autora indica pontos em comum que permeiam a criação de alguns empreendimentos da cidade de Pelotas, a começar pelos

incorporadores, quase sempre pertencentes a um mesmo grupo da elite local que se repete entre acionistas e diretores de várias instituições comerciais locais de forma quase que conjunta. Vejamos então alguns nomes retirados a partir da ata²⁷ da assembleia geral constituinte da instituição, um dos poucos documentos aos quais se tem acesso sobre esse Banco.

A começar pelo incorporador, Francisco Antunes Gomes da Costa, conhecido também como Barão de Arroio Grande, já mostrado neste trabalho como um dos cinco principais fundadores do Pelotense, percebemos que algumas figuras se repetiam em diversos investimentos do ramo empresarial local. O envolvimento do Barão com o surgimento de outra instituição bancária local, ainda no século XIX, expressa uma evidente movimentação da elite local no intento de auto preservar-se economicamente, uma vez que, ao final dos anos de 1800, a economia local se via em iminente declínio com a diminuição na produção de charque, principal atividade econômica da região.

Outros dois nomes que compunham a direção do Banco Commercial ao lado do Barão eram os de Antônio Francisco Rocha e Faustino Trapága. Com relação ao primeiro, não conseguimos encontrar o seu nome ligado ao Banco Pelotense em nenhuma das listas de acionistas as quais temos acesso, já o nome de Faustino Trapága é presença constante entre os acionistas do Pelotense nas listas de 1916, 1919 e 1924. Portanto, dois dos três diretores estão ligados diretamente às duas instituições bancárias.

As relações entre os dois bancos vão além dos diretores, compondo o conselho fiscal do Commercial encontramos Possidônio Mâncio da Cunha, Bernardo José de Souza e Pedro Fontoura Lopes. Tanto Possidônio, quanto Pedro, são também encontrados nas listas de acionistas do Pelotense de 1916, 1919 e 1924. Bernardo José, ainda que não tenha como ser ligado diretamente ao segundo banco, tem na figura de dois dos seus netos uma grande participação nos rumos desta instituição, são eles Júlio e Pompeu Mascarenhas de Souza, que se encontram durante toda a trajetória do Banco Pelotense entre os maiores acionistas da instituição e ligados diretamente ao corpo diretivo do banco, como ainda veremos ao longo deste trabalho.

²⁷ Este documento encontra-se anexado ao trabalho de UEDA (1998)

Também é mencionado na ata constituinte do Banco Commercial Pelotense o nome de João Simões Lopes Filho, Visconde da graça. Vindo a falecer em 1893, o visconde não participou da fundação do Banco Pelotense, em 1906, mas dois de seus filhos²⁸ se encontram entre os acionistas do mesmo, são eles Manoel e Augusto Simões Lopes, que se fazem presentes em todas as listas de acionistas as quais temos acesso. Como trataremos em nossos estudos também sobre as relações familiares dentro do grupo de denominada elite, entendemos que a participação de famílias em conjunto é tão importante neste cenário quanto os atos isolados de alguns indivíduos.²⁹

Como já dito anteriormente, a documentação referente ao Banco Commercial Pelotense é escassa, se quer o encontramos mencionado no trabalho de Lagemann, que serve como importante fonte de informações a respeito do sistema financeiro gaúcho para esta pesquisa. Contudo, buscamos algumas explicações para o surgimento da instituição em fatores externos ocorridos no período. Embora uma análise dos indivíduos se encaixe em nossa linha de buscar a atuação social das elites, estas não agem de forma individualizada e alheia às conjunturas da época.

Buscando respostas quanto ao cenário político/econômico do período, recorreremos aos estudos de Steven Topik (1987). Em sua análise, o autor nos mostra o cenário bancário pré Proclamação da República, onde o estado imperial que por décadas se mostrou extremamente intervencionista com relação ao controle da economia, partia para uma espécie de última cartada na intenção de conter a crise que corroborou em seguida para a queda deste sistema político.

Topik nos mostra que em 1888, às vésperas do golpe militar que derrubaria o império brasileiro, no país “havia 26 bancos com capital total de menos de 145.000 contos” (TOPIK, 1987, p. 39). Sendo que mais da metade do montante em dinheiro encontrava-se depositado no Rio de Janeiro, centro da corte imperial, o que dificultava a montagem de uma rede de empréstimos que abarcasse boa parte do território brasileiro.

²⁸ Em nossa pesquisa, ainda consta na lista de acionistas de 1924 o nome de Odette Simões Lopes, provavelmente descendente do Visconde, porém, não conseguimos encontrar fontes que comprovem esta suposição.

²⁹ Para um modelo semelhante de envolvimento entre famílias e redes empresariais em Rio Grande, na mesma época, ver FERRARETTO (2012).

Ainda segundo Topik, apenas 7 províncias contavam com pelo menos um banco neste período, isso acabava fazendo com que a grande massa da população buscasse empréstimos pessoais diretamente com chefes locais, que assim aumentavam seu poder frente às localidades, este fato terá reflexo direto ainda nos anos seguintes, como podemos ver no sistema coronelista. Porém, este tipo de sistema tem finitude, que é justamente a estabilidade destes chefes locais. Enquanto estes conseguem prosperar, a estabilidade econômica local que passa por suas mãos está assegurada. Contudo, a partir do momento onde a cadeia produtiva como um todo passa por uma crise, os chefes são diretamente afetados e com isso a economia local perece, pois está diretamente vinculada a estas figuras.

Tentando socorrer as elites locais ao fim do império, o governo a partir de 1888, decidiu expandir linhas de crédito a fim de fortalecer o sistema bancário, propiciando, segundo Topik, um aumento de 100% no montante de capital em instituições bancárias entre 1888 e 1889, antes da queda do Império. Esse aumento causou uma explosão na abertura de novas instituições por todo país, já que os baixos juros incentivaram as elites locais a criarem suas instituições e assim estabilizarem-se frente à crise final da monarquia.

Portanto, acreditamos que estes fatores externos à cidade de Pelotas podem ter sido preponderantes para o surgimento do Banco Commercial Pelotense, o que explicaria também o curto período de funcionamento da instituição, uma vez que os reflexos desta abertura desenfreada de crédito por parte do governo ocasionou uma bolha bancária que veio a estourar tão logo iniciou-se a República. Soma-se a isso as políticas levadas a cabo por Rui Barbosa, ministro da Fazenda após o 15 de novembro. A expansão dos capitais financeiros e industrial veio junto com uma forte alta inflacionária, em um processo que ficou conhecido como “Encilhamento” e marcou o período pela crise econômica que levou à falência vários empresários.

No presente caso, embora não tenhamos mais informações sobre o Banco Commercial Pelotense, a iniciativa de alguns indivíduos pertencentes à elite local e o seu interesse em investir no mercado bancário já ficava evidente mais de 15 anos antes da fundação do Pelotense. Tal episódio merece ser mais bem estudado e uma investigação mais aprofundada não foi possível de ser realizada no momento atual, podendo ser feita em pesquisas futuras. Contudo, é provável

que os erros cometidos nessa época tenham servido de lição para alguns que ainda estavam presentes nos meios capitalistas e bancários na ocasião da fundação do Banco Pelotense. A necessidade de uma boa relação com os altos escalões da política talvez fosse algo que exigisse um maior investimento. Assim sendo, as trajetórias dos primeiros investidores e suas redes de relações políticas e familiares serão melhor analisadas nas próximas páginas.

CAPÍTULO II

Uma elite de coronéis e suas relações sociais e políticas: os fundadores do Banco e os principais acionistas

Enfim, uma vez que já perpassamos por aspectos de contextualização do período e o meio no qual estavam envolvidos os fundadores do Pelotense, partimos agora para uma análise mais aproximada e individualizada de suas movimentações econômicas, parte de suas redes relacionais e de que forma estas podem ter sido desenhadas para proveito próprio dos indivíduos em análise.

Como a presente pesquisa propõe-se a analisar um pequeno grupo pré-definido a partir de um recorte, que foi a lista dos principais acionistas do banco, o que faremos aqui, além de analisar ações individuais, é mostrar esta pequena rede social em ação, com atores agindo entre si, e movimentando suas finanças muitas vezes em conjunto. Tal procedimento nos ajudará a definir o que exatamente foi decisório para que estes cinco personagens e mais alguns grandes acionistas da instituição ocupassem esse local de destaque na economia e política local. Dentro do campo de análise de redes, nos apoiaremos na visão proposta por Carl Landé.

Na prática, um estudioso que desejar examinar uma rede deve limitar sua atenção a um número finito de indivíduos, isto é, a uma rede que esteja limitada em espaço e em tempo. Assim, poderia restringir-se a examinar as relações diádicas que existem entre as pessoas[...] (LANDÉ,1977)

Portanto, o número reduzido de atores desta rede não se tornará impeditivo para sua análise, uma vez que limitando os atores podemos direcionar melhor o foco para a movimentação destes. Pois, a possibilidade de ampliar o número de indivíduos analisados, embora pareça perfeitamente possível, não mostraria de qualquer forma a totalidade da rede em volta dos fundadores do banco pelotense, já que redes sociais são extremamente mutáveis e maleáveis, para que assim possam cumprir sua função. Parte do funcionamento das redes sociais é abordado por Jonas Vargas:

[...] a rede é permeada por relações de reciprocidade pessoal e sua duração depende da própria duração das díades que a sustentam. É possível nesse sentido dizer que a rede possui uma série de normas e consensos internos e que a sua variação depende do tipo de bens material e simbólicos que são trocados em seu interior. (VARGAS, 2017, p.150)

Tendo em vista o incipiente mercado bancário do período, a análise da história das famílias e de suas redes de relações também colaboraram para uma maior compreensão das trajetórias de seus incorporadores, uma vez que era impossível agir individualmente. No contexto regional, o sistema capitalista ainda dava os primeiros passos para a sua inserção tanto na produção da riqueza quanto nas finanças, em um país com condições economicamente periféricas e cuja riqueza e a população ainda se encontravam em grande maioria no meio rural.

2.1 Os Coronéis Banqueiros: uma análise dos fundadores do Banco Pelotense

O primeiro dos cinco fundadores a ser analisado trata-se de Plotino Amaro Duarte. Membro da elite econômica da cidade, ele era casado com Maria Ambrosina Campello³⁰, filha de João Chaves Campello, um conhecido nome da política regional, que chegou ao posto de vice-presidente³¹ da então província durante o período imperial. O mencionado matrimônio traduz algo comum entre as elites da época, pois, as boas relações familiares eram fundamentais para a ascensão social e a permanência enquanto elite. E, neste caso, podemos dizer que Plotino encontrava-se pelo lado da família de sua esposa, muito bem relacionado.³²

No ramo dos negócios, Plotino destaca-se pela diversificação de suas atividades, muito ligado ao setor de empréstimos, seguros e corretagens. Possuía ele na cidade de Pelotas em 1905, um ano antes da criação do Banco Pelotense, um escritório reconhecido como agência bancária³³ em seu nome. Nesta agência eram realizadas operações de câmbio e crédito, compra e venda de ouro, entre outros serviços, ou seja, eram realizados no local todos os tipos de operações bancárias. Não à toa, um ano mais tarde o local serviu como primeira sede do Banco Pelotense.

³⁰ Online, obtido em abr. de 2019, disponível em: <https://www.geni.com/people/Maria-Ambrosina-Campello-Duarte/4294993421800026751>

³¹ Online, obtido em abr. de 2019, disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u752/000002.html>

³² O casamento sempre foi uma forma de ascensão social para os homens e de construção e manutenção de estratégias políticas e econômicas. Ver, por exemplo, CARVALHO (2003), MARTINS (2005), VARGAS (2010).

³³ Ver, Almanak Laemert: Administrativo, Mercantil e industrial de 1905.

PLOTINO AMARO DUARTE

ESCRITORIO BANCARIO, FUNDADO EM 15 DE JANEIRO DE 1894
CAMBIOS, — OPERAÇÕES DE CREDITO, — AGENCIAS

Compra e vende **ouro e saques** sobre as principaes praças do **Brazil**, Republica Oriental, Argentina e Europa.

Fornece cartas de credito.

Compra e vende titulos.

Realisa todas as operações bancarias.

Telephone 402 — Telegramma: **PLOTINO**

CODIGOS: RIBEIRO — BRAZIL — A. B. C., 4ª ed.

Rua Andrade Neves, 169 (esquina da General Netto)

Pelotas (Rio-Grande do Sul)

(reg. 1157)

COMPANHIA "PARAENSE"

Fundada em Belém, Estado do Pará, em 1º de Junho de 1878

CAPITAL REALISADO.....	600:000\$000
FUNDO DE RESERVA.....	200:000\$000
FUNDO DE RESERVA MO- VEL.....	142:457\$486
Rs.....	942:457\$486

ACCEITA SEGUROS CONTRA RISCOS
DE **MAR E FOGO**, SOB CONDIÇÕES AS
MAIS VANTAJOSAS POSSIVEIS, OFFE-
RECENDO TODA A GARANTIA AOS SE-
GURADOS.

Liquida promptamente os sinistros

Agente: **Plotino Amaro Duarte**

TELEGRAMMA: **PLOTINO**

RUA ANDRADE NEVES, 169 (ESQUINA DA GENERAL NETTO)

PELOTAS (Estado do Rio-Grande do Sul) (reg. 1157)

Ilustração 4: Anúncio de negócios envolvendo Plotino. **Imagem:** Almanak Laemert: Administrativo, Mercantil e industrial de 1905, p. 1109.

Ainda no mesmo local, Plotino trabalhava como representante da Companhia Paraense de seguros, sendo o único habilitado no estado para representar a empresa. Neste sentido, Plotino tinha sob seu comando parte deste mercado e assim faziam suas finanças aumentarem significativamente. Nem só do ramo financeiro se mantinha Plotino, pois em nossa pesquisa ainda o encontramos como acionista³⁴ de algumas empresas, como da Companhia de

³⁴ Ver, A Federação, 18.04.1901, p. 3.

Fiação e Tecidos Porto-Alegrense no ano de 1901, e da companhia União de Phosporos em 1910³⁵.

Junto de Plotino, o nome de outro fundador do Banco Pelotense também aparece na lista de acionistas da Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense: o do Barão de Arroio Grande. Tal fato nos possibilita imaginar que mesmo cinco anos antes de iniciarem juntos o próprio negócio, os fundadores tomavam no campo econômico direções semelhantes, o que pode ter sido determinante para o sucesso de ambos, e não apenas coincidência. Mais tarde na cidade de Pelotas estes dois nomes, acompanhados de outro fundador do Pelotense, Coronel Alberto Rosa, dão início a outro empreendimento: a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, empresa fundada em 1908, ano em que já estava em pleno funcionamento o Banco Pelotense.

Enquanto Plotino destaca-se por sua atuação no mercado econômico, podemos dizer que Alberto Rosa representava para este grupo dos fundadores ser um indivíduo que além de suas relações conhecidas com o setor pecuarista/charqueador, era também, dentre estes, um dos mais ligados ao campo político. Embora tenha seus negócios diversificados, podemos o observar atuando diretamente dentro da política local e estadual, vindo a presidir³⁶ o conselho municipal antes de ajudar na fundação do Pelotense.

Também atuou como presidente³⁷ da Associação Comercial de Pelotas entre 1900 e 1904, instituição de extrema importância para os comerciantes locais. Ao identificar Alberto Rosa na posição de presidência desta, podemos tranquilamente constatar sua importância frente a elite local, colocando-se em posição de destaque, e mantendo uma certa tradição desta associação que durante o período imperial teve sucessivamente diretorias mais ligadas ao setor pecuarista local, que a época era quem representava o motor econômico de Pelotas.

Ocupando este cargo, Alberto Rosa tornava-se o intermediador direto entre a elite comercial e o governo do estado, ante reivindicações dos locais, que eram de ordens das mais diversas. E simbolizava também uma intermediação

³⁵ Ver, A Federação, 12.11.1910, p. 4.

³⁶ Ver, A Federação, 04.12.1891, p. 1.

³⁷ Online, obtido em abril de 2019, disponível em: <http://www.ascompel.com.br/institucional/presidentes.php>

entre a antiga Pelotas dos tempos áureos das charqueadas, e a nova cidade que buscava se readaptar economicamente aos novos tempos, representados pelo avanço do capitalismo internacional. Poucos membros da elite local representariam tão este papel desempenhado por Alberto Rosa, um homem ligado aos mais diversos setores econômicos, que viajava seguido à Europa e ao Rio de Janeiro e que, assim como outros membros da elite da cidade, também buscava modernizar seus investimentos.

Ainda no campo político, foi Alberto Rosa eleito Deputado Estadual³⁸ pelo Rio Grande do Sul entre 1913 e 1920, período esse que coincide com o momento de melhor desempenho do Banco Pelotense, e de maior expansão da instituição. Ter um membro atuante dentro da política regional era de fundamental importância para as aspirações da instituição, uma vez que para obter certas licenças, como de instituição habilitada a emitir vale-ouro, era necessário a negociação junto ao governo federal, inclusive tal importância foi evidenciada anteriormente, quando analisamos algumas cartas envolvendo a sua figura.

Embora a atuação política seja importante dentro da conjuntura do período, não é somente neste meio que podemos delimitar o surgimento deste indivíduo como membro da elite financeira e política local, aliás, o sucesso político é muito mais consequência de um sucesso econômico, do que o contrário. Alberto Rosa também se destacava por diversificar seus negócios pelos mais diversos ramos, era ele um dos maiores sócios da Pedro Osório & Cia, empresa que atuava em variados setores e que tinha como líder o coronel Pedro Osório. Junto a ela, Alberto Rosa encontrava-se como proprietário de algumas charqueadas, bem como um dos principais proprietários de prédios urbanos da cidade durante as primeiras décadas do século XX, como mostram as edições do Almanak Laemert, as quais tivemos acesso via acervo digital na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Alberto Rosa ainda tinha local de destaque junto a benfeitoria de diversas instituições da cidade de Pelotas, sendo ele Provedor da Santa Casa de Misericórdia entre 1887 e 1894, e posteriormente entre 1911 e 1914, intercalando o posto com outro dos fundadores do Banco Pelotense, o Barão de

³⁸ Consultar, “O parlamento gaúcho: da Província de São Pedro ao Século XXI”, 2013.

Arroio Grande. Ainda ao longo de nossa pesquisa destacaremos a participação deste indivíduo em outros meios e negócios.

Outro dos incorporadores foi Francisco Antunes Gomes da Costa, o Barão de Arroio Grande, como era conhecido, e não à toa encontrava-se em posição de destaque junto a elite local. Além de ligado ao Banco Pelotense, encontramos o Barão envolvido em outros negócios, alguns já mencionada neste trabalho, como o Banco Commercial fundado anos antes, mas no campo político também o vemos ocupando cargos importantes, como Vice Presidente da então província, e deputado provincial pelo Rio Grande do Sul, ainda no período imperial. O Barão pertencia à família Antunes Maciel, uma das mais ricas e poderosas do Rio Grande do Sul no período das charqueadas escravistas (VARGAS, 2016).

Mais um dos incorporadores iniciais do Banco Pelotense foi Joaquim Augusto de Assumpção, conhecido por ser herdeiro de uma das maiores fortunas do país e a maior do Rio Grande do Sul, segundo Lagemann (1985). Seu pai era Joaquim José de Assumpção, o Barão de Jarau – charqueador mais rico de Pelotas na época da escravidão. Este membro do grupo de fundadores não se limitava de forma alguma a atuar apenas na pecuária, de onde advinha maior parte de sua herança. Assumindo papel de destaque na política local, chegou ao posto de Senador da República³⁹ entre 1913 e 1915, também foi vereador na cidade de Pelotas, ocupando inclusive a presidência da câmara local.

Identificado como um dos maiores fazendeiros e proprietários de prédios urbanos, o também advogado Joaquim Augusto mostra que encabeçar a abertura de uma instituição bancária, era apenas mais um dos vários investimentos no qual estava envolvido, pois também é encontrado entre os principais acionistas fundadores da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, juntos de outros três personagens ligados ao banco já mencionados aqui.⁴⁰ Portanto, dentro das características encontrada nos demais fundadores, aquele

³⁹ Online, Obtido em Set. de 2019, disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/ASSUN%C3%87%C3%83O,%20Joaquim%20Augusto%20de.pdf>

⁴⁰ Ver, Almanak Laemert: Administrativo, Mercantil e industrial de 1911 a 1924.

que talvez detinha a maior riqueza dentre eles, agia de forma semelhante frente ao mercado.

O último dos fundadores aqui analisados trata-se de Eduardo Cândido Siqueira, que possuía fábrica própria, onde eram produzidos diversos produtos farmacêuticos. Eduardo Siqueira talvez seja aquele que mais destoa do resto do grupo em termos de origem do capital financeiro. Eduardo era proprietário⁴¹ de uma conhecida drogaria de produtos farmacêuticos que tinham distribuição inclusive em nível nacional, o que o colocava em um lugar de destaque neste ramo de negócios. Os insumos utilizados na fábrica eram importados dos mais diversos países da Europa, o que evidencia uma longa e bem estruturada rede de relações comerciais de Eduardo. Ainda encontramos este indivíduo atuando enquanto fazendeiro de arroz, na região de Pelotas, sinalizando assim também uma diversificação de suas atividades para o setor agrário capitalista, algo comum entre todos os 5 membros do grupo.

Assim sendo, o grupo dos cinco incorporadores reunia empresários com trajetórias distintas, mas alguns pontos em comum. Com exceção de Plotino, todos tinham nítida ligação com o meio agrário, seja na criação de gado, seja na plantação de arroz. Seus investimentos também envolviam o capital industrial, além de inversões de capital em outros bancos. O setor mercantil também esteve bem representado no rol de atuação do grupo, além da ligação de alguns deles com a Associação Comercial e companhias de seguros. Sua ligação com as charqueadas também era evidente, sendo que em todos esses setores alguns investiam mais do que outros, o que conferia uma grande diversidade de ação dos mesmos que não concentravam sua atenção a apenas um ramo de atividades. Segundo Vargas (2016), algumas décadas antes, foi justamente a diversidade de investimentos que colocou um grupo de charqueadores mais ricos sobre os demais concorrentes. É provável que tal prática ainda se mantivesse viva, muito embora novas oportunidades estivessem abertas a essa geração.

⁴¹ Ver, Almanak Laemert: Administrativo, Mercantil e industrial de 1911.

2.2 Analisando os Acionistas do Banco Pelotense

Se com a fundação do Banco Pelotense em 1906 observamos parte importante da elite local direcionando seu capital para o setor financeiro, como no caso dos cinco principais fundadores desta instituição já destacados, é tendo acesso às listas de acionistas do banco que podemos ampliar ainda mais esta pesquisa, incorporando em nossa análise outros nomes conhecidos desta elite.

Pelo menos uma vez ao ano, a diretoria do Banco Pelotense convocava uma assembleia geral de seus acionistas. Neste momento era apresentado aos investidores do banco um balanço financeiro referente aos ganhos e investimentos do Pelotense ao longo do último ano em questão. Junto com esta reunião de balanço era oferecido um relatório anual que ficava disponível ao público com gráficos, projeções e informes a respeito da parte financeira e administrativa do banco, também junto ao relatório encontrava-se a lista com todos os acionistas no presente momento da reunião e o número de ações que cada um destes possuía.

Para realizar nosso trabalho conseguimos ter acesso aos relatórios anuais referentes aos anos de 1916, 1919, 1924 e 1929⁴². Embora sejam apenas 4 dos 25 anos de funcionamento do Banco Pelotense, unidos a essas fontes, podemos acrescentar ainda uma análise da lista de acionistas do ano de 1906, presente na pesquisa de Lagemann (1985). Aliás, para realizar seu trabalho, o autor utilizou apenas três listas, das quais temos acesso total a duas, portanto, mesmo atravessando algumas dificuldades com relação às fontes, acreditamos que isso não diminui nossa pesquisa e a importância contida nos dados nela apresentados.

É então, com base nas listas de acionistas já citadas, que damos seguimento a nossa análise quanto à elite ligada ao Banco Pelotense, e de que forma podemos comparar estes personagens com os fundadores da instituição, na intenção de traçar um perfil para este grupo social. Uma vez que as listas de investidores contam com, no mínimo, 372 acionistas, chegando a mais de 800, como é encontrado no relatório referente ao ano de 1929, torna-se inviável analisá-las em sua totalidade, nome a nome, não só por conta do tempo

⁴² As listas que compõe este estudo encontram-se disponíveis junto ao acervo da Biblioteca Pública Pelotense. Como já foi dito, não tivemos acesso ao acervo do Banrisul, por restrições colocadas pela própria instituição.

disponível para realização desta pesquisa ou montante de trabalho que necessitaria ser empregado para levantar dados biográficos a respeito de cada um destes acionistas, mas também porque este não configura o foco proposto por esta.

Assim sendo, para fins de escolha metodológica, focamos na elite dentro dos acionistas. Para tanto, acabamos optando por analisar apenas os que possuíam, segundo estes relatórios, um número igual ou superior ao de 1.000 ações individuais, abrindo exceção somente para os fundadores da instituição e seus familiares diretos quando estes não aparecem com o número mínimo de ações proposto em nosso recorte. A análise que se segue estuda uma Lista de cada vez para, ao final, extrair algumas considerações gerais.

2.2.1 Lista de acionistas de 1916

Iniciando nossa análise dos acionistas do Banco Pelotense, temos como primeira fonte o “Relatório de Banco Pelotense: Anno de 1916”. Junto ao relatório da instituição encontramos a lista de acionistas referente ao mesmo ano e também o volume de ações que cada indivíduo ou empresa possuía.

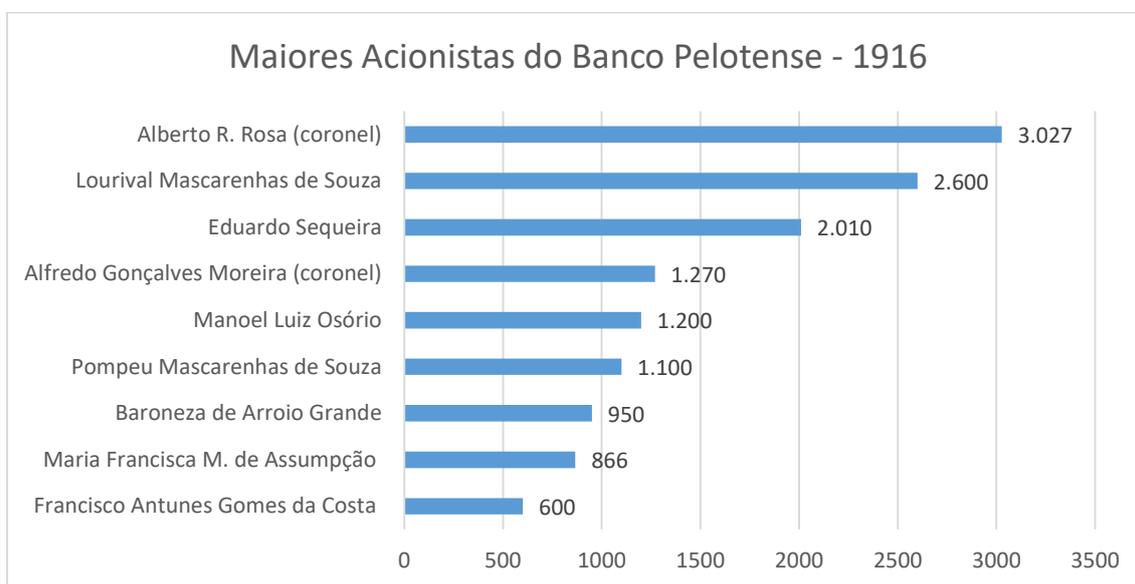
No ano de 1916 encontramos o Banco Pelotense com 371 acionistas dividindo entre si um montante de 50 mil ações da instituição. A título de comparação, uma década antes, em 1906, ano de inauguração da casa bancária, segundo Lagemann (1985), o Pelotense contava com 143 acionistas dividindo 15 mil ações. Consolidado no mercado após uma década, constatamos então que o Banco Pelotense mais do que dobra seus acionista e triplica seu número de ações, contando assim com uma injeção significativa de capital para expansão da instituição.

Antes de adentrarmos propriamente nas análise dos indivíduos, é bom que façamos um panorama geral do que representava o Banco Pelotense em termos de patrimônio líquido e depósitos no mercado bancário gaúcho da época, a fim de que entendamos alguns dos motivos para que acionistas estivessem investindo na instituição. Para se ter uma ideia, em 1916 contávamos com 4 grandes bancos originários do RS. Além do Pelotense, tínhamos ainda o Banco Província, o Banco do Comércio e o Franco-Brasileiro. Juntas, estas 4 instituições somavam 97% do total referente a patrimônio líquido dos bancos gaúchos, tendo o Província 38% de participação, seguido pelo Pelotense com

24%, Franco-Brasileiro com 18% e Comércio com 17%. Referente ao número de depósitos, encontrava-se o Província com 52,5%, Pelotense com 24,5% e Comércio com 23%. Cabe salientar que Lagemann não teve acesso aos números de depósitos do Banco Franco-Brasileiro no ano de 1916 (LAGEMANN, 1985, P. 223 e 229).

Portanto, ao investirem seu capital em 1916 no Banco Pelotense, seus acionistas apostavam em uma instituição sólida que completava uma década de franca expansão e consolidação no mercado, encontrando-se como segundo maior banco gaúcho em números absolutos.

GRÁFICO 2



Fonte: Relatório do Banco Pelotense: Anno de 1916.

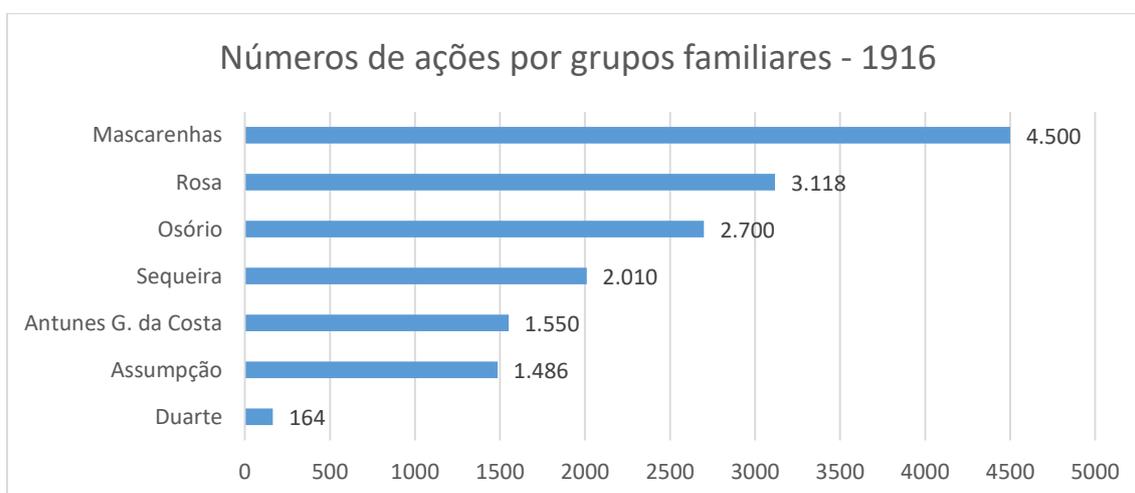
Feitos os recortes propostos na pesquisa, chegamos ao resultado do gráfico acima para o ano de 1916. Contabilizando apenas acionistas com mais de mil ações e familiares ligados aos fundadores, chegamos a um grupo de 9 investidores e uma empresa. Retirando a empresa desta análise inicial, temos 6 indivíduos com um montante igual ou superior a mil ações e outros 3 com ligação familiar direta a um dos fundadores já falecidos à época.

Cabe salientar que a família Antunes Gomes da Costa não possui para este ano nenhum indivíduo com mais de 1.000 ações, porém, o filho e a viúva do Barão de Arroio Grande somados chegam a 1.550 ações da instituição, provavelmente herdadas após a morte do Barão, um dos fundadores do Pelotense, no ano de 1912. O mesmo serve para Maria Francisca M.

Assumpção, viúva de Joaquim Augusto Assumpção, que aparece na lista com número inferior a 1.000 ações. Joaquim já havia herdado enorme fortuna de seu pai, o Barão de Jarau, nos anos 1890, das quais as ações, terras, imóveis e apólices de seguro da dívida pública formavam o grosso de seu patrimônio, que no meado do oitocentos era formado por escravos, animais vacuns, embarcações, terras e a charqueada (VARGAS, 2016). Tal riqueza viabilizou os estudos de Joaquim na Faculdade de Direito de São Paulo, ainda nos anos 1880, e trouxe grande prestígio social à família. Passados mais de 20 anos, o mesmo sistema sucessório de heranças continuava a contribuir para a reprodução social dessa mesma elite, agora no ramo bancário. Os netos do Barão adaptavam-se às mudanças globais para poderem continuar na mesma posição.

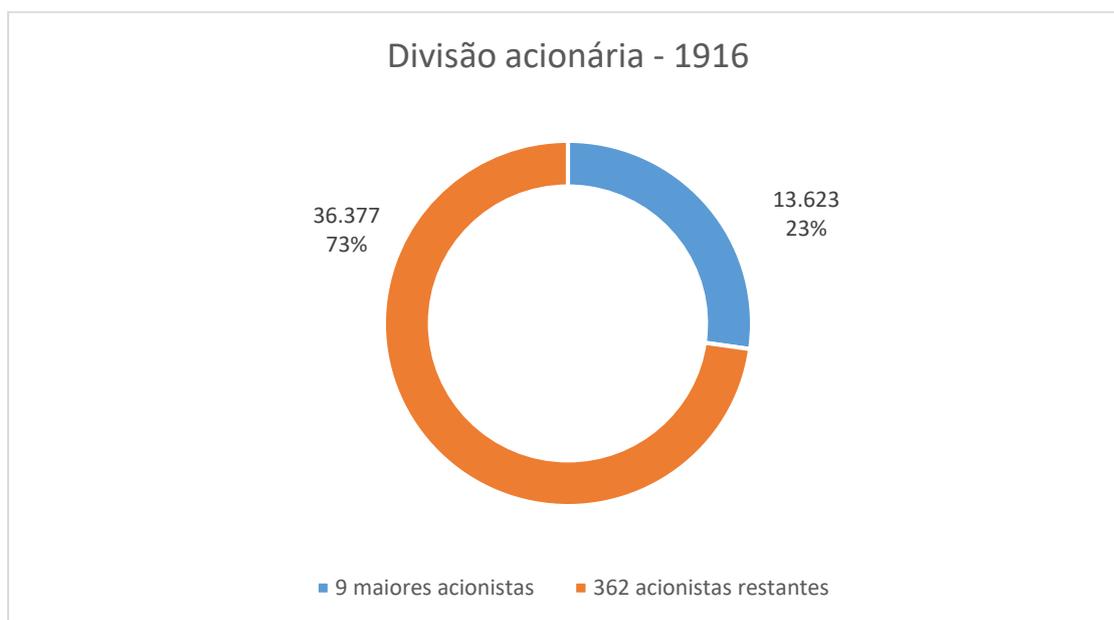
A seguir, nos *gráficos 3 e 4*, podemos observar a alta concentração de ações nas mãos de poucas famílias e indivíduos. Se contarmos os núcleos familiares já destacados, somados, estes detinham cerca de 31% do controle acionário em 1916, ou seja, apenas 7 famílias controlavam quase 1/3 das ações do Pelotense. Por núcleo familiar, queremos salientar que são as pessoas ligadas por parentesco aos maiores acionistas, mas que não necessariamente aparecem na lista após nosso recorte. Vale destacar a ausência em nossa fonte, por motivos que não sabemos explicar, do nome de Plotino na lista de 1916. Como um dos fundadores do banco, teve ele papel de destaque e número significativo de ações da instituição, como veremos nas próximas listas analisadas.

GRÁFICO 3



Fonte: Relatório do Banco Pelotense: Anno de 1916.

GRÁFICO 4



Fonte: Relatório Banco Pelotense: ano de 1916

Dois grupos familiares destoam nesta lista no que diz respeito à ligação com as famílias fundadoras do Banco Pelotense: os Mascarenhas e os Osório. Estas duas famílias chamam a atenção não só pelo número de ações em suas mãos, mas principalmente por terem elas conseguido romper a “bolha” diretiva da instituição, que, como já mostramos em nossa pesquisa, foi extremamente limitada quando se tratava da participação de pessoas não ligadas aos fundadores e suas famílias nos cargos de direção do Pelotense.

Tanto os Mascarenhas quanto os Osório chegaram a ocupar cargos diretivos da instituição em algum momento ao longo dos seus 25 anos de funcionamento. Ainda em nossa pesquisa abordaremos possíveis motivos que possam ter propiciado esse “rompimento”, e também analisaremos de forma mais aprofundada o papel destas duas famílias e seu histórico.

O grupo de acionistas separados por nosso recorte era dono de 27% do controle acionário do Pelotense, mas dentre estes 8 indivíduos um merece destaque neste primeiro momento, justamente por não fazer parte do grupo fundador ou ser diretamente familiar destes, trata-se então de Alfredo Gonçalves Moreira. Dono de 1.270 ações, buscamos então na biografia deste indivíduo possíveis explicações para que Alfredo esteja fazendo parte desta lista.

Deputado provincial⁴³ representando a região ainda no período da monarquia, encontramos em dados biográficos indicativos de seu prestígio e liderança frente à sociedade local. Filiado ao PRR desde o alvorecer da República, era Alfredo o presidente⁴⁴ da União do Criadores no ano de 1912, organização que era fundamental para a pretensão dos pecuaristas da região no que diz respeito a pleitear melhorias para o setor junto ao governo do Estado. Originária desta organização surge a União das Cooperativas Rio-grandenses⁴⁵, que contava com Alfredo como diretor⁴⁶. Já no ano de 1915, encontramos Alfredo envolvido em outro grande passo para a pecuária local, sendo ele decisivo para a criação⁴⁷ de um Frigorífico no Porto de Rio Grande.

A criação deste frigorífico dependia de uma liberação do governo federal na forma de empréstimo. O empreendimento era visto como fundamental para o mercado relacionado à carne na região que estava tentando reerguer-se desde o fim do século XIX. Portanto, ter Alfredo encabeçando as tratativas enquanto liderança entre os pecuaristas denota sua importância e prestígio neste meio, que, como já vimos, era o setor mais intimamente ligado ao Banco Pelotense.

Já na cidade de Pelotas, encontramos este indivíduo circulando por espaços de sociabilidade bem representativos para o período, como na presidência da Bibliotheca Pública Pelotense⁴⁸ e Asylo de Orphãos⁴⁹. Porém, é através de suas relações sociais que talvez podemos compreender de forma mais ampla os motivos para estar entre os grandes acionistas do Pelotense. Alfredo, juntamente com Alberto Rosa e Arthur Augusto Assumpção, são encontrados em nossa pesquisa como conselheiros fiscais⁵⁰ da Companhia Frigorífica Rio Grande, dando assim um indicativo de proximidade entre ele, a família Assumpção e o fundador do Banco. Os investimentos no novo frigorífico demonstram também a tentativa desse grupo de empresários pecuaristas-

⁴³ Online, obtido em abr. de 2020, disponível em: www.vivaocarque.com.br/ocarque/informacoes

⁴⁴ Ver, "A Federação", ed. 285, 1912.

⁴⁵ Ambas são os embriões da atual FARSUL, associação representativa da classe patronal rural gaúcha e que historicamente mantém importante papel na política enquanto grupo de pressão. Para maiores detalhes, ver: GASPAROTTO (2016).

⁴⁶ Ver, A Federação, 24.03.1913, p. 5.

⁴⁷ Ver, A Federação, 15.10.1915, p. 4.

⁴⁸ Ver, A Federação, 22.12.1902, p. 3.

⁴⁹ Ver, A Federação, 10.01.1906, p. 2.

⁵⁰ Ver, A Federação, 19.06.1917, p. 3.

capitalistas em unir capital industrial ao bancário, como veremos mais pra frente, no caso da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense.

Além destas informações já trazidas, cabe colocarmos mais duas de fundamental importância: a primeira é que Alfredo era o filho primogênito de José Antônio Moreira, o Barão de Butuí. Rico charqueador-capitalista, grande escravista, comerciante marítimo e pecuarista, era um dos homens mais abastados do Rio Grande do Sul, vindo a falecer em 1876. Portanto, Alfredo herdou riqueza e prestígio social notáveis que o favoreceram no cenário regional. A segunda questão importante é a proximidade de Alfredo com a família Osório, tendo ele casado⁵¹ uma de suas filhas com Manoel Luiz Osório, que também estava entre os maiores acionistas do Banco em 1916 e era pertencente a outro grupo familiar com grande prestígio frente a localidade. Na realidade, os Osório já eram velhos conhecidos da família Moreira. O General Manoel Osório, após sagrar-se importante oficial militar na Guerra do Paraguai, comprou uma estância na fronteira com o Uruguai a partir de empréstimo do próprio Barão de Butuí.⁵² Assim sendo, o casamento de Alfredo e os negócios bancários eram uma reatualização de alianças construídas desde os tempos da escravidão.

Portanto, ao retirar Alfredo Moreira Gonçalves desta lista para analisá-lo individualmente notamos que torna-se quase impossível dissociá-lo dos demais nomes ligados à direção e origem do Banco Pelotense, corroborando assim com nossa visão sobre a uniformidade nas ações de uma elite que age de forma conjunta no direcionamento de seu capital financeiro e social, utilizando-se das relações internas deste grupo, muitas delas de parentesco, para manter seu prestígio e poderio mesmo em tempo de mudanças significativas de ordem econômica e política.

2.2.2 Lista de acionistas de 1919

Analisando o “Relatório do Banco Pelotense: anno de 1919”, encontramos a instituição expandindo seu número de ações e acionistas, saindo de 371 acionistas para 472, enquanto mais 25 mil ações eram postas no mercado,

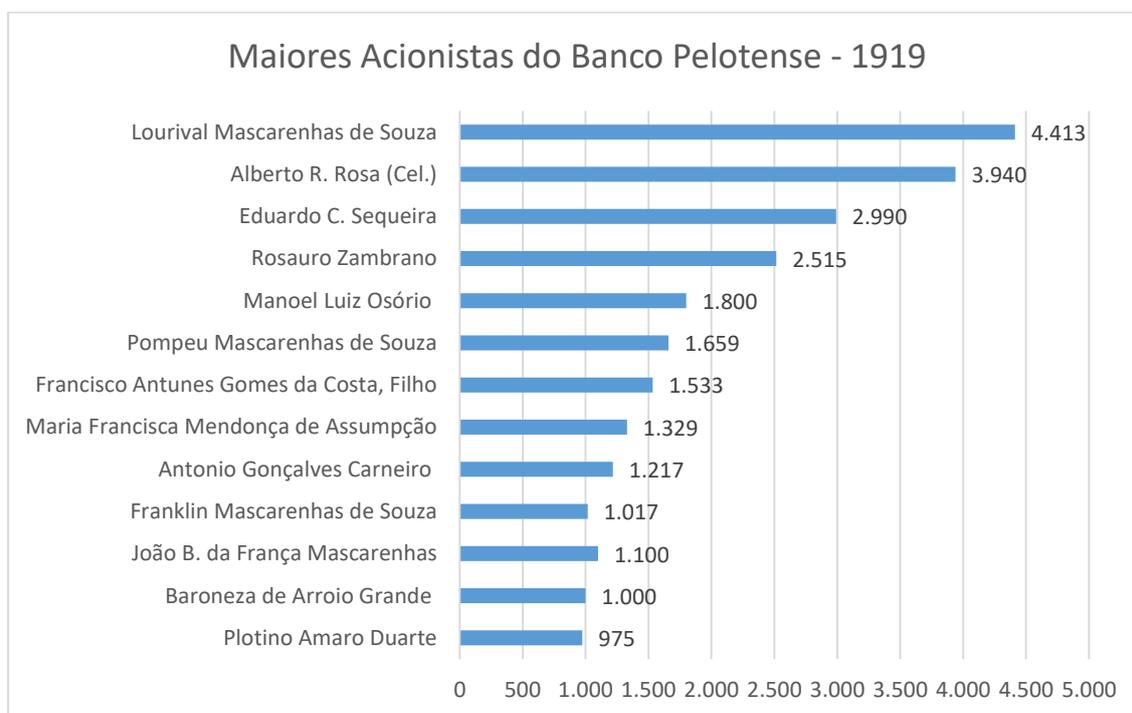
⁵¹ Online, obtido em abr. de 2020, disponível em: gw.geneanet.org/valdenei?lang=en&pz=valdenei+correa&nz=silveira&p=leonidia+maciel&n=moreira

⁵² Para detalhes dessas ligações entre Osório e os charqueadores mais ricos de Pelotas, ver VARGAS (2016).

totalizando assim 75 mil, 50% a mais do que em 1916. Tratava-se de uma época de oportunidades no ramo industrial, por conta da substituição de importações favorecida pela conjuntura da Primeira Guerra (1914-1918). Ou seja, o mercado regional estava mais aquecido, visto os possíveis investimentos também realizados no setor pecuarista, com o crescimento das exportações de charque e de carne frigorificada após o fim da Guerra (PESAVENTO, 1980; VOLKMER, 2007).

Embora os números tenham aumentado nos três anos entre um relatório e outro, o controle da instituição ainda se mostrava reduzido a pouquíssimos nomes e famílias, a exemplo do que já mostramos em nossa pesquisa.

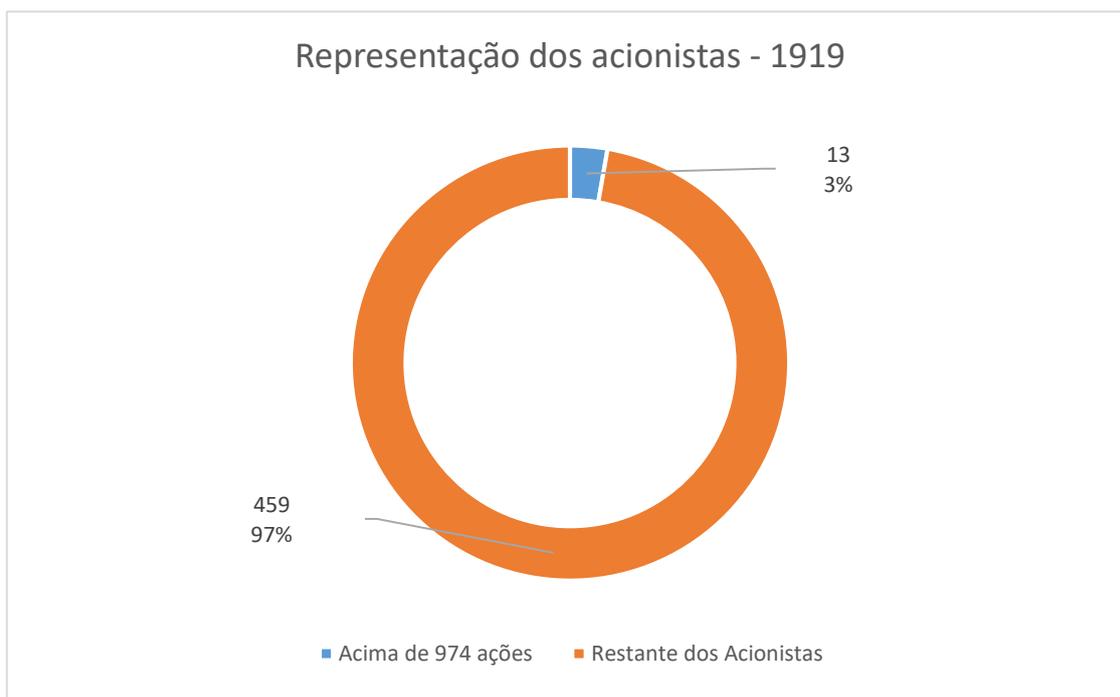
GRÁFICO 5



Fonte: Relatório Banco Pelotense: ano de 1919

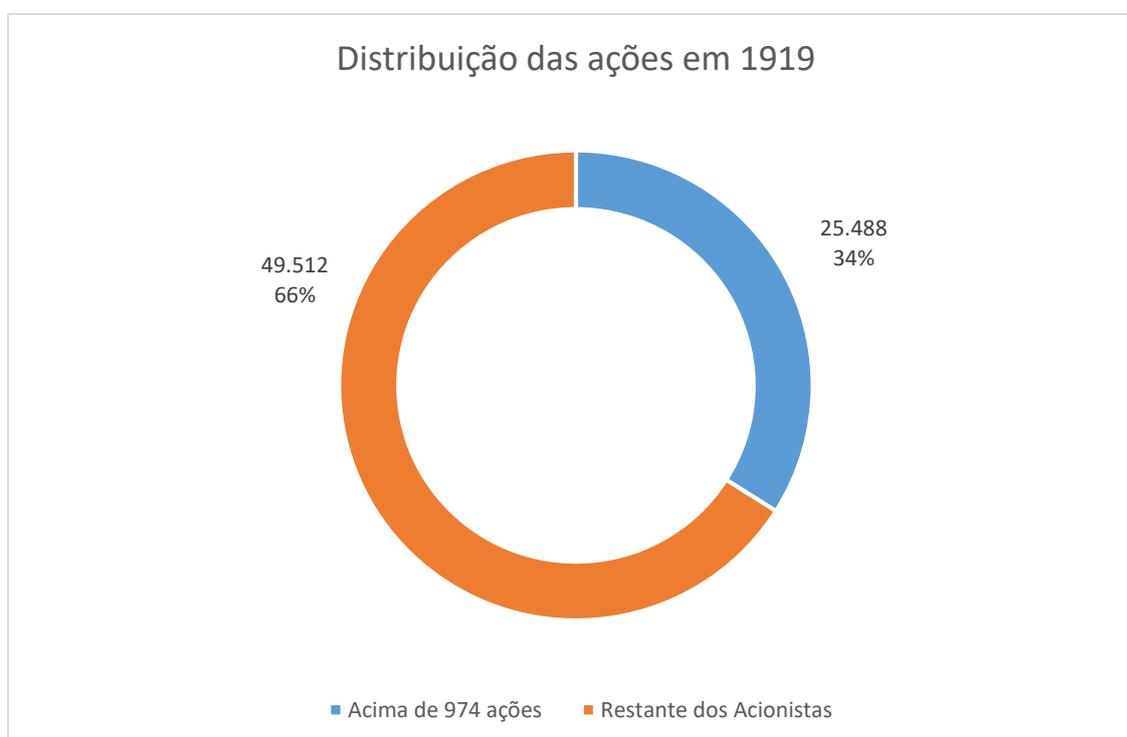
No *gráfico 5* podemos acompanhar o recorte feito a partir dos maiores acionistas, quase todos com mais de mil ações do banco, a exceção é Plotino Amaro Duarte. A maioria dos nomes presentes entre os maiores acionistas em 1916 acaba se repetindo em 1919, seguindo sempre o padrão de controle da instituição na mão das mesmas famílias ao longo dos anos.

GRÁFICO 6



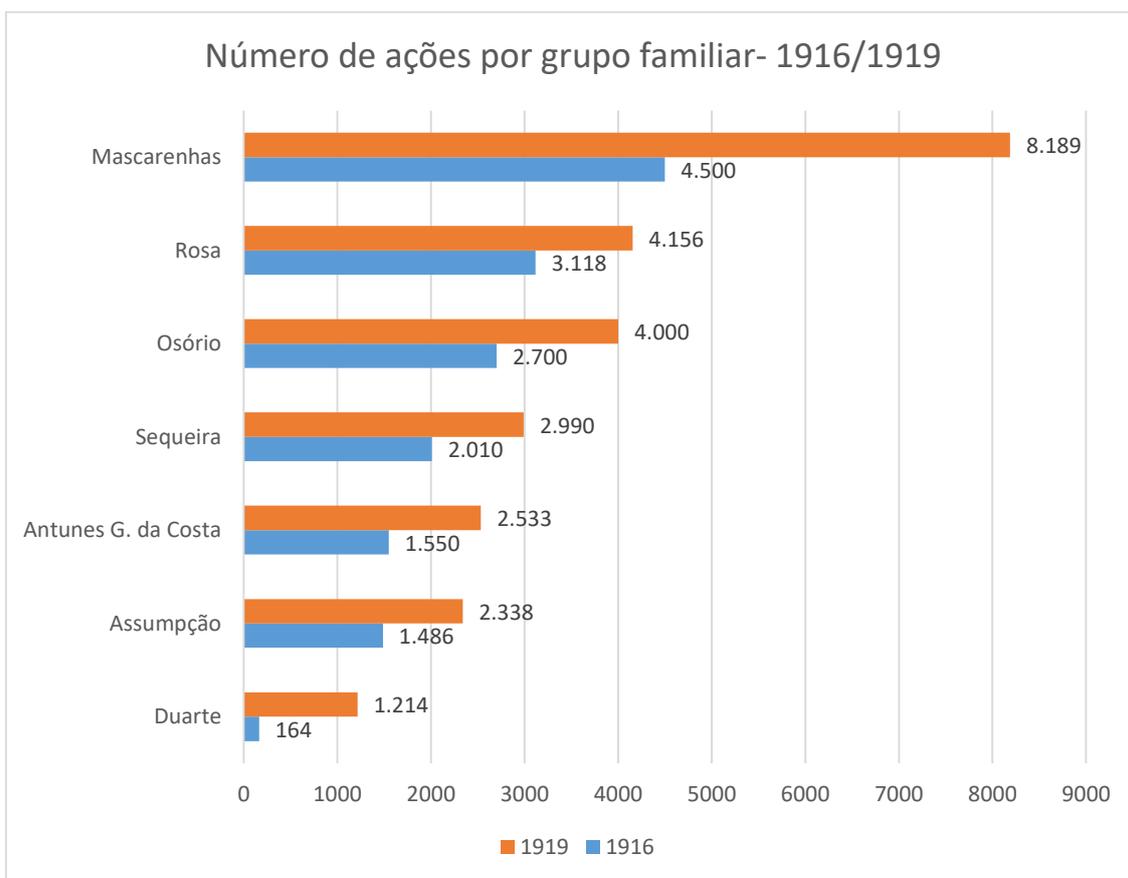
Fonte: Relatório Banco Pelotense: ano de 1919

GRÁFICO 7



Fonte: Relatório Banco Pelotense: ano de 1919

GRÁFICO 8



Fonte: Relatório Banco Pelotense: ano de 1916 e 1919

O *gráfico 6* nos mostra que ao analisarmos apenas os acionistas portadores de um número superior a 974 estaremos lidando com 3% do total da lista. Embora seja uma pequena amostragem de indivíduos em um universo de 472 pessoas, estes 3% detêm em suas mãos uma enorme quantia se considerarmos o montante do total de ações disponíveis no ano de 1919. Já o *gráfico 7* nos revela então o montante de ações que estava nas mãos deste pequeno grupo de 13 acionistas. A eles estavam destinadas mais de um terço das 75.000 ações comercializadas pelo Banco Pelotense, enquanto o restante era dividido pelos outros 459 investidores.

Para colher os dados presentes no *gráfico 8* optamos por contabilizar apenas as ações de indivíduos que já estavam presentes na lista de 1916, assim podemos ter uma real ideia das mudanças com relação ao controle de ações por grupos familiares de uma lista para outra. A primeira constatação é a de aumento nos números de ações por parte de todas as famílias analisadas, isso pode ser

explicado pelo aumento no número total de ações da instituição que cresceu 50% em relação a 1916, uma vez que a preferência de compra das novas ações era dos já acionistas da instituição, muito provavelmente estas famílias procuraram manter sua porcentagem de controle do banco ou aumentá-la.

Entre os grupos familiares o que mais surpreende é o crescimento do número de ações concentradas nas mãos da família Mascarenhas. O aumento dentro do esperado em outros grupos acaba sendo irrisório frente ao dos Mascarenhas que quase duplicam suas ações, sendo liderados por Lourival que possuía em 1919 um total de 4.413, sendo esse número, sozinho, quase igual a toda família somada em 1916. Naturalmente passou esta família a ter cadeira no conselho fiscal. Cabe salientar que apenas Lourival Mascarenhas ocupou o cargo de conselheiro fiscal sem necessariamente ter uma ligação direta familiar com os fundadores nos 25 anos de atividades do Banco Pelotense, denotando o prestígio desta família frente à instituição.

Vale destacar também o crescimento da família Osório em número de ações. Se levarmos em conta apenas a proporcionalidade do crescimento, fica esta muito próxima a dos Mascarenhas, porém, com um número ainda muito inferior de ações. Contudo, essa é uma movimentação a qual devemos nos atentar, pois, anos depois, os Osório iriam chegar ao cargo de direção na figura de Pedro Luiz Osório, ou seja, a Lista de 1919 reflete um processo que estava em andamento.

Seguindo nossa proposta de análise, retirados os grupos familiares que agem conjuntamente, nos resta entre os maiores acionistas do Banco Pelotense em 1919 dois nomes. São eles, Antônio Gonçalves Carneiro e Rosauro Zambrano, dois capitalistas que viam no Banco Pelotense mais um meio para diversificar os seus investimentos.

Antônio Gonçalves chama atenção pela quantidade de negócios nos quais se envolvia, o que não foge à característica da maioria dos já citados neste estudo. Com investimentos em várias partes do Brasil, chegou a fixar residência⁵³ no Rio de Janeiro. Conhecido como um proeminente capitalista, entre a diversificação de seu capital financeiro encontram-se ações da

⁵³ Ver, Almanak Laemert: Administrativo, Mercantil e industrial de 1918.

Companhia de Navegação do Cahy⁵⁴, atuação no comércio dos couros e peles⁵⁵, também ações da Companhia Fiat Lux⁵⁶ e de outro grande banco gaúcho, o Banco Província⁵⁷. Além disso, ainda encontramos Antônio como acionista da Companhia Previsora⁵⁸ juntamente com Rosauo Zambrano, outro nome destacado de nossa lista.

Rosauo, diferente de Antônio, era nome conhecido da elite pelotense, não só pelo envolvimento nos negócios, mas por esbanjar sua vultuosidade financeira pela cidade através de grandes festas e confraternizações, assim como desfilando pela cidade com suas carruagens⁵⁹. Curiosamente, a origem de seu capital foi motivo de grande alvoroço na cidade de Pelotas no ano de 1900. Por diversas vezes foi destaque nas páginas do periódico “A Federação” o escândalo envolvendo seu nome e a organização do jogo do bicho na região. Apontado como o principal organizador da jogatina ilegal, chegou Rosauo a ser preso em grande operação policial que tinha como intenção pôr fim a estas atividades no estado.

Embora pareça apenas curioso, o fato de possivelmente ter envolvimento com estas atividades tornou Rosauo dono de uma das maiores fortunas do município, a ponto de fundar ele o Teatro Guarany⁶⁰, conhecida instituição cultural da cidade que até hoje encontra-se em posse da família Zambrano, e também estar inserido em diversos negócios, como concessionário da loteria⁶¹ do estado, acionista⁶² da “A Previsora” – companhia que trabalhava com seguros de vida, onde Zambrano chegou a ser suplente a diretor, e além de tudo ainda ocupou⁶³ cadeira no conselho fiscal do Banco Franco-Brasileiro. Sua trajetória é ainda mais instigante e merece estudos futuros, pois recentemente o identificamos, na sua juventude nos anos 1880, enviando sucessivos

⁵⁴ Ver, A Federação, 23.07.1917, p. 6.

⁵⁵ Ver, Almanak Laemert: Administrativo, Mercantil e industrial de 1916.

⁵⁶ Ver, A Federação, 15.04.1920, p. 8.

⁵⁷ Ver, A Federação, 10.11.1921, p. 2.

⁵⁸ Ver, A Federação, 05.09.1918, p. 5.

⁵⁹ Ver, A Federação, 26.08.1900, p. 1.

⁶⁰ Mais informações sobre história do Teatro Guarany, consultar artigo, “Teatro Guarany de Pelotas-RS: História, Patrimônio e sua apropriação turística”, HALLAL e MULLER (2017).

Disponível e acessado 08.05.2019 em:

<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/4656/pdf>

⁶¹ Ver, A Federação, 09.08.1913, p. 4.

⁶² Ver, A Federação, 25.11.1914, p. 3.

⁶³ Ver, A Federação, 08.05.1917, p. 5.

requerimentos para a Câmara de vereadores de Pelotas no qual solicitava a abertura de um açougue no Mercado Público da cidade.⁶⁴

Porém, antes que se veja em Zambrano uma espécie de *outsider* no grupo de acionistas do banco, é importante informar que encontramos uma semelhança na trajetória empresarial dele com outras pessoas deste círculo: a ligação familiar com membros do próprio grupo. Zambrano tinha como genro⁶⁵ um dos fundadores do Banco Pelotense, Eduardo Cândido Siqueira, o que pode ter facilitado o seu acesso ao Banco. Portanto, a exemplo do que foi encontrado na lista de acionistas do ano de 1916 com a relação de Alfredo Gonçalves Moreira sendo sogro de Manoel Luiz Osório, mais uma vez observamos entre os maiores acionistas indivíduos que não apenas corroboram para que tracemos um perfil comum a este grupo de elite em termos de direcionamento financeiro, mas também de comportamento social e familiar.

2.2.3 Lista de Acionistas de 1924

Levando nossa análise para o ano de 1924, encontramos o Banco Pelotense em vias de tornar-se o maior banco gaúcho em saldo de depósitos, como nos mostra Lagemann (1985) em seu trabalho. Com 32,3% do total de depósitos em bancos com origem no RS, o Pelotense em 1924 se aproximava do seu maior competidor de mercado, o Banco Província que detinha 33% dos depósitos. Segundo dados trazidos por Lagemann (1985), para o ano seguinte, passaria o Pelotense ao posto de maior banco gaúcho em valores de depósito, tomando assim um topo que historicamente pertencia ao Província, maior instituição durante quase todo o período da Primeira República.

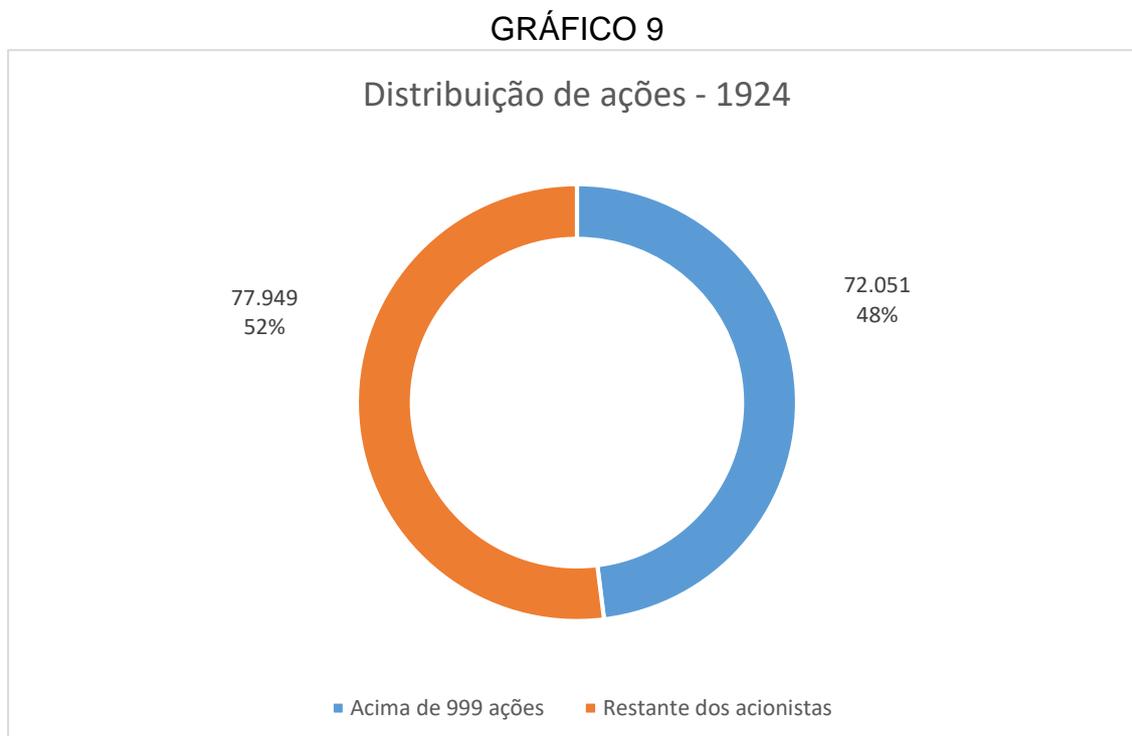
Como já abordado em nosso trabalho, passava na década de 1920 o mercado bancário por grave crise. O Província não fugiu a esta perspectiva de recessão e acabou retraindo seu patrimônio em detrimento de um aumento significativo do Banco Pelotense, instituição onde os efeitos da crise foram amenizados por inúmeros motivos, alguns deles já levantados nesta pesquisa. Cabe salientar que a crise atingiu também o Pelotense, porém, ao utilizar-se das

⁶⁴ Ver, por exemplo, as sessões dos dias 11.06.1877, 21.07.1877, 09.10.1877, 17.01.1878, 13.01.1878. Atas da Câmara Municipal de Pelotas (Biblioteca Pública Pelotense).

⁶⁵ Online, obtido em abr. de 2020, disponível em: <https://gw.geneanet.org/valdenei?lang=en&pz=valdenei+correa&nz=silveira&p=dora+botelho&n=zambrano>

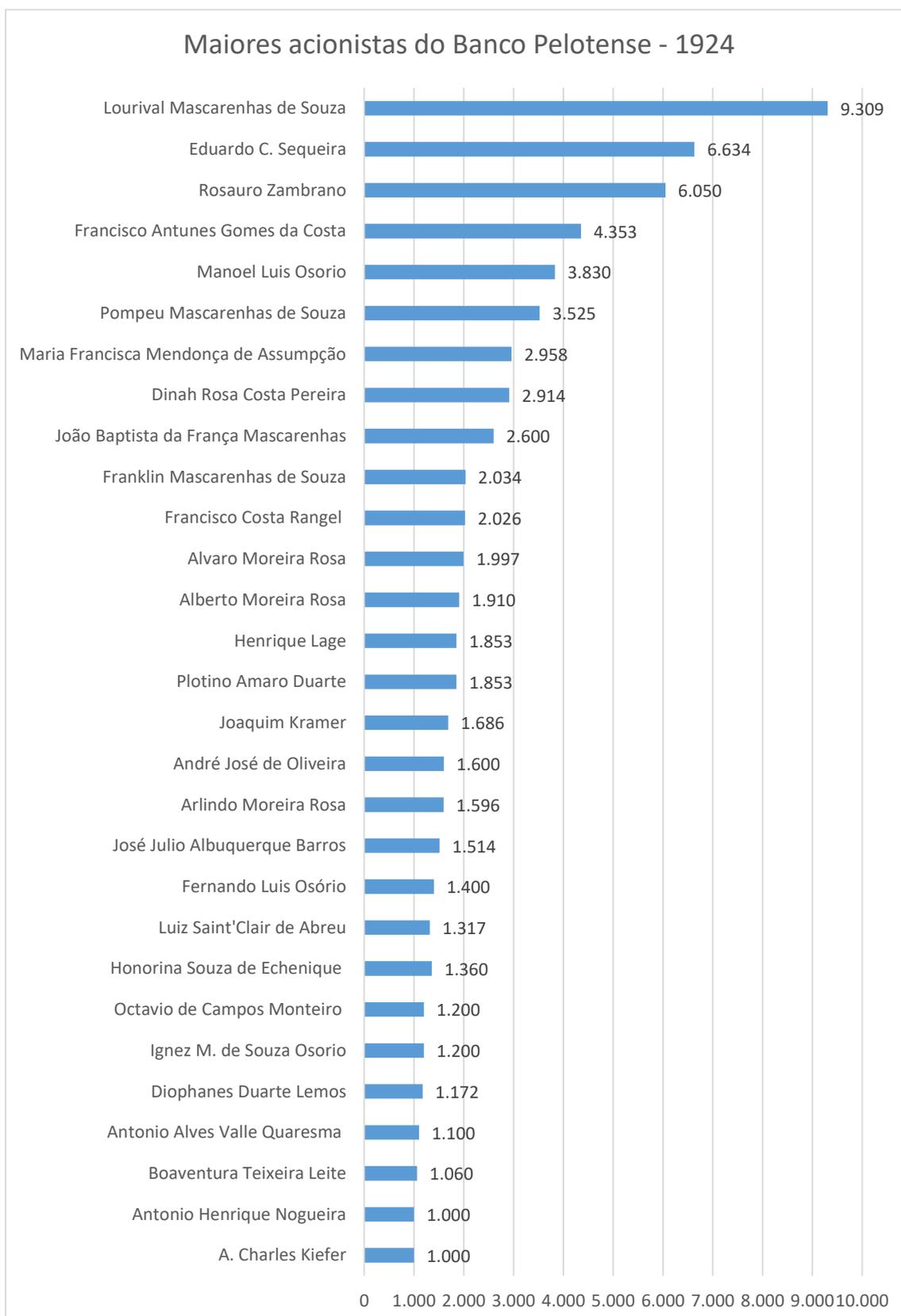
relações construídas com o governo estadual, conseguiu o banco sustentar-se em meio a este cenário crítico. Contudo, a conjuntura já não era mais a mesma da década de 1910, quando o PRR gozava de franca hegemonia, tendo esmagado oposições e dissidências. No campo da política, Borges de Medeiros também via seu domínio ameaçado, pois em 1923 Assis Brasil liderou uma revolta que, no seu tratado de paz, determinou que o governante não pudesse reeleger-se após o término de seu mandato, em 1928.

Assim como nas outras duas listas disponíveis, o crescimento do Banco Pelotense torna-se evidente quando comparado a si próprio com o avançar dos anos. Com 697 acionistas em 1924, um aumento de 226 indivíduos e empresas no núcleo de acionistas se comparado a 1919, a instituição dobrou o número disponível de ações comercializadas no intervalo de cinco anos entre os relatórios, fontes de nossos dados. Contando naquele momento com 150 mil ações, a instituição naturalmente expandiu-se dando possibilidade assim para o surgimento de novos nomes junto aos maiores acionistas, como podemos notar a partir do *gráfico 10*, na sequência.



Fonte: “Relatório Banco Pelotense: anno de 1924”

GRÁFICO 10



Fonte: Relatório Banco Pelotense: ano de 1924

GRÁFICO 11



Fonte: Relatório Banco Pelotense: ano de 1924

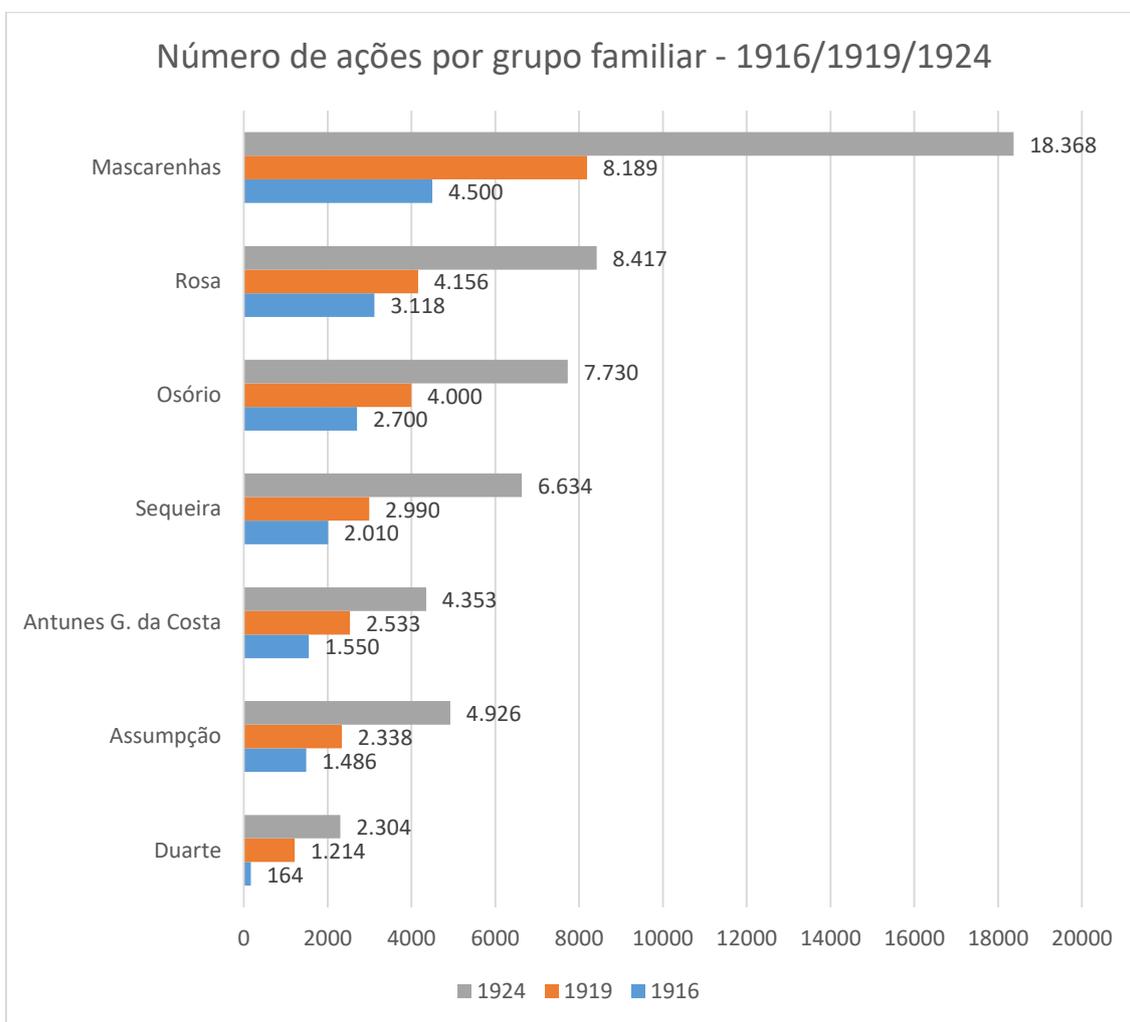
Enquanto na lista referente ao ano de 1919 encontramos 12 acionistas com número igual ou superior a mil ações, em 1924 esse número mais do que dobra, chegando a 29 indivíduos. Um aumento natural que acabou de certa forma acompanhando a margem de expansão do banco no mercado acionário, de 75 mil para 150 mil ações comercializadas.

Com o aumento do número de indivíduos entre os maiores acionistas, o esperado seria uma descentralização do controle da instituição. Porém, ao comparar a proporcionalidade, encontramos justamente o movimento inverso, onde os maiores investidores chegam a soma de 48% do controle acionário da instituição, sendo eles representantes de apenas 4% do total de acionistas, como podemos acompanhar nos *gráficos 10 e 11*. Ou seja, numa conjuntura de crescimento do capital do banco, a concentração do mesmo também aumenta.

Sendo assim, notamos que a instituição seguiu à sua característica de centralização do controle na mão de poucos indivíduos, aliás, ainda aumentou esse controle na mão dos maiores acionistas, que em 1916 eram 3% do total de

investidores controlando 29% das ações, já em 1919 os mesmos 3% da totalidade de acionistas controlam 33% das ações, para chegarmos em 1924 a 4% dos investidores controlando 48% do montante de 150 mil ações.

GRÁFICO 12



Fonte: Relatório Banco Pelotense: ano de 1916/1919/1924

Seguindo nosso padrão de análise, voltamos os olhares para a distribuição de ações por grupos familiares no ano de 1924. Podemos observar acima no *gráfico 12* a variação ao longo dos anos do número de ações nas mãos daquelas famílias que consideramos chave para a sociedade local e história do Banco Pelotense. A já destacada família Mascarenhas aparece em 1924 com um volume de 18.368 ações, divididas entre 5 membros, onde apenas um, Júlio Mascarenhas de Souza, não estava presente entre os maiores acionistas, mas era dono de 900 ações.

Também para a lista de 1924 temos a distribuição das ações que pertenciam a Alberto R. Rosa, um dos fundadores do Pelotense, que já havia falecido nesta data. Essa distribuição ajuda também a entendermos, em parte, o significativo aumento da lista de maiores investidores, pois 4 filhos de Alberto acabaram dividindo entre si a herança acionária do pai. São eles: Alvaro M. Rosa, Alberto M. Rosa, Arlindo M. Rosa e Dinah Rosa C. Pereira.

Em busca de traçar um perfil dos acionistas do Banco Pelotense, escolhemos da lista de maiores investidores no ano de 1924 um dos nomes para uma análise mais aprofundada de sua atuação social e econômica. É Diophanes Duarte Lemos, dono de 1.172 ações. Embora o sobrenome Duarte possa remeter à família de Plotino, um dos fundadores, não encontramos fontes que relacionem estes dois indivíduos com algum grau de parentesco.

Diophanes circulava entre a elite pelotense do período nos mais diversos meios. Encontramos ele em 1910 como membro⁶⁶ da comissão de contas do Asylo Nossa Senhora da Conceição, presidido à época por Manoel Luiz Osório, outro grande investidor do Pelotense. Já em 1928 fazia parte do conselho deliberativo⁶⁷ da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Neste mesmo conselho encontramos, Francisco A. G. da Costa, Pedro Luiz Osório, Arthur Augusto de Assumpção, José Júlio Albuquerque Barros, entre outros que também eram acionistas do Banco Pelotense. Cabe salientar que, no período imperial, frequentar espaços de caridade e beneficência denotava para a sociedade local um certo prestígio social e tal fator parece ter permanecido forte ainda no final da Primeira República.⁶⁸ Portanto, encontrar Diophanes circulando neste meio já nos dá um indicativo de certo prestígio social junto à elite local. Além disso, demonstra uma relação existente entre ele e indivíduos chave do Pelotense.

Com relação a seu capital financeiro, buscando em nossas fontes observamos este indivíduo atuando nos mais diversos ramos. Era ele proprietário⁶⁹ de uma empresa de exportação focada em matéria de origem bovina, que também importava outros tipos de produtos, dando sustentação assim para outros negócios nos quais era envolvido como seu armazém, que

⁶⁶ Ver, A Federação, 05.09.1910, p. 2.

⁶⁷ Ver, A Federação, 26.05.1928, p. 5.

⁶⁸ Para o período imperial, ver TOMASCHEWSKI (2007) e CHAVES (2008). Para a Primeira República, ver EICHOLZ (2017).

⁶⁹ Ver, Almanak Laemert: Administrativo, Mercantil e industrial de 1908.

provavelmente era abastecido com estas importações. Aliás, era Diophanes um dos maiores⁷⁰ exportadores do município. Estes são só alguns dos negócios no qual tinha envolvimento este ator social, um homem com traços característicos da elite local do período. Seu caso também evidencia que o alto comércio exportador e importador, atividade tradicional das elites brasileiras desde o período colonial (FRAGOSO, 1998; OSÓRIO, 2007), ainda era forte e bem articulado com novos empresários de ramos mais modernos, como a indústria e o ramo bancário.

2.2.4 Lista de Acionistas de 1929

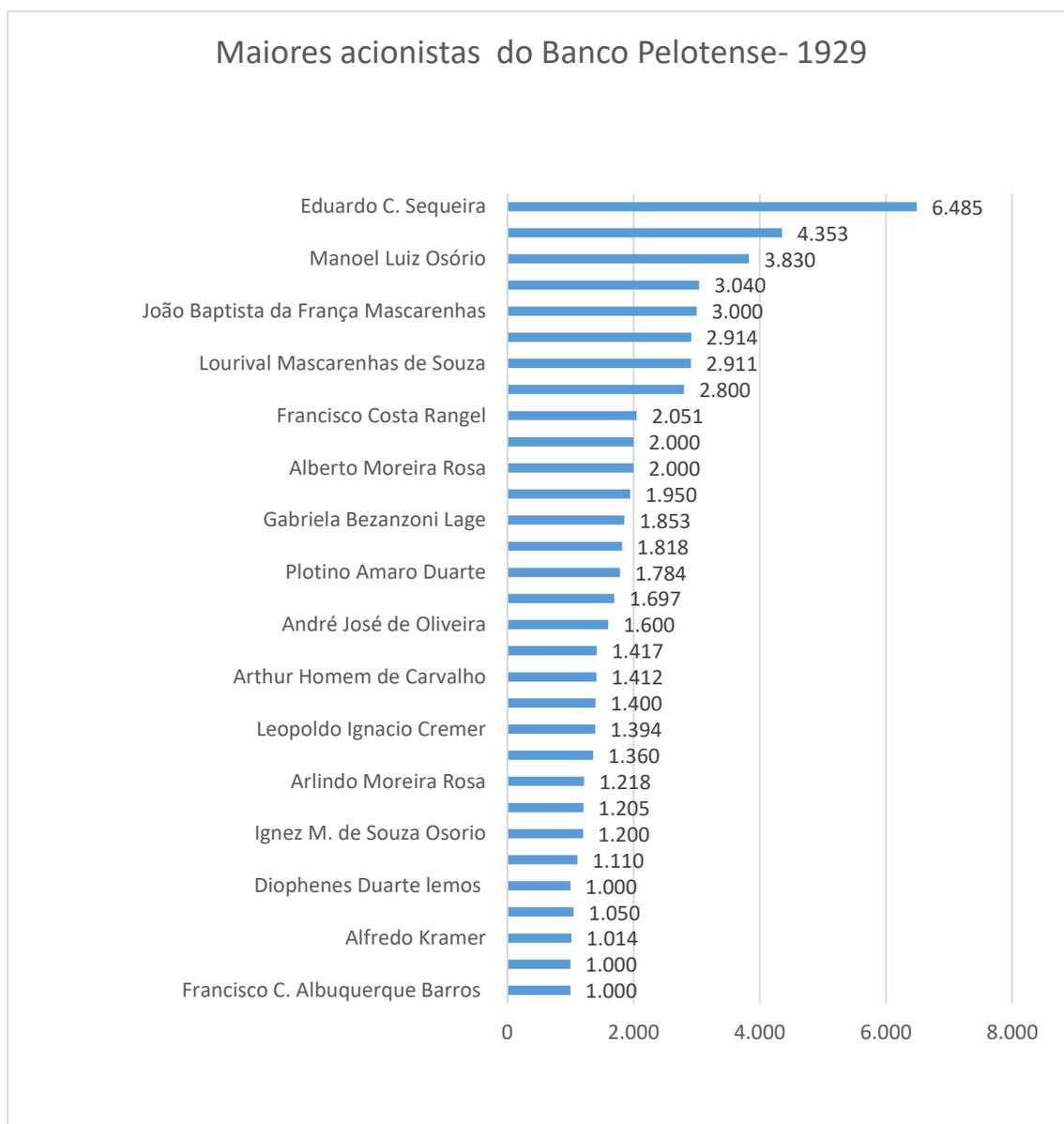
Chegando à análise da última lista de acionistas a qual tivemos acesso, temos neste ano um total de 803 acionistas dividindo 150 mil ações do Banco Pelotense. Dois anos antes de sua falência, encontrava-se o Pelotense ainda como instituição gaúcha com maior valor em depósitos, porém, como já abordamos em nosso trabalho, após a criação do Banco do Rio Grande do Sul, em 1928, passou o Pelotense por grave crise, refletida em números totais de patrimônio líquido. A partir de então, o Banco ocupou apenas o posto de quarto maior do Rio Grande do Sul (LAGEMANN, 1985, P.223).

Sem um aumento de ações comercializadas entre 1924 e 1929, podemos observar que as mudanças não ocorreram de forma tão significativa no que diz respeito ao número de grandes acionistas, saindo de 29 investidores, em 1924, para 31, em 1929, de acordo com nosso recorte.

Talvez a mudança que mais chame atenção diga respeito à família Mascarenhas, que pela primeira vez, em nossas fontes, diminui o número de ações, saindo de 18.368 em 1924 para 11.440 em 1929. Lourival Mascarenhas de Souza, por exemplo, aparece em 1929 com 2.911 ações, 6.398 a menos do que no ano de 1924. Pompeu Mascarenhas de Souza também diminuiu o número de ações em sua posse quando comparamos as duas listas. Contudo, somados, os Mascarenhas ainda eram uma família com grande porcentagem das ações do Pelotense, mas é curioso que a mesma tenha diminuído poucos anos antes da crise do Banco.

⁷⁰ Ver, Almanak Laemert: Administrativo, Mercantil e industrial de 1910.

GRÁFICO 13



Fonte: Relatório Banco Pelotense: ano de 1929

Em seu estudo sobre os charqueadores de Pelotas no século XIX, Vargas (2016) percebeu ser uma prática comum entre as famílias de elite mais proeminentes abandonarem os negócios em determinado ramo quando percebiam que os mesmos estavam próximos a uma crise. Este seria, inclusive, uma característica de alguns grupos de elite: a capacidade de antever momentos de dificuldade e inverter seus capitais para outro ramo mais seguro. Muitas vezes eles faziam isso por terem acesso a informações que seus concorrentes não tinham ou por uma decisão familiar com vistas a preservar o patrimônio para a geração posterior. Assim sendo, a diversificação de negócios favorecia o

enriquecimento e também protegia os bens dos familiares envolvidos. Vargas (2016) percebeu que foi assim que algumas das famílias mais ricas da cidade como os Moreira, os Assumpção, os Simões Lopes, os Antunes Maciel e os Silva Tavares, por exemplo, conseguiram manter suas fortunas, conseguindo assim superar momentos de profunda crise.

Não é possível afirmar que entre os Mascarenhas o mesmo fenômeno tenha se repetido. A ausência de documentos e de estudos que analisem de forma mais aprofundada a conjuntura política e socioeconômica de Pelotas após 1930 nos impedem de tecer maiores considerações. Mas o fato é que essa família deve ter se preservado mais do que as outras que continuaram “abraçadas” ao Banco, como foi o caso dos seus fundadores iniciais. Neste sentido, observamos que a Lista de 1929 apresenta uma movimentação das ações do Banco voltando para um maior controle representado nos fundadores e seus familiares diretos, que passaram individualmente a ocupar o espaço de maiores investidores, como nos exemplos de Eduardo C. Sequeira e Francisco A. G. da Costa, respectivamente maiores acionistas individuais da instituição em 1929.

Enfim, ao analisar os relatórios desta instituição, podemos constatar que a elite ligada ao Banco Pelotense realmente formava um grupo coeso, fechado no entorno das mesmas prerrogativas para movimentação de seu capital. A expansão dos capitais deu-se com uma contínua concentração de ações nas mãos de um pequeno grupo de famílias e a entrada no círculo era muito exclusivista. Mais do que isso, essa uniformidade de perfis constatada na análise dos acionistas nos dá uma ideia de como conseguiu esta parte da sociedade local prosperar em meio a um período de relativa decadência de alguns setores econômicos no cenário regional.

Uma pesquisa interessante talvez seria perseguir as atividades exercidas por filhos e netos dessas famílias mais proeminentes do setor bancário pelotense nas décadas seguintes, o que fugiu completamente dos objetivos do presente trabalho. No entanto, fica aqui a análise de um grupo de investidores com fortes ligações familiares e intimamente relacionados com as práticas políticas típicas do coronelismo da época, no qual o PRR era a argamassa que unia a todos. Se as relações familiares foram fundamentais para o sucesso da instituição, elas também podem ter sido um dos fatores prejudiciais diante da nova conjuntura

política e econômica após 1929. Reunindo basicamente capitais locais, a instituição não resistiu às mudanças tanto na política quanto na economia. Se na primeira, foi prejudicada pela ascensão de Getúlio Vargas, que reestruturou as alianças políticas tradicionais, abrindo espaço para novos líderes e projetos políticos que rompiam com o borgismo exclusivista do PRR, na segunda, foi prejudicado pelo recuo dos mercados internacionais das carnes, que afetavam os grandes criadores da metade sul do estado, e os prejuízos financeiros de possíveis investidores que tiveram que adaptar-se a um cenário de recessão que atingiu diversos setores da economia.

Capítulo III

O Banco para além dos Banqueiros: famílias de elite e diversificação de investimentos no cenário local

3.1 Do povoamento à industrialização: famílias de elite e suas relações na cidade de Pelotas

Por mais que já tenhamos apontado diversos laços de parentesco entre incorporadores e acionistas ao longo das páginas anteriores, ainda cabe refletir um pouco mais sobre a presença familiar no Banco, assim como a diversidade de investimentos dos principais agentes envolvidos neste setor. Assim sendo, a análise social de determinados indivíduos destacados nesta pesquisa acaba nos levando para muito além do período determinado no recorte temporal aqui proposto. Obviamente temos como principal objetivo entender as mudanças políticas e econômicas na Primeira República, mas conforme se desenrola nossa pesquisa, idas e vindas no tempo através das fontes se mostram importantes e não podem aqui serem deixadas de lado, ainda mais quando pensamos que muitas famílias estavam presentes em Pelotas desde o início do seu povoamento.

Neste sentido, o peso da herança familiar nos caminhos percorridos por muitos empresários da época merece uma análise mais aprofundada. O estudo das elites econômicas e políticas, relacionado às suas ligações familiares, ocupa um espaço importante na historiografia brasileira. Estudos que focam desde o período colonial demonstram a importância das famílias e das estratégias familiares no sucesso político e econômico de certos indivíduos e de como as redes de relações são importantes para a viabilização dos seus projetos nas mais diferentes esferas (FARIAS, 1997). No Rio Grande do Sul percebe-se o mesmo fenômeno, tanto entre os grandes estancieiros, quanto entre os comerciantes e charqueadores (FARINATTI, 2010; MENEGAT, 2008; VARGAS, 2016).

Portanto, tendo em vista que a sociedade pelotense no início do século XX ainda apresentava nítidas permanências socioculturais, políticas e econômicas forjadas desde o oitocentos, não é difícil afirmar que a atividade bancária também se constituía num negócio de famílias. Assim sendo, se temos como consenso o fato de grupos familiares da elite direcionarem em conjunto suas

economias e gozarem de certo prestígio social simplesmente por ostentarem um mesmo sobrenome, não podemos excluir deste escopo a família Mascarenhas. Fortemente envolvida tanto na direção do Banco Pelotense quanto em seu quadro de acionistas, podemos acompanhar em nossa análise que ao longo dos anos encontrava-se esta família de forma permanente como principal grupo acionário da instituição, mesmo sem ter nenhum membro entre os fundadores do Pelotense.

Poderíamos encarar esta só como mais uma das diversas famílias ligadas ao Pelotense de forma conjunta buscando diversificar seus negócios se adaptando aos novos tempos, mas um olhar mais atento nos traz para o presente ano de 2020, onde atualmente a cidade é governada pela Prefeita Paula Mascarenhas que cumpre seu mandato entre 2017-2020, além de também entre os anos de 2013-2016 ter ela atuado como vice-prefeita deste município. Não podemos dizer que a atual prefeita chegou ao posto máximo do executivo municipal graças ao prestígio angariado por seus antepassados, afinal, os tempos são outros e o prestígio social junto à grande massa já não se faz apenas com o sobrenome. Mas também não podemos tratar a ocupação de certos setores da vida local por determinadas famílias como mera coincidência.

Se o presente nos mostra esse grupo familiar atuante no campo político local, o passado anterior ao século XX também nos traz os Mascarenhas presentes neste setor chave para elite local. Em 1810⁷¹, quase cem anos antes da criação do Banco Pelotense, o que hoje conhecemos por cidade de Pelotas não passava de uma povoação pertencente à vila de Rio Grande. Neste ano a população local deu início a uma campanha junto ao governo imperial para que a localidade passasse a ser considerada uma Freguesia, até que em 1812 este pedido foi atendido. Ainda que tivesse seu status elevado de povoação para Freguesia São Francisco de Paula, a localidade não gozava de autonomia legislativa e executiva, tendo que subordinar-se ainda à vila de Rio Grande.

Passados vinte anos, Pelotas foi elevada à condição de Vila, com o nome de São Francisco de Paula, rompendo, assim, sua situação de freguesia junto

⁷¹ Informações sobre a formação e legislaturas das câmaras municipais de Pelotas foram retiradas do trabalho de José Vieira Etcheverry (1990), publicados em forma de caderno sobre a história da cidade de Pelotas, sendo este especificamente sob o título de “O poder legislativo pelotense”.

ao município de Rio Grande. Portanto, no ano de 1832 foram realizadas as primeiras eleições locais para a formação da câmara municipal, não tendo ainda a figura de um prefeito ou intendente (chefe do executivo da cidade). Assim sendo, esta câmara formada tinha total poder político, o que nos indica que os nomes eleitos para essa legislatura possuíam um enorme prestígio frente à sociedade local.

Os primeiros vereadores da localidade foram Alexandre Vieira da Cunha, Cipriano Rodrigues Barcelos, Domingos José de Almeida, João Alves Pereira, João Antônio Ferreira Viana, João Batista Figueiredo Mascarenhas e Manoel Alves de Moraes.⁷² Como podemos notar, já encontramos nos primórdios do legislativo e executivo municipal um indivíduo ligado ao sobrenome Mascarenhas, o que coloca este grupo familiar junto à gênese da cidade e pode, em parte, explicar sua participação tão marcante nas futuras vidas política e empresarial de Pelotas.

João B. F. Mascarenhas é encontrado em nossas fontes como um dos primeiros médicos da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e também envolvido com a política em nível provincial, pois foi ele eleito⁷³ para dois mandatos representando a região (AITA; AXT, 1996), portanto, circulava este indivíduo nos meios da alta política provincial, além de exercer uma profissão que lhe conferia importante notabilidade.

Além disso, outro nome desta primeira legislatura também acaba tendo certa ligação com a família Mascarenhas. Estamos falando de Cipriano Rodrigues Barcelos que vem a ser sogro do irmão de João Batista F. Mascarenhas, tornando então estas famílias ligadas por um elo bem característico do período. Os Rodrigues Barcelos foram a principal família charqueadora entre os anos 1820 e 1840, sendo que somente os irmãos reuniam 7 charqueadas entre seus bens (MENEGAT, 2009). A ligação dos Mascarenhas com os Rodrigues Barcelos vai mostrar-se fundamental no futuro, pois é desta união que iria surgir o ramo da família ligado ao Banco Pelotense

Ocupando a vereança em duas legislaturas durante o período imperial, temos também Manoel Moreira de Figueiredo Mascarenhas. Não conseguimos

⁷² Sobre essa primeira câmara, ver NUNES (2013).

⁷³ Online, Obtido em Abril de 2020, disponível em: www.vivaucharque.com.br/ocharque/informacoes

encontrar fontes que comprovem a ligação parental entre João e Manoel, porém, provavelmente trata-se de pai e filho, uma vez que João era casado⁷⁴ com Manuela Adelaide Moreira de Figueiredo. Essa passagem de bastão carregada com o prestígio de certos nomes era prática comum na época, justamente como uma forma de manter o cabedal social e político atuando em favor da manutenção do poder para estas famílias.

Como já dito anteriormente, o grupo encontrado futura e mais intrinsecamente ligado ao Banco Pelotense não surge de João B. F. Mascarenhas, mas sim de seu irmão Domingos Pinto da França Mascarenhas, casado com Cipriana Justina Barcelos, filha de vereador colega de João, já citado. Para analisar a atuação desta família no controle acionário e diretivo do Pelotense, acabamos nos focando em cinco nomes que consideramos serem os principais ligados ao banco. São eles: João Batista França Mascarenhas, Julio Mascarenhas de Souza, Lourival Mascarenhas de Souza, Pompeu Mascarenhas de Souza e Franklin Mascarenhas de Souza.

Pompeu e Julio Mascarenhas de Souza eram irmãos, netos de Domingos e Cipriana. Um fato que chama atenção é o de que pelo lado paterno estes dois indivíduos eram netos⁷⁵ de Bernardo José de Souza, conhecido na vida política local. Bernardo era comerciante e foi vereador por quatro mandatos durante o período imperial, chegando a ocupar o posto de presidente da câmara municipal. Segundo Etcheverry (1990), Pelotas contou durante o período imperial com um total de 143 diferentes vereadores, mas apenas outros três indivíduos ocuparam o cargo pelo mesmo número de mandatos que Bernardo ou mais.

Vemos então que o prestígio social denotado a esta família durante a Primeira República tem origem ainda no século XIX juntamente com a criação da cidade, utilizando-se de mecanismos típicos das elites agrárias e urbanas do Brasil oitocentista, como casamentos entre membros do próprio grupo. Assim sendo, emergiu no cenário sócio/político local a família Mascarenhas. Porém, individualizando nossa análise é que poderemos ver possíveis laços que

⁷⁴ Online, Obtido em Abril de 2020, Disponível em: <https://www.geni.com/people/Jo%C3%A3o-Batista-de-Figueiredo-Mascarenhas/6000000017896949400>

⁷⁵ Online, Obtido em Abril de 2020, Disponível em: <https://www.geni.com/people/PompeuMascarenhas-de-Souza/6000000000902422036>

provavelmente explicam, em parte, a participação expressiva da família no grupo dos maiores acionistas e no controle do Banco Pelotense.

Pompeu Mascarenhas pode ser considerado, dentre estes cinco membros já destacados da família, o mais ligado ao campo político, pois entre os anos de 1900 e 1916 ocupou cadeira na câmara municipal (ETCHEVERRY, 1990) por três mandatos, foi presidente⁷⁶ da câmara por muitos anos e vice intendente⁷⁷ municipal no mandato de Augusto Simões Lopes. Já Lourival Mascarenhas, maior acionista individual no Banco Pelotense, primo de Pompeu e Júlio, também era neto de Bernardo José de Souza, pois este importante nome da política local durante o império casou dois de seus filhos com duas filhas de Domingos Pinto da França Mascarenhas, um importante comerciante local.

Lourival pode ser considerado caracteristicamente como um capitalista investidor, pois é encontrado atuando em diversos negócios, dentre eles, a incorporação⁷⁸ da Companhia Frigorífica Rio Grande, juntamente com outros nomes ligados ao Pelotense, como, Eduardo Siqueira, seu primo Pompeu, Plotino Duarte, Pedro Luiz Osório, entre tantos outros. Além disso, Lourival, como já destacado neste trabalho, destoa dos demais por ter feito parte do conselho diretivo do Banco Pelotense, lugar da instituição que pode ser considerado o mais fechado no entorno dos fundadores, uma vez que ao longo de toda a história da instituição apenas Lourival foi conselheiro sem necessariamente ter ligação direta em primeiro grau com algum dos fundadores.

Muito ligado ao setor pecuarista, este indivíduo era considerado um dos maiores⁷⁹ fazendeiros da região, porém, como o perfil da maioria dos investidores do Pelotense nos mostra, Lourival também diversificava seu capital econômico e social. No pós quebra do Pelotense, encontramos este indivíduo fazendo parte do conselho fiscal⁸⁰ da Companhia de Fiação e Tecidos Pelotense, outro grande empreendimento na cidade que contou com a presença massiva do mesmo capital que originou o Banco Pelotense e que será ainda analisado mais adiante. Já no campo de atuação social, vemos Lourival como Diretor⁸¹ da

⁷⁶ Ver, Almanak Laemert: Administrativo, Mercantil e industrial, 1902 e 1903.

⁷⁷ Ver, A Federação, 19.04.1926, p. 5.

⁷⁸ Ver, A Federação, 04.10.1917, p. 2.

⁷⁹ Ver, Almanak Laemert: Administrativo, Mercantil e industrial, 1915 e 1919.

⁸⁰ Ver, A Federação, 03.04.1934, p. 4.

⁸¹ Ver, A Federação, 19.04.1932, p. 4.

faculdade de “Pharmácia e Odontologia de Pelotas”, local que mais uma vez lhe denota um peso de prestígio social na localidade.

Visando encontrar ligações que vão além do Banco Pelotense entre famílias e indivíduos conectados à instituição, vemos nos laços matrimoniais um importante papel para perpetuar o poderio social frente a localidade e evidenciar ligações mais íntimas entre a elite, minimizando assim a possibilidade de coincidências em direcionamentos de capital ou atuação política individualizadas. Embora não se exclua os conflitos, era socialmente esperado que as famílias agissem em conjunto e que os parentes favorecessem uns aos outros em momentos de necessidade ou que acionassem suas redes de relações para conseguir diversos favores, como empréstimos com juros abaixo do valor de mercado, informações seguras, acordos advocatícios, apoio eleitoral, entre outros (VARGAS, 2016). Obviamente que por tratarem-se de agentes sociais dotados de personalidade e visões próprias, não podemos ignorar individualidades, porém, não seria correto fechar os olhos para uma análise mais ampla que traça um perfil conjunto para estes grupos, nem subestimar a importância destas movimentações para a manutenção de poder político/social.

Encontramos então em dois laços matrimoniais a ligação entre a já analisada família Mascarenhas e os Osório. Anteriormente em nosso trabalho evidenciamos estes dois grupos familiares como destoantes das principais famílias fundadoras do Pelotense, à primeira vista, porém, com o desenrolar de nossa análise, esta impressão de distância entre os grupos se mostra imprecisa, uma vez que existem diversas ligações entre os cinco fundadores e os outros maiores investidores do Pelotense. Ou seja, o fato delas não estarem entre as fundadoras do Banco não significa que não imprimissem uma influência tão grande ou maior na instituição, dependendo das conjunturas. Os casamentos em questão que unem as duas famílias, aconteceram entre Ignez Mascarenhas de Souza e Cipriano de França Mascarenhas, respectivamente com Francisco Luiz Osório e Manoela Osório.

Ignez vem a ser irmã de Pompeu e Julio Mascarenhas, enquanto Cipriano é tio por grau de parentesco deste trio. Já Francisco e Manoela Osório, eram filhos do prestigiado Manoel Luiz Osório (Marquês de Herval), tido como um dos maiores generais em combate do período imperial. O Marquês angariou prestígio sendo personagem chave em conflitos militares como a Guerra contra Oribe e

Rosas (1851-1852) e a Guerra do Paraguai (1864-1870). O sucesso nas empreitadas militares junto ao governo imperial lhe rendeu a inserção no topo da política do período, chegando a ocupar uma cadeira no Senado e a ser Ministro de Guerra do Império Brasileiro.

Não tratando-se de uma figura qualquer, a do Marquês de Herval representava um dos maiores status sociais durante o século XIX e boa parte do XX. Portanto, estar ligado de alguma forma a este indivíduo com trajetória ímpar na história brasileira por si só já angariava um enorme prestígio social que poderia se transformar em capital financeiro, caso fosse bem gerenciado. Então, ao encontrar em nossa pesquisa estas uniões matrimoniais de dois, dos quatro filhos da prole de Manoel Luiz Osório, com indivíduos da família Mascarenhas, evidenciamos uma boa relação e temos um melhor entendimento do prestígio dos Mascarenhas frente à elite regional, além de demarcar o local destas famílias no topo da pirâmide social do período.

Para fazer a análise do controle acionário representado pela família Osório frente ao Banco Pelotense optamos por focar em cinco indivíduos que formam o que denominamos como grupo familiar em nosso trabalho. São eles: Pedro Luiz Osório, Manoel Luiz Osório, Joaquim Luiz Osório, Fernando Luiz Osório Filho e Ignez Mascarenhas de Souza Osório. Ainda que faça parte também de outro grupo familiar analisado, para fins de formar os dados contidos nesta pesquisa, somamos as ações de Ignez junto a família Osório, uma vez que seu capital investido no banco muito provavelmente tenha origem na herança recebida enquanto viúva de Francisco Luiz Osório, falecido em 1906.

Os outros indivíduos citados deste grupo familiar tratam-se de quatro irmãos, netos do Marquês de Herval, que em conjunto investiam seu capital no Banco Pelotense. Além da ligação com a família Mascarenhas por serem sobrinhos de Ignez e Cipriano, eram eles filhos de Fernando Luiz Osório e Ernestina do Carmo Assumpção, ou seja, sobrinhos de Joaquim Augusto Assumpção, irmão de Ernestina, e fundador do Pelotense. Nunca é demais lembrar que esses dois herdeiros de Joaquim José de Assumpção (Barão de Jarau), foram herdeiros de uma das maiores fortunas do estado, após o falecimento de seu pai (VARGAS, 2016).

Além disso, os irmãos Pedro e Fernando Luiz Osório reforçaram ainda mais diretamente os laços com seu tio e fundador do Pelotense ao casarem-se com

suas primas em primeiro grau, filhas de Joaquim Augusto Assumpção e Maria Francisca Mendonça. Tendo então acesso a dados destes matrimônios, podemos supor que a ligação familiar era íntima e sem dúvidas servia como mecanismo para manter o grupo, sendo o mais fechado possível dentro deste “mundo” à parte representado pela elite local.

Ao tentar entender a origem dos irmãos Osório ligados ao Banco Pelotense nos deparamos com um prestígio social angariado ainda por seu avô que passa de forma bem expressiva pela família até chegar em seus netos no período da Primeira República. É curioso que embora estes quatro irmãos sejam intimamente ligados a movimentos republicanos antes e após 1889, fazem eles questão de reforçar os laços e manter o prestígio de seu avô, num dos casos mais elucidativos da importância do sobrenome para abrir portas e espaços entre as elites do sul do Brasil.

Desvincular-se da imagem do Império, sistema falido na ótica dos republicanos, e do latifúndio escravista, que estava na origem da fortuna de muitos dos seus progenitores, era essencial para estes jovens no pós implementação da República em 1889. Contudo, o peso social carregado por nomes como o do Marquês de Herval acabava mostrando-se importantíssimo para esta elite, que vê problemas em estar ligada ao império, mas nem por isso abre mão do prestígio social angariado dentro dele e que serviu de grande utilidade durante toda a Primeira República brasileira.

Mas não é só do prestígio do nome que se mantém os indivíduos ligados ao Pelotense, em nossas fontes encontramos os irmãos ligados a uma gama enorme de diferentes negócios e setores da política. Pedro Luiz Osório, por exemplo, chegou ao cargo de intendente do município entre 1920 e 1924, ainda durante o período de funcionamento do Banco. Antes disso, Pedro já havia ocupado a presidência⁸² da câmara de vereadores entre 1916 e 1920, dando assim mais um exemplo de que elite econômica e política andavam em um só compasso, utilizando-se das benesses proporcionadas por uma, para alavancar a outra.

Médico de formação, Pedro é encontrado⁸³ na lista dos profissionais que prestavam atendimento na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Na mesma

⁸² Ver, Almanak Laemert: Administrativo, Mercantil e industrial, 1917.

⁸³ Ver, Almanak Laemert: Administrativo, Mercantil e industrial, 1911.

época em que este era médico do hospital, o provedor da instituição era Alberto Roberto Rosa, um dos fundadores do Banco Pelotense, como já mencionamos. Outro irmão também ligado à política é Manoel Luiz Osório, que chegou ao cargo de deputado estadual eleito duas vezes, uma em 1921 e outra em 1925, sendo que na legislatura de 1921, foi ele representante da região ao lado também de Alberto Roberto Rosa, que veio a falecer em 1923 e não terminou seu mandato.

Manoel era intimamente ligado ao setor pecuarista, chegando a ser encontrado em nossa pesquisa como Presidente⁸⁴ da Federação de Associações Rurais do RS em 1918. Um pouco antes, no ano de 1910, era ele o Diretor⁸⁵ da Faculdade de Agronomia de Pelotas, e também foi diretor⁸⁶ da “Revista Agrícola” ao lado de Augusto Simões Lopes, além de fazer parte da incorporação da Frigorífica Rio Grande, tal qual outros nomes já citados e ligados ao Banco Pelotense. Podemos perceber que essa elite invertia capitais financeiros e relacionais em distintos campos de atuação, sobrepondo alianças, favores e indicações, quase sempre abençoados pelo pertencimento ao Partido Republicano Rio-grandense.

Fernando Luiz Osório⁸⁷, outro dos irmãos que casou-se com uma das filhas de Joaquim Augusto Assumpção, também atuou no campo político, foi ele membro da Assembleia Constituinte estadual de 1891. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Fernando destacou-se enquanto escritor e acadêmico, chegando a fazer parte da Academia Rio-grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHRGS). Embora esteja mais ligado ao campo intelectual/acadêmico, Fernando encontra-se também movimentando o capital financeiro em companhia dos seus irmãos, pois além do banco, os investimentos em conjunto acontecem, por exemplo, com a incorporação⁸⁸ da Companhia Atlântica, onde aparece ele ao lado de seu irmão Pedro, juntamente

⁸⁴ Ver, A Federação, 01.04.1918, p. 10.

⁸⁵ Ver, A Federação, 16.05.1910, p. 2.

⁸⁶ Ver, A Federação, 12.05.1908, p. 3.

⁸⁷ Dados sobre a vida intelectual e acadêmica de Fernando Luiz Osório. Online, acessado em abril de 2020, disponível em:

www.arl.org.br/content/index.php?link=academicos&sub=Quadro%20Acad%C3%AAmico&page=fernando-osorio-filho

⁸⁸ Ver, A Federação, 15.07. 1919, p. 6.

com Francisco e Eduardo Rheingantz, membros de prestigiada família capitalista e industrial do período.⁸⁹

Enfim, ao delimitar através de nosso recorte quem seriam os grupos familiares com maior controle do Banco Pelotense observamos que apenas Mascarenhas e Osório não pertenciam ao grupo de cinco famílias fundadoras, porém, ao aprofundarmo-nos minimamente em suas origens, percebemos que sua afinidade com o grupo fundador vai muito além da criação de gado, dos investimentos capitalistas e a da diversificação dos negócios. Trata-se de um grupo com íntimas ligações familiares, que visava a manutenção de seu poder frente a localidade através destes laços. Além disso, sua fortuna já vinha do período imperial, numa articulada inversão de capitais nas charqueadas escravistas, criação de gado na fronteira e alto comércio atacadista, por exemplo (VARGAS, 2016).

O Banco Pelotense foi apenas um dos últimos suspiros desta elite oitocentista, numa fase de reatualização de investimentos. Embora nos atenhamos de forma mais aprofundada a esta instituição, não podemos deixar de lado neste trabalho outros três empreendimentos que serão analisados rapidamente como representativos da diversidade de setores que atraíam o capital deste grupo. São eles, o Grande Hotel, a Companhia de Fiação de Tecidos Pelotense e a Companhia Telefônica de Melhoramento e Resistência (CTMR). Todos contemporâneos ao Banco Pelotense, buscaremos em nossa análise compreender de que forma os mesmos grupos e interesses pairavam sobre estas três empresas.

3.2 Fundadores e acionista do Banco Pelotense Diversificando seu capital

Com a chegada do século XX, Pelotas que se encontrava ainda dependente, economicamente, do setor pecuário, começou a passar por uma gradual mudança de estrutura econômica. Como já abordado ao longo de nossa pesquisa, a elite local que durante o século XIX acumulou riquezas e capital social através da exploração de seu complexo escravista charqueador, se viu em meio a um período de mutação da ordem social e econômica, onde o mundo

⁸⁹ Para uma análise da fábrica Rheingantz e sua importância no ramo industrial regional ver: FERRARETTO, Maria Karina. Fábrica Rheingantz: a empresa, o empresariado e os acionistas: um estudo exploratório sobre a elite econômica de Rio Grande no final do século XIX (1873-1895). Monografia, UFRGS, 2012.

industrial capitalista vinha tomando o lugar deste sistema exploratório da mão de obra escrava.⁹⁰

Buscar espriar seus investimentos econômicos foi uma das saídas encontradas por esta elite para de alguma forma sobreviver em meio a estas mudanças. Mais do que um desejo antigo e necessidade da elite local, o Banco Pelotense foi um sinal de mudança nos ramos de investimentos para alguns atores sociais chave de nossa pesquisa. Mas ele não foi o único sopro de mudança nos investimentos de capital destes indivíduos, por isso trazemos aqui outros três exemplos de empreendimentos locais onde estiveram envolvidos tanto o Pelotense, quanto seus acionistas e fundadores.

Embora o crescimento industrial pelotense durante a Primeira República seja marcado pelo surgimento de diversos empreendimentos dos mais diversos ramos, optamos por analisar apenas a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense (1908), a Companhia Telefônica de Melhoramento e Resistência (CTMR) (1919) e Companhia Grande Hotel de Pelotas (1928)⁹¹, a última criada com a intenção de angariar capital para a construção de um hotel para melhoramento da hotelaria local.

Mesmo tratando-se de diferentes ramos de investimentos, estes empreendimentos têm como principais financiadores membros da elite que perpassam ao longo de nossa pesquisa pelos mais variados meios da política e economia local, mais uma vez evidenciando a forma conjunta com a qual este grupo movimentava seu capital e como a força das relações foi preponderante para a manutenção de seus postos

3.2.1 Companhia Fiação e Tecidos Pelotense

Começamos nossa análise pela Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, criada em 1908. Segundo Essinger (2009), a companhia surgiu por iniciativa de Alberto R. Rosa, Arthur Rios e Plotino Amaro Duarte, ficando, segundo a autora, os dois primeiros indivíduos responsáveis por possibilitar a vinda dos maquinários oriundos do continente europeu, enquanto Plotino seria responsável

⁹⁰ O processo de industrialização no Rio Grande do Sul mereceu muitos estudos. Para uma síntese, ver PESAVENTO (1991), REICHEL (1978). Sobre Pelotas, ver LONER (1999) e SALABERRY (2012).

⁹¹ Trata-se do ano de inauguração do empreendimento, embora a ideia seja embrionária desde 1921, ainda durante o mandato de Pedro Luiz Osório como intendente local. A Federação, Ed. 272, Ano. 1921.

por angariar o capital necessário frente aos investidores locais para concretizar a inauguração da empresa.



Ilustração 5: Fabrica da Companhia de Fiação e Tecidos. **Imagem:** DOMEC'Q, 1916, p. 227.

Dos três nomes atrelados a iniciativa de criar a Fiação e Tecidos, dois encontram-se ao longo de nossa pesquisa intimamente ligados ao surgimento do Banco Pelotense, sendo fundadores da instituição. Já Arthur Rios, pode não ter ele sido um dos fundadores do Pelotense, mas aparece como investidor do banco, detentor de ações do empreendimento nas listas de acionistas referentes aos anos de 1916 e 1919. Portanto, de alguma forma temos os três indivíduos ligados às duas instituições.

Embora a iniciativa de criar a companhia seja oriunda destes três indivíduos, em 1908, quando foi fundada, a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense contava na abertura de seu capital, como incorporadores, com Alberto R. Rosa, Eduardo Cândido Sequeira e Joaquim Augusto Assumpção. Assim sendo, vemos como primeiros investidores da fábrica outros três nomes que também faziam parte da incorporação do Banco Pelotense. Sabendo ainda do envolvimento de Plotino com o banco, temos basicamente os mesmos indivíduos investindo seu capital de forma conjunta nas duas instituições, ao lado de outros empresários locais. Ou seja, tendo em vista que haviam fundado o Banco em 1906 e, dois anos depois, estão envolvidos na fundação dessa companhia, podemos considerar que se tratam de figuras exponenciais da expansão do capitalismo financeiro no sul do Brasil.

Não tendo acesso a lista de acionistas, acabamos nos apoiando nos dados trazidos por Essinger (2009), nos quais podemos localizar entre os acionistas fundadores da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense o próprio Banco Pelotense, Joaquim Luiz Osório, Augusto Simões Lopes, Carlos Ritter, Viscondessa da Graça e Lang & Cia.⁹² Sendo assim, dos nomes trazidos pela autora, absolutamente todos estavam também atrelados ao Banco Pelotense com algum número de ações da instituição, evidenciando um elo entre os empreendimentos e um perfil de investimento para determinado grupo da elite local. Desta forma, podemos afirmar que o Banco não seria apenas aos pecuaristas, mas também aos primeiros industriais capitalistas da cidade.

Ou seja, os principais líderes da indústria pelotense quando não eram os mesmos incorporadores do Banco Pelotense, estavam ligados a eles por vínculos familiares ou os conheciam intimamente por serem sócios em outros investimentos capitalistas locais. Uma pesquisa que investigasse as relações dos mesmos em associações filantrópicas e de caridade, clubes, sociedades recreativas, entre outras, talvez mostrasse mais ainda essa inter-relação entre os mesmos, mas não foi possível expandir nosso foco no presente estudo.

Com relação aos fatores que favoreceram a criação da companhia industrial, Essinger (2009) levanta algumas possibilidades em sua pesquisa. Uma delas é a de que o empreendimento surgiu para que fossem melhor aproveitadas as viagens de exportação do charque local, uma vez que as embarcações que escoavam esta produção voltavam a seu destino de origem com os porões vazios após a comercialização do produto de origem bovina. Sendo assim, com a criação da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense estas embarcações ao invés de terem um frete “morto” no retorno a cidade, poderiam trazer os insumos para produção da tecelagem, fazendo assim com que o ganho fosse duplo, tanto na exportação do charque, produção a qual estava ligada alguns dos grandes investidores da Companhia, como os coronéis Alberto Rosa e Pedro Osório, quanto na volta das embarcações, cortando assim intermediários e aumentando seus lucros.

⁹² Podemos perceber também a associação de capital desses empresários pelotenses com a imigrantes alemães que já faziam certo sucesso no ramo industrial da cidade, como Ritter, que atuava na indústria de bebidas, e Lang, com sua fábrica de sabão e velas.

Segundo Vargas (2016), a busca de um melhor aproveitamento das embarcações responsáveis pela exportação do charque era algo também visado pelos grandes charqueadores do século XIX. Inclusive, o levantamento do autor mostra que ter embarcações próprias e conseguir este aproveitamento pode ter sido um grande divisor entre os grandes com relação aos médios e pequenos charqueadores. Portanto, embora Essinger (2009) não afirme que este foi um dos motivos para a criação da Fiação e Tecidos, podemos vislumbrar como grande possibilidade, uma vez que à elite ligada a companhia estava intimamente atrelada aos indivíduos e *modus operandi* da Pelotas oitocentista. Além do mais, esse vai e vem de embarcações no porto também enriquecia os grandes negociantes atacadistas, importadores e exportadores, um grupo endinheirado que reunia armazéns, embarcações e lojas na cidade, e que ainda carece de maiores pesquisas.

A companhia criada em 1908, inaugurada oficialmente em 1910, teve um longo período de funcionamento, tendo sua falência decretada apenas em 1974. Portanto, foram mais de seis décadas de atividade com o controle da fábrica mudando de mãos ao longo deste período. Como buscamos em nossa pesquisa atermo-nos aos anos iniciais do empreendimento e seus investidores, observamos que a característica de um grupo fechado, a exemplo do que constatamos no Banco Pelotense, se aplica também a esta empresa. Inclusive na questão familiar, onde encontramos Álvaro Moreira Rosa, filho de Alberto R. Rosa, empossado diretor⁹³ da Companhia em 1912, demonstrando assim que os direcionamentos e controle familiar eram práticas comum para esta elite que estava emergindo no mundo industrial.

3.2.2 Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência (CTMR)

O avanço do capitalismo na América Latina não se resume apenas aos investimentos no setor industrial. O setor de serviços, comunicação e transportes também foi alvo do capital estrangeiro e nacional e desde o século XIX podemos ver a sua presença em Pelotas. Desde os anos 1870 já era possível verificar a entrada de capitais e os projetos de engenharia que realizaram o melhoramento do abastecimento de água, do porto, da iluminação à gás (e depois elétrica), as estradas de ferro e o sistema de bondes, processos que se consolidaram na

⁹³ Ver, A Federação, 25.03.1912, p. 4.

década de 1880, promovendo uma maior modernização na cidade.⁹⁴ Ou seja, os capitalistas do início do século XX seguiam os passos desses primeiros investidores, que atuavam numa sociedade ainda escravista, sem um banco forte e com capitais oriundos basicamente do setor pecuário-mercantil.

Dentro desse mesmo processo de modernização havia o serviço de telefonia. Avançando para o ano de 1919 temos a inauguração da CTMR na cidade de Pelotas. A fim de melhorar o serviço de telefonia que se mostrava cada vez mais necessário para os empresários locais, um grupo ligado a Associação Comercial de Pelotas, liderado novamente pelo incansável Coronel Alberto R. Rosa, movimentou-se para criar uma empresa com capital local para atender a demanda desta elite empresarial. (UEDA, 1998).



Ilustração 6: Antiga sede da CTMR. **Imagem:** Acervo dos Municípios Brasileiros.⁹⁵

⁹⁴ LONER, Ana Beatriz, MAGALHÃES, Mario Osório e GIL, Lorena Almeida (organizadores). Dicionário da História de Pelotas. 3.ed. – Pelotas, Editora UFPel, 2017. P. 37, 63 158 e 218.

⁹⁵ Online, acessado em abril de 2020, disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445787&view=detalhes>

Com o capital originário dos comerciantes locais, Ueda (1998) aponta a expansão do Banco Pelotense como um dos fatores que impulsionaram o ideal de iniciar a própria empresa de telefonia local, pois a comunicação deficitária entre as localidades acabava enfraquecendo os negócios do empresariado da região, que se via em desvantagem neste aspecto quando comparados aos negociantes porto alegrenses, por exemplo. Junto com o Banco, a elite local também passou a expandir suas fronteiras de negócios. Assim sendo, organizar-se então para criar a CTMR mostra que além da necessidade de um melhor serviço, esse grupo da elite mais uma vez agia de forma conjunta e com interesses muito semelhantes.

A ligação do Banco Pelotense com a CTMR poderia se explicar somente pela participação de Alberto R. Rosa que mais uma vez aparece liderando uma iniciativa empresarial. Porém, o trabalho de Ueda (1998) nos mostra algo que vai além da figura desse Coronel. Em sua pesquisa a autora lista pelo menos outros 20 grandes acionistas que investiram nas duas instituições. Por entender que o trabalho da autora já abarca uma análise mais aprofundada dos acionistas em si, traremos aqui apenas alguns destes nomes já analisados e categorizados pela autora.

Entre os nomes destacados por Ueda (1998), pinçamos alguns conhecidos e já analisados em nossa pesquisa, como o do próprio Alberto R. Rosa, Plotino Amaro Duarte, Lourival Mascarenhas, Pedro Luiz Osório, Pompeu Mascarenhas, entre outros. Ou seja, todos eles importantes lideranças do Banco Pelotense. Ao vermos com ajuda de outras pesquisas elos que unem repetidamente este grupo da elite local, vamos reforçando nossa ideia de uma visão conjunta deste grupo que mais a frente iria impactar a cidade como um todo, uma vez que a forte crise ao final da Primeira República afetaria não apenas um ou outro indivíduo, mas sim a um enorme grupo no qual estavam calcados os preceitos políticos e sociais de Pelotas.

3.2.3 Companhia Grande Hotel de Pelotas

Durante o mandato do intendente Pedro Luiz Osório, foi idealizado na cidade de Pelotas a abertura de um novo empreendimento que iria elevar o status da rede hoteleira local. Para concretizar e tirar a ideia do papel foi criada a Companhia que iria viabilizar financeiramente a ideia proposta em ainda em

1921. Fazendo parte deste grupo de investidores temos Fernando Luiz Osório, Rosauro Zambrano, Plotino Amaro Duarte, Pedro Luiz Osório, Eduardo C. Sequeira, Pompeu Mascarenhas, entre outros (MULLER, 2004).



Ilustração 7: Grande Hotel de Pelotas. **Imagem:** UFPel/Divulgação/JC

Inaugurado em 1928, segundo Muller (2004), passou o empreendimento por um processo de municipalização, pois devido à crise econômica que se estabeleceu no município fortemente a partir da segunda metade da década de 1920 essa medida se fez necessária, o que nos sinaliza um real desgaste das forças políticas e econômicas conforme nos aproximamos da década de 30, onde no pós revolução vemos os chefes locais enfraquecidos de um modo geral por todo o país com as novas políticas de Getúlio Vargas.

Analisando então os nomes trazidos por Muller (2004), nos deparamos mais uma vez com os grandes acionistas do Banco Pelotense, da CTMR e Companhia Fiação e Tecidos, atuando em conjunto, só que diferentemente dos outros empreendimentos, o Grande Hotel evidencia de forma mais explícita a união entre os poderes políticos e sociais locais. Idealizado de forma associada ao mandato político de Pedro Luiz Osório, o hotel que ficou pronto às vésperas da maior crise econômica capitalista no ano de 1929, nos dá sinais de desgaste deste modelo local de administração onde a política age em favor de um determinado grupo, que por sua vez se perpetua e ocupa espaços de destaque tanto sociais quanto políticos. Tal fenômeno mostra uma das faces

características do sistema coronelista no nível local, onde a política e economia se retroalimentam em relações clientelísticas, criando uma espécie de círculo vicioso em codependência, sob os olhares dos chefes do PRR.

Não foi possível investigar de forma mais aprofundada essa relação entre a elite bancária com outros tantos ramos de investimentos existentes na cidade, tanto pela ausência de fontes quanto pelo tempo disponível de pesquisa, uma vez que a análise dessas relações merece novos estudos. Algumas pesquisas nos serviram de fonte de informações, mas ainda carecemos de mais estudos para compreender melhor a atuação das elites locais na expansão do capitalismo industrial na cidade, além da inversão de capitais em outros setores produtivos.

No entanto, na microanálise realizada aqui foi possível perceber uma forte imbricação entre o setor bancário, representado pelo seu principal banco, e o setor industrial, representado pela sua principal companhia industrial. Na virada do século XIX para o XX, bancos e indústrias estavam articulados em sua expansão conjunta, tanto nos EUA quanto na Europa Ocidental, tomando a forma do capital financeiro monopolista (HOBSON, 1983). Em Pelotas, os reflexos desse fenômeno podem ser percebidos em diminuta escala, pois ainda era uma sociedade agrária e com poucas possibilidades de inversão de capital. Essa união de interesses também foi verificada no projeto hoteleiro mais ambicioso da época e no ramo da telefonia, sempre em parceria com outros capitalistas locais. Não foi possível verificar as articulações desses investidores locais com o capital estrangeiro e com o alto comércio, o que também pode ser melhor pesquisado no futuro.

Portanto, estudamos aqui um grupo dentro da elite econômica e política local, com prestígio regional incontestável, que foi capaz de manter um Banco de grande porte, financiar a indústria, articular-se à pecuária e ao comércio, e influir fortemente nos rumos da cidade, embora seu tempo de auge tenha durado pouco. Toda essa história pode ser vista como um capítulo da história do capitalismo no sul do Brasil num momento bem particular, no qual suas elites tentavam sobreviver à crise das charqueadas escravistas, num jogo competitivo no qual as famílias ditavam as regras e os sobrenomes se repetiam de geração para geração.

Considerações finais

Certamente o Banco Pelotense fez parte deste último suspiro de grandeza da elite pelotense, mas analisá-lo vai além de apenas olhar para os números. As relações que se evidenciam através da análise desta instituição nos escancaram um modo de adaptar para manter-se destes indivíduos. Surgido em meio ao turbilhão de acontecimentos e mudanças que foi a Primeira República, simboliza o Banco Pelotense o poder de adaptação da elite local, utilizando-se, além de seu evidente capital financeiro, daquilo que talvez fosse tão grande quanto, o capital social, angariado ainda ao longo do século XIX. No jogo das elites adaptar-se é fundamental, e foi nisso que apostaram os fundadores e acionistas desta instituição.

A história da cidade de Pelotas muitas vezes é naturalmente direcionada para uma análise apenas do século XIX, afinal, foi o período de gênese desta localidade, onde as charqueadas deram o tom do andamento local e serviram como base para a formação de uma elite agrária emergente, que alcançou os mais altos postos da política e economia imperial. Com nosso trabalho buscamos nos desvencilhar desta Pelotas dos barões do charque. Mas será que conseguimos?

Com o avançar desta pesquisa ficou evidente a forte ligação entre a elite da Primeira República com a do século passado, aliás, os representantes da “nova” elite industrial mostraram-se os mesmos ou descendentes diretos dos charqueadores oitocentistas. Os elos entre estas duas gerações vão além dos laços de sangue e compadrio, pois perpassam diretamente o *modus operandi* das relações entre si, na economia e na política.

Creio que ao longo de nosso trabalho conseguimos contribuir significativamente para diversificar as características do sistema coronelista no Rio Grande do Sul, ou pelo menos na região sul do estado. A exemplo do que vem fazendo a historiografia desde a década de 1980, através de nossas fontes e análises, conseguimos inserir a elite local atuando dentro deste sistema, fazendo-se valer de seus meandros para garantir a manutenção de seu poder. No entanto, demonstramos que ao lado do típico coronel que conduzia a eleição

sob o seu chicote, em Pelotas também havia um tipo de coronel capitalista, capaz de fundar um banco e investir na modernização da cidade. Em termos conceituais, quando o assunto era a política local, eles agiam da mesma forma que os clássicos coronéis. Além disso, buscamos deixar de lado qualquer suposição que possa indicar certa submissão das elites municipais frente ao governo borgista, pois mostramos que é uma via de mão dupla, onde a ajuda era mútua e os chefes locais também possuíam seus espaços de ação e autonomia política.

Aliás, em nossos levantamentos podemos constatar que capital político e financeiro circundavam as mesmas mãos na grande maioria das vezes, pelo menos foi o que encontramos mais especificamente presente na elite pelotense do período. Também cabe destacar que esta elite local se preocupou em fechar no seu entorno o poder de decisão para os rumos da localidade no pós Proclamação da República. Obviamente que não podemos excluir as individualidades, mas de uma maneira mais ampla, nossa pesquisa mostra que os passos e direcionamentos tomados por esta elite aconteceram de forma conjunta e não por mero acaso do destino. Contudo, os mecanismos por este grupo utilizados ao mesmo tempo que foram úteis para a sua ascensão podem ter sido decisórios na sua derrocada.

Ao mesmo tempo em que esta união deu sobrevida ao grupo de elite estudado, defendemos que pode ter sido ela um dos principais motivos para o seu declínio, pois, atuando dentro de uma lógica clientelística e abusando de seu poder de influência, estes indivíduos gozaram de privilégios adquiridos ainda no século XIX, mas que foram incapazes de reverter a situação da década de 1920. A ascensão de Vargas redimensionou as redes e alianças políticas locais, num projeto de estado mais moderno e com uma visão bancária talvez oposta ao dos coronéis pelotenses. As mudanças globais provocadas pela crise de 1929 golpearam o Banco de vez, numa conjuntura que já vinha desfavorável desde 1928.

Portanto, o Banco Pelotense é um exemplo claro deste mecanismo de união de interesses, pois ao analisarmos esta instituição podemos identificar inúmeros exemplo do modo como operava a elite local, que fechada em sua própria bolha, dava a impressão de que queria resistir a chegada de novos

tempos, apegando-se a políticas de um passado que não os pertencia mais. Casamentos para perpetuar poderio social, empresas fechadas no entorno dos mesmos indivíduos, política local agindo em favor do grupo de elite, tudo isso deu uma sobrevida a este grupo, mas não foi capaz de deter o avanço industrial com capital aberto e universal. Alguns investimentos visavam uma modernização local, mas suas raízes aristocráticas, repletas de privilégios, pareciam entrar em choque com tais práticas. O sistema capitalista avançava aceleradamente e por onde passava ia derrubando os grupos de empresários mais despreparados para as conjunturas desfavoráveis.

Neste aspecto, Pelotas já não poderia mais servir como curral eleitoral para uma elite acostumada a ter o controle total de todos os setores sociais, políticos e econômicos locais. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, foram-se os coronéis, mas ficou uma Pelotas que até os dias atuais tenta se reestruturar. Com o tempo, nos espaços de poder novos sobrenomes foram substituindo os antigos. Mas não pensemos que esta elite se esvaiu, ela continua ativa, como mostramos em nosso trabalho, adaptando-se e sobrevivendo como pode. Nem de longe exercem o mesmo poder dos idos tempos analisados aqui, mas nem por isso saem completamente de cena.

Referências Bibliográficas

AITA, Carmen; AXT, Gunter; ARAUJO, Vladimir (orgs.). **Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: GOLIN, T; BOEIRA, Nelson. **História do Rio Grande do Sul**. República Velha (1889-1930). Volume 3, tomo I. Passo Fundo: Méritos, 2005.

BURKE, Peter. Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CARVALHO, José Murilo. "Coronelismo", In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 1930-1983. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. <Online, obtido em Jan. de 2018, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/coronelismo.>>

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Dados**, Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: v. 40, n. 2, 1997, p. 229-250.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por uma outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHAVES, Larissa Patron. **Honremos a Pátria senhores!** As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1854-1910). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale dos Sinos, Brasil, 2008.

CORAZZA, Gentil. **Passado e futuro dos bancos comerciais**. Porto Alegre: Ensaios FEE, v. 21, n. 1, 2000, p. 101-118.

COSTA, Rogério H. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1988.

DAMAS, Carlos Alberto. **José Maria do Espírito Santo e Silva, de cambista a banqueiro**, 1869-1915. Lisboa, *Análise Social*, v. XXXVII, n. 164, 2002, p. 851-878.

EICHOLZ, Josué. **Elites locais e caridade**: Estudo sobre os benfeitores do Asilo de Mendigos e do Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (1880-1920). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

ESSINGER, Cíntia Vieira. **Entre a fábrica e a rua**: A Companhia de fiação e Tecidos Pelotense e a criação de um espaço operário. Bairro Varzêa, Pelotas (1953-1974). Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2009.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 241-258.

FARINATTI, Luis Augusto. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, Borgismo e cooptação política**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

FERRARETTO, Maria Karina. **Fábrica Rheingantz**: a empresa, o empresariado e os acionistas: um estudo exploratório sobre a elite econômica de Rio Grande no final do século XIX (1873-1895). Conclusão de curso em História, UFRGS, 2012.

FRAGOSO, João. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3.

GAMBI, Thiago F. R. **O banco da Ordem**: política e finanças no império brasileiro (1853-66). São Paulo, Tese (Doutorado em História Econômica). USP/FFCH, 2010.

GASPAROTTO, Alessandra. **“Companheiros Ruralistas!”** Mobilização patronal e atuação política da federação das associações rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **O Jogo das Mediações**. Getúlio Vargas e sua geração no Rio Grande do Sul da I República. Porto Alegre: Homo Plasticus, 2017.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: n. 14, ano 5, out., 1990.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado**: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia (1854-1866). São Paulo, Tese (Doutorado em História Econômica). USP/FFLCH, 1997.

HALLAL, Dalila Rosa; MULLER, Dalila. Teatro Guarany de Pelotas-RS: História, Patrimônio e sua apropriação turística. **Rosa dos Ventos**. Caxias do Sul: V.9. N.3. 2017.

HEINZ, Flávio. A guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por uma outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOBSON, John. **A evolução do capitalismo moderno**: um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Abril Cultural, 1983., (1ª ed. 1894).

IMIZCOZ, José María. Actores, Redes, Procesos: reflexiones para uma historia más global. In: **Revista da Faculdade de Letras – História**. Porto (Portugal): III Série, v. 5. Porto (Portugal), 2004, p. 1-28

JANOTTI, M.L.M. **O Coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasil: Editora Brasiliense s.a, 1981. 2ed.

LAGEMANN, Eugenio. **O Banco Pelotense & o Sistema Financeiro Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 7. ed., 2012.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1975.

LONER, Beatriz Ana, GIL; Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (orgs). **Dicionário da História de Pelotas**. 3ª.ed. Pelotas: Editora UFPel, 2017.

LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil Republicano**. Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Cap.3, p. 111-139. V.8.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: UFPel, 1993.

MAGALHÃES, Mário. Banco Pelotense. In: LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mário. (Org.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: UFPel, 2010, p. 28-29.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2005.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas**: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio

Grande de São Pedro, Século XIX). Porto Alegre: PPG-História UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2009.

MÜLLER, Dalila. **A Hotelaria e sua relação com o desenvolvimento da região**: 1843 a 1928. Dissertação. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2004.

NUNES, Dúnia dos Santos. **A câmara de Pelotas e seus vereadores**: o exercício do poder local e estratégias sociais (1832-1836). Dissertação, UFRGS, 2013.

OLIVEIRA, Alcibíades de. **Um drama bancário**: o esplendor e a queda do Banco Pelotense. Porto Alegre: Globo, 1936.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da fronteira**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

OSÓRIO. P. L. **O Banco Pelotense**: a conduta da ditadura: Advertência às casas de crédito: documentos e fatos: apreciação sobre bancos. Pelotas: A Universal, 1935.

PANG, Eul-Soo. Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943. **A Bahia na Primeira República**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PELAEZ, Carlos e SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil**. Brasília. Editora UNB, 1981.

PESAVENTO, Sandra. **Frigoríficos, charqueadas**, criadores. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

PESAVENTO, Sandra. **Os industriais da república**. Porto Alegre: IEL, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS**: a economia & o poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

QUEIROZ, M.I.P. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org). **O Brasil Republicano**. Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Cap.3, p. 172-2018. V.8.

REICHEL, Heloísa Jochims. **A indústria têxtil do Rio Grande do Sul**, 1910 a 1930. Porto Alegre: IEL/Mercado aberto, 1978.

REVEL, J. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SACCOL, Tassiana. **De líderes históricos à opositores**: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907). Tese de Doutorado em História. PPG-História, PUCRS, 2018.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista**, 1850-1930. São Paulo: IPE/USP, 1986.

SALABERRY, Jeferson Dutra. **A agroindústria no Bairro do Porto**: Pelotas-RS (1911-1922). Pelotas: PPG-Arquitetura e Urbanismo da UFPel, 2012.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, 2011, p. 115-137

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência**: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS: 1847-1922. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TOPIK, Steven. **A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.

UEDA, Vanda. **Inovação tecnológica e espaço urbano**: a implantação da Companhia Telefônica de Melhoramento e Resistência em Pelotas/RS. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte**: os mediadores e as famílias da elite política do rio grande do sul, (1850-1889). Santa Maria/Porto Alegre: Anpuh-RS/UFSM, 2010.

VARGAS, Jonas. **Os barões do charque e suas fortunas**: Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise do charqueadores de Pelotas. São Leopoldo: Oikos. 2016. 340 p.

VARGAS, Jonas. A Escola de Agronomia e Veterinária de Pelotas: diretores, professores, alunos e suas relações com a elite agrária regional (1883-1934). KORNDORFER, ana P.; VIANNA, Marcelo; VARGAS, Jonas (Org.). **Profissões, Burocracias e Saberes**: perspectivas históricas (Brasil/Argentina/Chile, século XIX e XIX). Jundiaí: Paco Editorial, 2019, p. 43-82.

VIZENTINI, Paulo. **Crise nos anos 20**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

VOLKMER, Márcia S. **“Onde começa ou termina o território pátrio”**: os estrategistas da fronteira – empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí, 1893-1928). Dissertação de mestrado em História, Unisinos, 2007.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Kevin Retzlaff dos Santos, matrícula nº18103404 declaro para todos os fins que o texto em forma de (X) Dissertação de mestrado ou () Tese de Doutorado, intitulado Banqueiros e coronéis: um estudo sobre as relações políticas e econômicas das elites locais e o Banco Pelotense (1906-1931), é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal (“Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos”).

Pelotas, 15 de Dezembro de 2020.



ASSINATURA